



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção**

**Vicente Pacheco**

**MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL NAS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: TEORIA E EMPIRIA**

**Tese de Doutorado**

**FLORIANÓPOLIS  
2005**

**Vicente Pacheco**

**MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL NAS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: TEORIA E EMPÍRIA**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Engenharia de Produção da  
Universidade Federal de Santa Catarina,  
como requisito parcial para obtenção do grau  
de Doutor em Engenharia de Produção.**

**Orientador: Prof. Bruno Hartmut Kopittke, Dr.**

**FLORIANÓPOLIS  
2005**

Pacheco, Vicente.

Mensuração e divulgação do capital intelectual nas demonstrações contábeis : teoria e empiria / Vicente Pacheco. -- Florianópolis, 2005.184 p. ; 29,7 cm

Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientação de: Bruno Hartmut Kopittke.

1. Capital intelectual. 2. Ativo intangível. 3. Ativo intelectual. 4. Nova Economia. I. Kopittke, Bruno Hartmut. II. Título.

CDU: 657.372.1

Vicente Pacheco

**MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL NAS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: TEORIA E EMPÍRIA**

Esta tese foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Doutor em Engenharia de Produção no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2005.

---

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.  
Coordenador do Programa

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Bruno Hartmut Kopittke, Dr.  
Orientador

---

Prof. Pedro José Von Mecheln, Dr.  
Moderador

---

Prof<sup>a</sup>. Ana Paula Mussi S. Cherobim, Dr<sup>a</sup>.

---

Prof<sup>a</sup> Cleonice Bastos Pompermayer, Dr<sup>a</sup>.

---

Prof. Lauro Brito de Almeida, Dr.

---

Prof. Paulo Arnaldo Olak, Dr.

Os meios de produção residem nos cérebros dos indivíduos.

Tor Dahl

Nossos cérebros, ao invés de nossas mãos, se tornarão a força motriz da economia.

Farhad Manjoo

E quem ficará com essa riqueza? O conhecimento. Quem são os proprietários do conhecimento? Serão as corporações? Não será o mesmo modelo dos barões ladrões da Revolução Industrial?

Tor Dahl

Um fenômeno, para ser entendido ou gerenciado, deve ser primeiramente delineado.

James Quinn

As corporações do futuro terão balancetes invisíveis para a maior parte de seu capital, a não ser que elas de alguma forma encontrem uma maneira de *mensurar* e *incluir* o valor do seu *capital intelectual*.

Tor Dahl

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina, aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção pela seriedade e competência que conduzem este programa de doutoramento.

Ao Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

A FAE Business School – Centro Universitário pela oportunidade ímpar de participar neste programa.

Ao Professor Doutor Bruno Hartmut Kopittke pela orientação e incentivo no desenvolvimento do presente trabalho.

Aos Professores Doutores Lauro Brito de Almeida, Pedro José Von Mecheln, Paulo Arnaldo Olak, Ana Paula Mussi Szabo Cherobim e Cleonice Bastos Pompermayer, que gentilmente se prontificaram em avaliar o presente trabalho, compondo a banca examinadora.

Aos colegas do Departamento de Contabilidade da UFPR, pelo apoio e pelas valiosas contribuições.

Aos colegas de turma e também ao Juliano Gerber, pela pronta disposição em auxiliar-me nos momentos decisivos.

Aos funcionários e colegas do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná e da Academia de Ciências Contábeis do Paraná pelo apoio na realização da pesquisa.

Aos conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade e aos conselheiros dos Conselhos Regionais de Contabilidade do AC, AL, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PA, PE, PI, RJ, RN, RO, RS, SC e SP, pelas contribuições e apoio na realização da pesquisa.

Ao Professor Doutor Emilio Boschilia, pelas valiosas contribuições que enriqueceram sobremaneira este trabalho.

A minha esposa Carla e aos meus filhos Carlos Gustavo, Vicente Jr, Antonio Neto e Gabriel pelo companheirismo e compreensão por este meu ideal.

A minha mãe Tavina pelo exemplo de dignidade legado aos filhos e (*in memoriam*) ao meu pai Antonio dos Santos Pacheco Filho.

## RESUMO

PACHECO, Vicente. **Mensuração e divulgação do capital intelectual nas demonstrações contábeis: teoria e empiria**. Florianópolis: 2005. 184f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

Esta tese trata da problemática da mensuração e divulgação dos ativos intangíveis passíveis de serem apropriados como 'capital intelectual' das empresas. Ao longo dela é feito um levantamento do estado da arte referente a esta forma de ativo empresarial, e desenvolvido, também, com base em pesquisa empírica, especificamente desenvolvida para este trabalho, em uma amostra de profissionais que exercem a função de conselheiros junto aos Conselhos Regionais de Contabilidade e no Conselho Federal de Contabilidade (CFC), um cotejamento entre o que estabelecem os teóricos a respeito deste tema e a visão dessa categoria de contabilistas em nível nacional, possibilitando, desse modo, aferir a principal hipótese deste trabalho e concluir que existem condições para se iniciar, em termos institucionais, um conjunto de atividades para a implantação de processos de mensuração e divulgação dos ativos intangíveis das empresas, notadamente no que se refere ao seu capital intelectual. O presente trabalho permitiu, ainda, constatar que a classe contábil brasileira é merecedora de atenções no que diz respeito ao desenvolvimento de processos de treinamento, complementação de formação e de trabalhos, que levem à definição de normas e ao estabelecimento de padrões em nível nacional. A pesquisa mostra a real necessidade de um permanente conjunto de estímulos em que haja a participação da classe contábil brasileira na busca de processos de explicitação e de apropriação dos elementos intangíveis nas demonstrações contábeis, cuja elaboração é responsabilidade legal dessa categoria profissional. A pesquisa mostra ainda que os intangíveis estão cada vez mais sendo incorporados às estruturas empresariais das empresas que buscam constante melhoria de seus processos operacionais e isto requer que os sistemas de informações, sobretudo aqueles vinculados à contabilidade, acompanhem a evolução dessa área de conhecimento, propiciando a sua mensuração e a devida e necessária divulgação do valor desses intangíveis.

**Palavras-chave:** capital intelectual; ativo intangível; ativo intelectual; nova economia e demonstrações contábeis.

## ABSTRACT

PACHECO, Vicente. **Measurement and disclosure of intellectual capital in financial statements: theory and empiricism**. Florianópolis: 2005. 184f. Production Engineering Doctorate thesis – Production Engineering Post-graduate Program, Universidade Federal de Santa Catarina.

This thesis deals with the problem of measurement and disclosure of intangible assets that are liable to be appropriated as “intellectual capital” of the firms. Throughout its development, a study of the state of the art on this type of business asset is made, and also a collation is developed, based on empirical research especially developed for this work, on a sample of professionals that are advisors at the boards of the Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) and the Conselho Federal de Contabilidade (CFC), between what the theorists on this subject establish and the vision of the professional category at the national level, allowing, thus, to verify the main hypothesis of this work and to conclude that there are conditions to initiate, in institutional terms, a body of activities aiming the introduction of processes of measurement and disclosure of the intangible assets of the firms, most notably in regards to their intellectual capital. This thesis allowed, still, to notice that the Brazilian accounting profession is worthy the attention regarding the development of training processes, complementation of education and tasks, that lead to the definition of rules and the establishment of standards at the national level. The research shows the real necessity of a permanent set of stimuli in which the Brazilian accounting profession takes part in the search of processes of making the intangible elements explicit and appropriation thereof in the financial statements, which are legal responsibility of the profession. The research also shows that the intangibles are increasingly being incorporated to the business structures of the companies in their quest for constant improvement of their operational processes and this requires that the information systems, especially those related to accounting, keep up with the evolution of this field of knowledge, allowing for the measurement and the due and necessary disclosure of the value of these intangibles.

**Key-words:** intellectual capital; intangible asset; intellectual asset; new economy; financial statements.



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS E QUADROS .....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>12</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 Apresentação do Problema.....	18
1.2 Objetivos .....	24
1.3 Hipótese Geral.....	25
1.4 Justificativas e Finalidades .....	25
1.5 Relevância e Ineditismo .....	26
1.6 Procedimentos Metodológicos.....	27
1.7 Organização do Trabalho.....	27
1.8 Limitações .....	28
<b>2 O CONCEITO DE CAPITAL INTELECTUAL .....</b>	<b>30</b>
2.1 Pensadores Conceituais .....	30
2.1.1 Primeira corrente.....	30
2.1.2 Segunda corrente.....	32
2.2 Visão Geral do Conceito de ‘Capital Intelectual’ .....	34
2.2.1 Capital intelectual como categoria de recursos.....	40
2.2.1.1 Importância do fator humano para capitalização dos intangíveis.....	43
2.2.1.2 Uma outra forma de analisar as empresas.....	45
2.2.1.3 Preocupação com o registro e divulgação dos saberes .....	47
2.2.2 Capital intelectual associado a inovações tecnológicas .....	48
2.3 Perspectivas para o Capital Intelectual .....	52
2.3.1 Capital humano .....	53
2.3.2 Capital relacional (clientes e fornecedores).....	54
2.3.3 Capital organizacional (ou estrutural).....	54
2.3.4 Demanda de uma cultura cooperativa.....	55
2.4 Conexão Contábil .....	56
2.5 Estrutura do Gerenciamento de Capital Intelectual.....	61
2.5.1 Enfoque estratégico .....	62
2.5.1 Enfoque financeiro .....	64
2.5.2 Enfoque no cliente.....	64
2.5.3 Enfoque no processo.....	65

2.5.4	Enfoque na renovação e desenvolvimento.....	65
2.5.5	Enfoque humano .....	66
<b>2.6</b>	<b>Justificativas para o Gerenciamento do Capital Intelectual .....</b>	<b>69</b>
<b>2.7</b>	<b>Quem deve se preocupar com os Intangíveis? .....</b>	<b>70</b>
<b>2.8</b>	<b>Gerentes de Conhecimentos ou Gerentes Financeiros?.....</b>	<b>72</b>
<b>3</b>	<b>MENSURAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL.....</b>	<b>74</b>
<b>3.1</b>	<b>Necessidade de Ferramentas Apropriadas de Mensuração .....</b>	<b>74</b>
3.1.1	<i>Balanced Scorecard</i> (BSC) como indicador de capital humano.....	77
<b>3.2</b>	<b>Indicadores de Capital Intelectual para Avaliação Corporativa.....</b>	<b>79</b>
3.2.1	Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil das ações .....	80
3.2.2	“q” de Tobin .....	81
3.2.3	Valor intangível calculado ( <i>Intangible value calculate</i> - IVC).....	84
<b>3.3</b>	<b>Ativos Intangíveis sob o Crivo do Capital Intelectual.....</b>	<b>85</b>
<b>3.4</b>	<b>Estudos de Caso de Administração do Capital Intelectual.....</b>	<b>87</b>
3.4.1	Dow Chemical .....	87
3.4.2	<i>International Business Machine</i> (IBM).....	89
3.4.3	Resultados obtidos pelas empresas Dow e IBM .....	91
3.4.4	Abordagem do capital intelectual através de projetos-piloto .....	93
3.4.5	Mensuração, monitoração e recompensas do dispositivo GCI.....	94
<b>3.5</b>	<b>Divulgação de Informações que agreguem Valor Econômico.....</b>	<b>95</b>
<b>3.6</b>	<b>Informações Contábeis para os Usuários Externos .....</b>	<b>97</b>
<b>3.7</b>	<b>Balanço Patrimonial divulgando a Saúde da Empresa .....</b>	<b>98</b>
3.7.1	Similaridades e interações entre o capital humano e o capital estrutural.....	100
<b>3.8</b>	<b>Balanço Patrimonial como Sistema de Informação.....</b>	<b>102</b>
<b>3.9</b>	<b>Principais Desafios a serem enfrentados .....</b>	<b>104</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>106</b>
<b>4.1</b>	<b>Estrutura do Projeto de Pesquisa .....</b>	<b>106</b>
<b>4.2</b>	<b>Amostra .....</b>	<b>106</b>
<b>4.3</b>	<b>Pesquisa Bibliográfica .....</b>	<b>107</b>
<b>4.4</b>	<b>Pesquisa de Campo.....</b>	<b>107</b>
<b>4.5</b>	<b>Perfil dos Informantes .....</b>	<b>109</b>
4.5.1	Sexo e idade .....	110
4.5.2	Escolaridade.....	111
4.5.3	Nível de pós-graduação .....	112
4.5.4	Área de atuação .....	114

	10
4.5.5 O que fazem os contabilistas pesquisados? .....	115
<b>4.6 Perfil Geral Resumido dos Contabilistas Pesquisados.....</b>	<b>116</b>
<b>4.7 Instrumentos para Coleta de Dados.....</b>	<b>116</b>
<b>4.8 Operacionalização do Processo.....</b>	<b>117</b>
<b>4.9 Tabulação dos Dados Coletados.....</b>	<b>117</b>
<b>5 O PONTO DE VISTA DOS CONTABILISTAS PESQUISADOS .....</b>	<b>119</b>
<b>5.1 A Percepção Atual dos Informantes da Pesquisa.....</b>	<b>119</b>
<b>5.2 Expectativas Futuras para o Capital Intelectual.....</b>	<b>128</b>
<b>5.3 A Visão dos Contabilistas sobre a Questão da Mensuração .....</b>	<b>133</b>
<b>5.4 Hipótese Geral Testada .....</b>	<b>135</b>
<b>5.5 Cotejamento entre a Teoria e a Empiria.....</b>	<b>137</b>
<b>5.6 O Alcance dos Objetivos da Pesquisa.....</b>	<b>138</b>
<b>5.7 Considerações Finais Sobre a Divulgação do Capital Intelectual.....</b>	<b>139</b>
<b>6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>144</b>
<b>REFERÊNCIAS CONSULTADAS .....</b>	<b>148</b>
<b>APÊNDICE 1 - CRONOLOGIA DE PUBLICAÇÕES (CAPITAL INTELECTUAL).....</b>	<b>152</b>
<b>APÊNDICE 2 - CONTRIBUIÇÕES RELEVANTES (SINOPSES) .....</b>	<b>154</b>
<b>APÊNDICE 3 - QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO .....</b>	<b>158</b>
<b>APÊNDICE 4 – RESULTADOS DO PROCESSAMENTO DA PESQUISA DE CAMPO ...</b>	<b>169</b>

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

### FIGURAS

FIGURA 1 – PREÇO MÉDIO DO VALOR DE MERCADO DE S&P DE 500 COMPANHIAS - DEZ 1979-MAR 2001 .....	20
FIGURA 2 – ESTRUTURAÇÃO DAS CATEGORIAS DE INTANGÍVEIS .....	41
FIGURA 3 – EVOLUÇÃO DO GERENCIAMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL- 1998 – 2000. ....	52
FIGURA 4 – CAPITAL INTELECTUAL: A CRIAÇÃO DO VALOR .....	63
FIGURA 5 – PROCESSOS CRÍTICOS DE GESTÃO E O <i>BALANCED SCORECARD</i> .....	77

### QUADROS

QUADRO 1 – ATIVOS INTANGÍVEIS POR ÁREA OU ASPECTO .....	42
QUADRO 2 – CATEGORIAS E TÓPICOS DE RECURSOS DE UMA EMPRESA .....	42
QUADRO 3 – ELEMENTOS DO CAPITAL INTELECTUAL .....	62
QUADRO 4 – ESTRUTURAS PARA CLASSIFICAR OS MODELOS DE RELATÓRIOS DE CAPITAL INTELECTUAL .....	67
QUADRO 5 – MEDIDAS PARA GERENCIAR O CAPITAL INTELECTUAL .....	68
QUADRO 6 – CONTRASTE DO VALOR DE MERCADO POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO .....	83
QUADRO 7 – PRINCIPAIS TIPOS DE USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .	98

## LISTA DE SIGLAS

AICPA	-	American Institute of Certified Public Accountants
BACEN		Banco Central do Brasil
BSC	-	<i>Balanced Scorecard</i>
CFC		Conselho Federal de Contabilidade
CRC		Conselho Regional de Contabilidade
CI	-	Capital Intelectual
CIBC	-	Canadian Imperial Bank of Commerce
CVM		Comissão de Valores Mobiliários
CRH	-	Contabilidade de Recursos Humanos
DVA		Demonstração de Valor Agregado
EVA	-	<i>Economic Value Added</i>
FASB	-	Financial Accounting Standards Board
FMAC	-	Financial Accounting Committee
GAAP	-	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
GC	-	Gerenciamento do Conhecimento
GCI	-	Gerenciamento de Capital Intelectual
IAS	-	International Accounting Standards
IFAC	-	International Federation of Accountants
IVC	-	<i>Intangible Value Calculate</i>
NDF		Número de formulários
SEC	-	Securities and Exchange Commission
SGF	-	Divisão de Serviços de Garantias e Finanças da Skandia
SIC	-	Sistema de Informações Contábeis
SMAC	-	Society of Management Accountants of Canada
US-GAAP	-	United States – Generally Accepted Accounting Principles

## 1 INTRODUÇÃO

Neste início de século, enquanto economistas, executivos e analistas de políticas econômicas debatem e questionam sobre o que é “novo” na chamada ‘Nova Economia’, uma das características desta torna-se cada vez mais evidente: os fatores intangíveis estão tendo, progressivamente, papel dominante na geração de riqueza em âmbito empresarial. Este fato, portanto, constitui um relevante tema a ser considerado no campo da pesquisa, da avaliação e da gestão de negócios.

A tendência econômica atual revela uma importância crescente dos ativos intangíveis das organizações, o que sugere que em muitos setores da economia moderna está ocorrendo uma diminuição do relativo predomínio dos ativos tangíveis, especialmente naquelas áreas em que são demandadas inovações tecnológicas e o uso maciço de informações.

Para alguns gestores, apesar dessa crescente importância dos fatores intangíveis, estes nada mais são que conceitos filosóficos intrigantes. Para outros, no entanto, eles já se tornaram força motriz e competência-chave efetiva para alcançar objetivos empresariais, integrar esforços administrativos, bem como para valorizar seus próprios ativos tangíveis, o que poderá ser visto neste trabalho.

O ponto de partida deste trabalho será, portanto, o conceito de ‘intangível’, definido pelo *Merriam Webster’s International Dictionary*, por exemplo, como sendo “algo ou aquilo incapaz de ser definido ou determinado com certeza ou precisão”.<sup>1</sup>

O Dicionário Aurélio também traz uma definição do termo, sugerindo uma outra nuance semântica, quando afirma que intangível é aquilo “em que não se pode tocar, impalpável, intátil, intocável”. Assim, enquanto o Webster conceitua o termo pelas idéias de definição, determinação, conceituação, o Aurélio o faz remetendo à idéia de percepção tátil, de sensação.

Lev (2001, p.5) acredita que os ativos intangíveis podem, sim, ser definidos, mas sua opinião coincide com a concepção adotada pelo Merriam em relação ao fato de que eles não podem ser determinados com certeza ou precisão. Lev, por seu turno, apresenta uma outra definição, afirmando que “ativos [intangíveis] são

---

<sup>1</sup> Em inglês, no original: “*incapable of being defined or determined with certainty or precision*”.

reivindicações de benefícios futuros, tais como os aluguéis gerados por propriedade comercial, recebimento de juros derivados de uma aplicação e dos fluxos de caixa futuro a serem gerados pela produção” evidenciando, outrossim, que também existem vários tipos de ativos conceituáveis sob a forma de intangíveis, os quais não têm uma corporificação física ou financeira mas possuem estas mesmas características. Ou seja, segundo ele, de forma resumida, ativos intangíveis são fontes não-físicas de valor econômico geradas por: inovações; fluxos organizacionais; conhecimentos formalizados e práticas de recursos humanos que, potencialmente, podem gerar benefícios futuros, adotando, assim, um enfoque de “possibilidades”.

Iudícibus (2004, p.225), nesse sentido, refere-se aos ativos intangíveis também reconhecendo que eles não possuem existência física, acrescentando, contudo, que seu valor econômico é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente, sua posse confere ao proprietário, ou seja, concorda que geram benefícios futuros.

A respeito também vale citar uma definição dada por Bouteiller (2000)<sup>2</sup>, para quem os ativos intangíveis geralmente aparecem como resultado de eventos passados, e com as características de que:

- não são físicos em sua natureza;
- são capazes de produzir benefícios econômicos futuros;
- estão protegidos legalmente ou através de um direito *de facto*.

Stickney & Weil (2001) concordam com ele quando dizem que os ativos intangíveis podem conter expectativas de lucros futuros para a empresa, mesmo que não tenham forma corpórea, citando como exemplos: custos de pesquisa, custos de propaganda, patentes, marcas e direitos de reprodução.

Assim, apesar desses autores divergirem ou variarem quanto à forma de suas definições e adotarem variações semânticas, todos têm o mesmo foco de atenção: um conjunto de elementos pertinentes e/ou relativos às empresas, também conhecidos como ‘capital intelectual’ ou ‘ativos intelectuais’, entendendo-se aqui, para efeitos deste trabalho, que o rol desses elementos ‘intangíveis’ em uma empresa é bastante amplo, e que apenas uma parte deles possui valor econômico,

---

<sup>2</sup> Durante o simpósio sobre Alternative Perspectives on Finance (Universidade de Hamburgo, ago. 2000).

podendo apresentar, em decorrência, interesse para fins de apropriação e contabilização contábil.

Certamente, os intangíveis já existiam nos anos 70, e muito antes, desde o início da civilização, pois sempre que idéias eram aplicadas nas residências, campos e oficinas, valores intangíveis eram criados. Produções revolucionárias, tais como a eletricidade, os motores de combustão interna, o telefone e os produtos farmacêuticos fizeram surgir ondas de intangíveis, ainda que à época de suas invenções este conceito sequer fosse aventado.

Os ativos intangíveis, portanto, não são um fenômeno novo; o que é novo, e vem ocorrendo desde meados dos anos 80, é a singular combinação de duas forças econômicas relacionadas entre si, a saber:

- a intensificada competição comercial, causada pela globalização do comércio e desregulamentação em setores econômicos-chave (por exemplo, telecomunicações, eletricidade, transportes, serviços financeiros);
- o advento das tecnologias de informação (mais recentemente exemplificadas pela internet), (LEV, 2001).

Estes dois desdobramentos fundamentais – um deles econômico e político e o outro tecnológico – transformaram dramaticamente a estrutura das corporações e catapultaram os intangíveis para o papel de principal impulsionador de valor dos negócios nas economias desenvolvidas (LEV, 2001).

Objetivamente falando, em consequência da importância dos ativos intangíveis e do rol bastante amplo de suas ocorrências em âmbito empresarial, esta pesquisa dá especial atenção àqueles que compõem o capital intelectual das empresas. E isto porque, freqüentemente, o que se constata é que mesmo o valor de bens físicos é alterado por fatores intangíveis, tais como novas idéias sobre inovações técnicas a serem incorporadas aos produtos; apelo de marca; imagem da empresa; apresentação criativa ou conteúdo artístico, entre outros, ainda que os mesmos não apareçam nas demonstrações contábeis das empresas (LYNN, 2000, p.2).

Alguns autores argumentam que um dos grandes problemas verificados em relação aos ativos intangíveis – objeto de análise no âmbito deste trabalho - é que a falta de diferenciação contábil entre eles e os ativos tangíveis prejudica os



administradores, investidores e formuladores de políticas, quando estes se apóiam em demonstrações financeiras tradicionais baseadas apenas em ativos tangíveis para definir suas estratégias de enfrentamento do mercado e de desenvolvimento de suas atividades empresariais. Isto sugere a necessidade da busca de formas mais eficazes de mensuração, avaliação e informação (BASSI, 2000, p.6), que sejam capazes de mostrar este lado “invisível” (e valioso) das organizações, para que estas possam ser melhor conhecidas e avaliadas, tanto internamente, pelas suas próprias administrações, como externamente, pelo mercado, particularmente pelos investidores.

A discussão acadêmica sobre os intangíveis, atualmente englobando também a problemática da produção de conhecimentos e de capital intelectual, tem sido, ao menos em parte, determinada e estimulada pelas variações nos preços das ações das empresas de tecnologia na última década, o que constitui um dos dados mais evidentes de sua importância, particularmente quando se leva em conta a existência de algumas formas de intangíveis bastante valiosas, em termos empresariais, nessas empresas.

Com a rápida valorização das ações de alta tecnologia, por exemplo, a literatura sobre a Nova Economia foi complementada por uma maior atenção em direção aos fatores intangíveis e, desta forma, este conceito, juntamente com os até então evasivos conceitos de capital intelectual e ativo intelectual, foram utilizados para explicar os altos valores das ações que, aparentemente, não pareciam estar relacionados aos fundamentos tradicionais (LYNN, 2000, p.2). O que se verificou, segundo a autora, é que o conhecimento e os produtos intelectuais do conhecimento transformados em inovações tecnológicas foram e são fundamentais para as organizações, particularmente para aquelas que esperam ter sucesso na gestão de seus negócios nesta ‘Nova Economia’ e neste novo milênio.

Escavar o rico veio dos intangíveis, notadamente daqueles ativos considerados integrantes do capital intelectual das organizações, pode, de forma definitiva e conclusiva, contribuir para ajudar as organizações a, finalmente, desenterrarem um importante segmento de recursos com potencial para negócios, como recomenda, de forma categórica, Lynn (2000, p.3). E isto porque o que se propaga na atualidade é que o sucesso e a expansão das empresas não dependem prioritariamente do seu capital material e financeiro, e também de um progressivo

aumento da participação dos ativos intangíveis, ou seja, dependem de algo originado diretamente dos recursos humanos disponíveis nas empresas, tendo em vista que estes é que são responsáveis:

- pela transformação de conhecimento em melhorias organizacionais;
- pelas melhorias de relacionamento com clientes;
- pela fixação dos conhecimentos técnico-metodológicos de que dependem os processos produtivos das empresas; e, fundamentalmente,
- por uma maior integração dos elementos funcionais de uma organização racional (LYNN, 2000, p.3).

Portanto, nestes novos tempos, o que se verifica nas organizações é que a par da progressiva valorização dos ativos intangíveis, ocorre também uma revalorização dos recursos humanos, em geral, e das pessoas qualificadas, em particular.

Acadêmicos e profissionais demonstram concordar que esta mudança paradigmática da importância relativa dos ativos intelectuais está fazendo com que haja crescente afastamento entre os valores de mercado e contábil das empresas e, com isto, novas demandas de gestão e avaliação se fazem presentes (PFEIL, 2003, p.13), o que implica em novo enfoque sobre a participação das pessoas, bem como da necessidade de aperfeiçoamento, também, nos sistemas de gestão de recursos humanos.

Em parte isto se dá porque o mercado está considerando o valor daqueles ativos que não são normalmente encontrados nas demonstrações contábeis mas que, apesar disso, contribuem para os lucros das empresas. Estes ativos intangíveis geradores de valor têm sido até agora conhecidos pelo termo coletivo *goodwill*<sup>3</sup>. No entanto, como será visto, estes conceitos (*goodwill* e ativos intangíveis) devem ser tratados de modo distinto.

Durante a década passada, de acordo com Bouteiller (2000), uma grande mudança ocorreu no que diz respeito ao relacionamento entre valor de mercado e valor contábil, tornando-se mais comum o mercado avaliar alguns empreendimentos de ponta, geralmente aqueles produtores de inovações tecnológicas, sem considerar, muitas vezes, o valor declarado de seus ativos tangíveis. A existência de

---

<sup>3</sup> A palavra significa, literalmente: boa vontade. “[...] corresponde à diferença entre o valor atual da empresa como um todo e o valor econômico dos seus ativos” (ANTUNES, 1999, p. 93).

tais múltiplos pode ser interpretada como sendo indicativa do fato de que o *goodwill* foi sobrepujado por uma nova e potente fonte de criação de valor: o capital intelectual.

Segundo Bassi (2000, p.2), o capital intelectual pode ser descrito como o “novo” *goodwill* das organizações. Contudo, pela sua forte conotação como ativo intangível, apresenta dificuldades inerentes de avaliação e divulgação de seu valor, não sendo, portanto, facilmente incorporado como tal na estrutura prevalente da contabilidade. Em geral, considera-se que existe uma natural dificuldade tanto na sua apropriação como na respectiva contabilização.

Destarte, não obstante o valor potencial desta forma de capital ser evidentemente compreensível, mensurá-lo e divulgá-lo como instrumento de avaliação tem sido bastante complexo, e este assunto é parte da problemática que será tratada nesta pesquisa, levando-se em conta sua aderência ao campo de atuação dos contabilistas e a necessidade de que as mensurações dos intangíveis sejam capitalizadas nas demonstrações contábeis como instrumento de apropriação de inovações tecnológicas na gestão de negócios.

Assim sendo, na hipótese deste trabalho e nos objetivos que se pretende alcançar, será levado a efeito um conjunto de preocupações não apenas com as questões teóricas relativas ao capital intelectual e sua aplicabilidade como indutor do aperfeiçoamento de vários aspectos relacionados ao desenvolvimento empresarial em si e das empresas em relação ao mercado, mas, também, com sua aderência empírica em relação à comunidade contabilista em nível nacional.

## 1.1 Apresentação do Problema

Em audiência do *Senate Committee on Banking, Housing, and Urban Affairs*, “Adaptando um Modelo de Relatório Financeiro dos Anos 30 para o Século 21”, realizada em 19 de julho de 2001, Washington, (DC), os cinco especialistas convocados<sup>4</sup> para depor imputaram as deficiências atuais das informações aos relatórios financeiros corporativos, principalmente em relação ao crescimento dos ativos intangíveis e ao tratamento inadequado destes pelo sistema contábil tradicional (LEV, 2001, p.7).

---

<sup>4</sup> Robert Elliott (KPMG), Baruch Lev (New York University), Steve Samek (Arthur Andersen), Peter Wallison (American Enterprise Institute) e Michael Young (Willkie Farr & Gallagher) (LEV, 2001).

Argumentou-se, à época, que os ativos intangíveis superavam os ativos físicos na maioria dos empreendimentos de negócios, tanto no valor como na contribuição ao crescimento, mas que ainda eram rotineiramente classificados como despesas nos relatórios financeiros, permanecendo, conseqüentemente, ausentes nos balanços corporativos.

O tratamento assimétrico da capitalização dos investimentos físicos e financeiros (considerados como ativos), ao mesmo tempo em que classificavam como despesas os intangíveis, levava a uma comunicação deficiente e preconceituosa do desempenho e do valor das empresas (LEV, 2001), criando problemas para os investidores.

Este argumento, embora perfeitamente válido, não era novo. Com poucas exceções, os gastos com investimentos em intangíveis haviam sido classificados como despesas em relatórios contábeis. O que, então, explicaria o enfoque atual nestes ativos? Por que os intangíveis se tornam mais importantes agora do que o eram nos anos 60, 70 e 80? (LEV, 2001).

Segundo o autor, isto se deu porque o valor de mercado das ações (ou seja, a razão entre o valor de mercado de capitais das companhias e o valor patrimonial das ações extraído dos balanços) foi freqüentemente invocado para motivar o enfoque nos intangíveis.

Um outro argumento citado neste sentido é que a média da razão entre o valor de mercado e o valor contábil das 500 maiores companhias do *Standard and Poor*<sup>5</sup> tem continuamente aumentado desde o início dos anos 80, atingindo o valor de 6.0 em março de 2001, o que sugere que, de cada seis dólares, apenas um dólar aparece no balanço, enquanto os outros cinco remanescentes representariam ativos intangíveis. Como resultado, o autor entende que o enfoque atual em intangíveis é mais do que fundamental, trata-se de uma prioridade.

Isso, no entanto, permite levantar várias questões, como observa Lev (2001), pois o valor das ações no mercado é muito volátil e muitos caíram abruptamente em 2000 e 2001 e, portanto, somente o valor de mercado das ações não poderia dar apoio para um crescente interesse nos intangíveis. Adicionalmente, a adoção de uma perspectiva histórica mais longa revelava que nos anos 50 e 60 as

---

<sup>5</sup> Compustat, Standard and Poor, McGraw Hill (LEV, 2001).

razões de valor de mercado das ações também excediam substancialmente e que, no final dos anos 70 e início dos anos 80, como mostra a figura 1, a razão do valor de mercado das ações esteve perto da unidade.

Então, qual seria a novidade? Onde estavam os ativos intangíveis? Certamente as empresas possuíam alguns intangíveis (patentes, marcas) antes de meados dos anos 80. A Merck possuía significativas patentes farmacêuticas e a Coca-Cola tinha um precioso nome de marca. Seriam, então, os recentes intangíveis diferentes dos anteriores, ou mais valiosos agora do que eram nos anos 70? O que constitui a atual singularidade dos intangíveis, questiona Lev (2001).

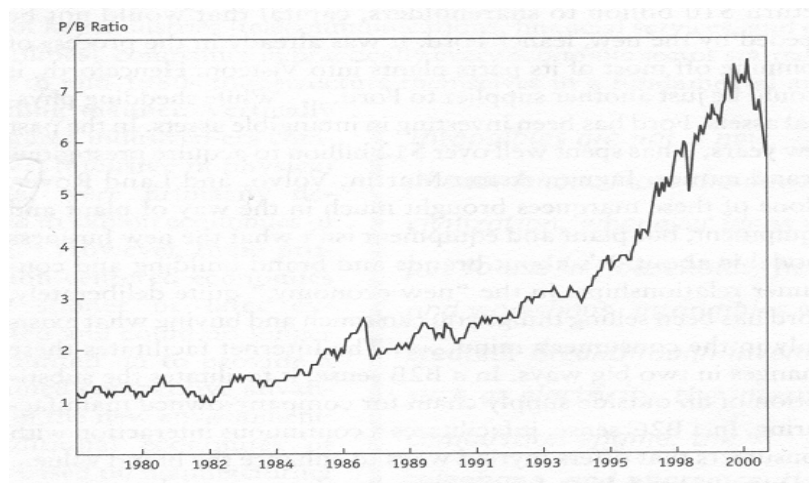


FIGURA 1 - PREÇO MÉDIO DO VALOR DE MERCADO DE S&P DE 500 COMPANHIAS  
- DEZ 1979-MAR 2001

FONTE: Lev (2001, p.9)

Nesse sentido, as considerações de Edvinsson & Malone (1998, p.10) servem como resposta, na medida em que sublinham que o capital intelectual das empresas representa, efetivamente, o seu ativo mais precioso, e identificam dois componentes destes ativos que merecem especial atenção: o capital humano e o capital organizacional (ou estrutural), ou, mais simplesmente, as pessoas em um empreendimento e o que estas pessoas deixam para trás quando vão para casa.

No entanto, lembra Ludícibus (1998, p.62), a força humana de trabalho e os seus produtos de conhecimento e formas de relacionamento raramente são retratados no ativo, a não ser em artigos de pesquisa, e, o que é mais importante em toda a discussão, *os contabilistas, bem ou mal, de forma conservadora ou agressiva, numa fase ou outra da evolução histórica, conforme se trate de Contabilidade Financeira ou Gerencial, tiveram a coragem de atribuir mensuração aos elementos do ativo, passivo e patrimônio líquido, assim como aos fluxos, de renda e de caixa.*

Adicionalmente, o que mais contribuiu para o aumento dessa lacuna foi o princípio contábil do conservadorismo, ao recomendar, deliberadamente, que entre duas ou mais alternativas, os valores contábeis dos ativos fossem sempre os menores, conforme pode ser visto em Ludícibus (2004, p.82), o que constitui um problema, de certa forma, na medida em que subvaloriza um bom conjunto de ativos que estão sendo cada vez mais valorizados pelo mercado. E é aí que entram os ativos intangíveis de valor econômico e o próprio capital intelectual.

Segundo Bassi (2000, p.1), uma parte do problema é que os sistemas de mensuração da maioria das organizações, formatados em parte pelas exigências de princípios contábeis e de normas internas para a elaboração de relatórios, ainda são indevidamente influenciados pelos conceitos datados da era industrial, de uma época, portanto, em que os bens materiais eram a fonte primária de geração de riqueza e em que a ênfase da apropriação e dos controles era dada, predominantemente, ao capital físico-financeiro (é recente a preocupação com o tratamento do capital intelectual das empresas).

Empregando uma imagem metafórica, Bassi (2000, p.1) diz que a utilização de sistemas desatualizados de apropriação e controle, voltados apenas para uma direção, é análoga ao ato de dirigir um carro usando apenas o espelho retrovisor, pois, como os administradores sabem de longa data, a mensuração e o controle são indispensáveis para uma boa avaliação e gerenciamento dos ativos das empresas, e estes estavam sendo feitos de modo parcial e focados apenas nos ativos tangíveis.

Desta forma, o que se propaga atualmente é que, se as organizações não utilizarem técnicas que as levem a proceder também à mensuração desta fonte fundamental de criação de riqueza para os seus acionistas e investidores, que são os ativos intangíveis empregados em seus processos de relacionamento com o mercado, de produção, de criação e de administração das empresas, o gerenciamento destes recursos, assim como uma parte dos seus resultados, estarão prejudicados.

Muitas empresas que fabricam produtos de consumo com marca forte detêm ativos econômicos importantes, não incluídos em seus balanços. Neste caso, em que o principal ativo econômico da empresa é intangível, taxas de retorno obtidas com base em dados contábeis podem enganar os analistas menos avisados (STICKNEY & WEIL, 2001).

Nesse sentido, Roslender & Fincham (2001, p.393) alertam que é importante compreender claramente as implicações da máxima segundo a qual “o que é mensurado em termos administrativos é [certamente] gerenciável”. No entanto, embora possa ser reconfortante acreditar que é a “mensuração” que apresenta o maior desafio, há boas razões para concluir que a “divulgação” também deve merecer uma preocupação central, ou seja, o que se deve enfatizar é que a mensuração não deve ser feita “pela mensuração em si”, mas, sim, conforme objetivos gerais e específicos, previamente determinados, de fornecimento de informações frente aos usuários mais evidentes no sistema de comunicação empresarial.

Martins (2001) admite que, considerando-se tais aspectos, não se pode desprezar os efeitos decorrentes da existência de elementos que compõem o capital intelectual, quando se refere aos fatores endógenos que influenciam o valor de mercado das empresas e, também, à capacidade que estes componentes possuem de gerar lucros futuros. No entanto, isto somente ocorre se os mesmos forem apropriados e tornados conhecidos.

Por isso, cabe observar que um obstáculo associado a esta crescente necessidade de apropriação e divulgação é que a contabilidade tradicional não está exigindo, através de seus postulados, a identificação e mensuração dos novos intangíveis das organizações, sobretudo em organizações baseadas em conhecimento científico e tecnológico. Intangíveis tradicionais, como, por exemplo, valor de marca e patentes e *goodwill*, são reportados nas demonstrações financeiras apenas quando obedecem a critérios rigorosos de reconhecimento, e mesmo estes, segundo Guthrie (2000, p.2), têm sido, até recentemente, omitidos nestas demonstrações.

Novos intangíveis, tais como o conjunto de competências da equipe, o relacionamento com os clientes e os sistemas computacionais e administrativos, não recebem reconhecimento algum no modelo tradicional de relatório financeiro e gerencial (GUTHRIE, 2000, p.3).

Segundo esse autor, novas formas de mensuração e avaliação e as limitações do sistema atual de elaboração de relatórios contábeis utilizados pelos mercados de capital e por outros interessados têm motivado pesquisas para encontrar maneiras de mensurar e reportar o capital intelectual das organizações. O

produto destas pesquisas tem sido aplicado por empresas pioneiras nesta área de novas abordagens, cujo objetivo, em maior ou menor extensão, é sintetizar os aspectos não-financeiros e geradores de valor da companhia em relatórios externos.

Diversos relatórios recentes (EUSTACE, 2001; FASB, 2002; UPTON, 2001; BLAIR & WALLMAN, 2001, entre outros) pedem uma melhor divulgação dos intangíveis e o desenvolvimento de novos modelos de relatórios que sejam mais específicos, trazendo informações sobre capital intelectual e demais intangíveis da organização (BUKH et al., 2003).

Dentre o conjunto de propostas existentes, os mais importantes entre os novos modelos de relatórios, de acordo com Guthrie (2000, p.3), são: *The Intangible Asset Monitor* (SVEIBY, 1988, 1997; CELEMI, 1999); *Balanced Scorecard* (KAPLAN e NORTON, 1992, 1996, 1997); *Skandia<sup>6</sup> Value Scheme* (EDVINSSON & MALONE, 1997; EDVINSSON, 1997); e *Intellectual Capital Accounts (Danish Agency for Trade and Industry, 1998, 1999)*. Os três primeiros serão tratados mais à frente.

Conseqüentemente, um grande número de organizações, especialmente as nórdicas, tem voluntariamente publicado demonstrações de capital intelectual (BUKH et al., 2003) para visualizar seus esforços e recursos em relação a empregados, clientes, processos e tecnologia e, assim, estar de acordo com a necessidade de maior transparência que os grandes investidores estão exigindo das organizações para realizarem os seus investimentos.

O que se observa é que, efetivamente, se a realidade demonstra que os elementos do capital intelectual das organizações, quando se tornam conhecidos, agregam valor aos seus resultados, a contabilidade, conclui Martins (2001), deve considerar tais intangíveis como passíveis de ser apropriados em termos de seus valores econômicos e desenvolver formas de evidenciá-los.

No momento atual, a literatura acadêmica acerca da contabilização de capital intelectual ainda é limitada. Há um corpo de trabalhos mais direcionado a administradores, datado de meados dos anos 90, mas grande parte desta literatura tem se tornado repetitiva, apresentando, ao mesmo tempo, uma tendência a incorporar *insights* de outras problemáticas de maneira insatisfatória. A teoria sobre o tema, portanto, ainda pode ser considerada um objeto em construção, e o debate

---

<sup>6</sup> A Skandia é uma empresa sueca de seguros que publica um suplemento ao seu balanço anual, no qual se pode obter informações sobre o seu capital intelectual.



relativo ao assunto promete resultados mais que promissores para o futuro imediato, haja vista os exemplos de sucesso que serão aqui relatados.

Não há uma fórmula mágica para resolver todos os problemas deste campo na atualidade, mas o momento para novas propostas claramente chegou. Para isso é necessário que se conheça a questão de forma aprofundada e que se pesquise a visão por parte da classe contábil brasileira sobre a necessidade de mensurar e divulgar os intangíveis das organizações, especialmente aqueles que possuam valor econômico e que possam constituir o capital intelectual destas, e também, que se saiba se esta classe encontra-se preparada para realizar este tipo de atividade.

O ideal, inclusive, é que o próprio Conselho Federal de Contabilidade, órgão responsável pela emissão das normas que regem a profissão contábil no Brasil, possa, eventualmente, em futuro próximo, e a partir de subsídios originados por pesquisas, possa desenvolver os necessários debates e discussões visando à solução desse problema comum.

Esta tese, portanto, tem, entre seus objetivos, o de contribuir para este debate.

Mediante este escopo, o presente trabalho será desenvolvido com base em um estudo sobre a conceituação e o estado da arte dos intangíveis que compõem o capital intelectual das organizações, bem como em uma pesquisa junto a uma parcela da classe contábil brasileira, representada pelos conselheiros dos Conselhos Regionais de Contabilidade e do Conselho Federal de Contabilidade, composta por aproximadamente 380 profissionais.

## **1.2 Objetivos**

O objetivo principal desta tese é realizar um levantamento e uma análise da visão dos contabilistas sobre a problemática da mensuração, avaliação e divulgação dos ativos intangíveis das organizações, notadamente daqueles que se referem a capital intelectual, por meio das demonstrações contábeis, como instrumento de apropriação de inovações tecnológicas na gestão de negócios.

Posteriormente realizar uma confrontação dos resultados obtidos com os resultados da pesquisa teórica acerca do estado da arte relativo ao capital intelectual. Como objetivos específicos, este estudo pretende:

- mostrar como a classe contábil brasileira vê a validade da mensuração, divulgação e do registro contábil do valor dos intangíveis das organizações;
- mostrar como os informantes da pesquisa vêem a competência da classe contabilistas brasileiros para operar processos de apropriação e divulgação do valor dos intangíveis nas demonstrações contábeis;
- verificar se os contabilistas consideram necessário que as normas contábeis atuais sejam reformuladas para atender às demandas de identificação do valor dos intangíveis das organizações;
- identificar exemplos de instrumentos que permitem a mensuração e a divulgação do valor do capital intelectual das organizações;
- contribuir com sugestões de temas e problemas para que outras pesquisas possam aprofundar as questões relativas ao capital intelectual.

### **1.3 Hipótese Geral**

A hipótese geral de trabalho a ser verificada, e que configura a base do desenvolvimento deste, é que os contabilistas conferem um alto grau de importância à contabilização e, conseqüentemente, à divulgação dos intangíveis das organizações nas demonstrações contábeis, mas que a classe contábil brasileira não possui condições técnicas e técnico-metodológicas para atuar neste campo, sendo necessário, portanto, um amplo programa de desenvolvimento de competências com esta finalidade.

### **1.4 Justificativas e Finalidades**

Como justificativas e finalidades para esta pesquisa, levou-se em conta que, se a hipótese geral de trabalho for corroborada, um dos resultados práticos decorrentes será o encaminhamento, em nível nacional, aos órgãos responsáveis pela análise dos problemas abordados e dos conseqüentes estudos institucionais a serem realizados, de sugestões para que se criem normas técnicas de modo à disciplinar a apropriação dos ativos intangíveis e à conseqüente divulgação destes nas demonstrações contábeis.

Pretende-se, também, o encaminhamento de sugestões no sentido do desenvolvimento de processos de treinamento e de capacitação profissional voltados à mensuração, avaliação e divulgação do capital intelectual das empresas, assim como de proposta de alteração/inclusão, nos currículos dos cursos de formação, das questões detectadas e pertinentes ao tema em foco.

Do mesmo modo, pode-se considerar que a justificativa inicial deste trabalho foi atestada pela identificação da necessidade de quebra ou mudança de alguns elementos do paradigma tradicional que orienta a classe contábil em relação ao processo de contabilização dos ativos empresariais, atualmente centrados apenas no capital físico-financeiro.

### **1.5 Relevância e Ineditismo**

A importância deste estudo, além do apanhado teórico a que se propõe, está em propiciar uma pesquisa junto a uma parcela de profissionais da área contábil brasileira, buscando identificar o conhecimento que eles possuem sobre o tema, e se consideram importante que sejam incluídas informações referentes aos intangíveis nas demonstrações contábeis que elaboram.

O trabalho mostra-se relevante, ainda, por apresentar, de forma inédita, uma pesquisa cujo resultado poderá contribuir para validar a possibilidade de se obter informações acerca dos ativos intangíveis, aqui caracterizados sob a forma de capital intelectual, mediante mudanças nas práticas contábeis atuais para estes ativos, bem como nos currículos dos cursos de formação, especialização e extensão voltados aos contabilistas.

Em termos acadêmicos, este trabalho se propõe a contribuir com informações justificadamente importantes para pesquisadores que vierem a desenvolver estudos sobre os ativos intangíveis, uma vez que proporciona, de parte da classe contábil brasileira, a visão da validade de incluir o valor destes ativos nas demonstrações contábeis, assim como acerca das dificuldades apresentadas em relação à mensuração, avaliação e divulgação desta forma de ativo.

## **1.6 Procedimentos Metodológicos**

Os procedimentos adotados neste trabalho, à guisa de desenvolvimento metodológico, estão assentados em três tópicos distintos:

1. um processo de pesquisa bibliográfica;
2. um processo de pesquisa empírica;
3. um processo de análise de dados e cotejamento de informações.

No capítulo 4, 'Metodologia da Pesquisa', são descritas todas as fases observadas para a realização da pesquisa, assim como é feita a caracterização dos informantes.

## **1.7 Organização do Trabalho**

Para cumprir os objetivos propostos, este trabalho está estruturado nos seguintes capítulos:

A Introdução trata do conceito de 'intangível' e analisa a transição pela qual as organizações estão passando, de uma economia industrial, em que o valor das organizações é centrado em ativos tangíveis, para uma sociedade do conhecimento, mais voltada para os ativos intangíveis, enfocando também o posicionamento de alguns autores sobre a necessidade de definições que contemplem a possibilidade do registro contábil de intangíveis com maior clareza e precisão. Neste capítulo apresenta-se o problema que isto traz para investidores e tomadores de decisão, assim como os objetivos, a hipótese geral, a justificativa para a realização deste trabalho e a forma como está estruturado.

O segundo capítulo, "O Conceito de Capital Intelectual", apresenta, sob a forma de revisão da principal literatura existente, uma visão geral do tema, expondo o 'estado da arte' e o pensamento de alguns dos principais autores que trabalham com o capital intelectual. Neste capítulo evidencia-se, também, a "conexão contábil" entre o valor de mercado das empresas e aquele demonstrado pela contabilidade, inserindo-se informações acerca do gerenciamento dos ativos intangíveis das organizações, apresentando-se as justificativas para que isto aconteça. Também destaca-se o papel que, interdisciplinarmente, os contabilistas podem exercer neste sentido.

O terceiro capítulo, "A Mensuração do Capital Intelectual", mostra a existência de instrumentos que permitem mensurar, avaliar e divulgar o valor do capital intelectual das organizações, satisfazendo, portanto, a uma ampla gama de possibilidades de atendimento a várias formas de demanda empresarial, possibilitando desta forma, que o capital intelectual das organizações possam ser incluídos nas demonstrações contábeis.

No quarto capítulo, "Metodologia da Pesquisa" é realizada a identificação da pesquisada de campo realizada junto a uma parcela da classe contábil brasileira, representada por contabilistas integrantes dos conselhos de classe dessa categoria de profissionais, apresenta-se também, o perfil dos informantes e a forma utilizada para a coleta dos dados.

O quinto capítulo, "O Ponto de Vista dos Contabilistas Pesquisados", traz uma análise dos dados de campo objetivando possibilitar um apanhado geral de como os contabilistas pesquisados vêem os vários aspectos relativos à apropriação, mensuração e divulgação do capital intelectual nas empresas, sendo demonstrando o alcance dos objetivos da pesquisa.

Nas "Conclusões e Recomendações" explicita-se, de modo sucinto, os resultados da pesquisa, elencando-se, também, um rol de recomendações com base no estudo feito, sugestões de continuidade e aprofundamento para estudos futuros, bem como ações passíveis de ser desenvolvidas em âmbito dos conselhos de classe, entidades usuárias, faculdades e mercado de formação e treinamento em geral.

## **1.8 Limitações**

Tendo em vista o tema, o método escolhido, a população e a amostra designada, este trabalho apresentou as seguintes limitações:

- a) a ausência de pronunciamentos sobre o tema por parte de órgãos que representam oficialmente a classe contábil, não obstante o fato de que, em congressos e convenções organizados anualmente por estes órgãos, o assunto venha ganhando destaque;
- b) a abrangência e limitação da amostra, que considerou de forma intencional os profissionais que atualmente ocupam a função de conselheiros junto a entidades de classe estabelecidas sob a forma de

Conselhos Regionais e Conselho Federal de Contabilidade, os quais representam, de forma individual e geral, toda a população a ser pesquisada, tratando-se de profissionais que se destacam junto à comunidade contábil de seus Estados.

## 2 O CONCEITO DE CAPITAL INTELECTUAL

Este capítulo apresenta, sob a forma de revisão geral, uma visão do conceito de capital intelectual, respaldando-se no pensamento de alguns dos principais pesquisadores da área que constitui o foco principal deste trabalho, a saber, os ativos intangíveis, sobretudo aqueles apropriáveis sob a forma de capital intelectual.

Para o atendimento dos objetivos pretendidos, considerou-se importante a identificação do que é o capital intelectual do ponto de vista de alguns pesquisadores renomados, e que, em função disso, fossem feitas algumas considerações sobre as várias formulações existentes, buscando-se uma definição, da forma mais clara possível, sobre o que se entende por este conceito e demonstrar algumas de suas particularidades.

### 2.1 Pensadores Conceituais

O termo 'capital intelectual' foi cunhado por Thomas Stewart (1994), em obra de mesmo nome. Por ser um tema que apresenta amplo interesse, e não apenas para as empresas de modo estrito, vários pesquisadores desenvolveram estudos, abrangendo facetas diversas dessa problemática.

Coerentemente com os objetivos deste trabalho, um dos pensadores conceituais considerados foi Granstrand (1999, p.3) que afirma que uma nova ordem econômica, o capitalismo intelectual, emergiu á medida que duas principais correntes de eventos convergiram. São elas:

1. a transição para uma sociedade baseada principalmente em conhecimento científico e tecnológico, ou *sociedade da informação*;
2. o fortalecimento, de fato, dos sistemas econômicos capitalistas.

E isto significa, implicitamente, preocupações com a gestão da inovação tecnológica baseada em conhecimento e informação.

#### 2.1.1 Primeira corrente

A primeira corrente identificada por Granstrand (1999) é demonstrada pela evidência de que as pessoas passam uma crescente parcela de suas vidas em processo de formação e treinamento; cada vez mais produtos e serviços vêm

agregados de conhecimento científico e tecnológico; empresas têm se tornado mais dependentes de competências de diversos tipos e sempre baseadas em conhecimento; investimentos têm sido direcionados para descobertas de intangíveis capitalizáveis, e assim por diante. Esta é uma transição gradual que vem ocorrendo por muitas décadas, mas tudo indica que a virada do novo milênio foi um ponto crítico para que o conhecimento e a demanda de informações se tornassem dominantes em diversas organizações.

*“A transição para o conhecimento e valorização dos intangíveis não se deve ao acaso ou a alguma força externa, nem tampouco a grandes eventos”*, afirma Granstrand (1999, p.1), mas, em vez disso, é a consequência histórica do próprio processo de aprendizado cumulativo de gerações de indivíduos e da disposição dos pesquisadores, cientistas e estudiosos, que trabalharam com a finalidade de atenderem às demandas de mercado, de forma a permitir que as organizações continuem em sua busca de produtividade, qualidade e lucratividade. Naturalmente, muitos fatores influenciaram este movimento coletivo de aprendizado, mas, essencialmente, ele é irreversível enquanto resultado.

A constatação de avanços em ciência e tecnologia e o aparecimento de tecnologias de gerenciamento de dados e conhecimento, produção de informações e comunicação em particular são componentes especialmente importantes para o processo de aprendizado por trás desta transição. De certa forma, o que está implícito neste processo é um dispositivo de realimentação mútua em que os resultados realimentam as causas e vice-versa.

Granstrand (1999, p.3), a propósito, observa que uma parcela crescente da atividade econômica atual consiste na troca de conhecimentos, informações e serviços, e percebe-se que a lucratividade corporativa é impulsionada muito mais pelas capacidades organizacionais, pelas possibilidades de produção e de geração de idéias inovadoras, ou seja, pela conjugação de fatores intangíveis, do que pelo controle sobre recursos físicos.

Em 1982, os ativos físicos representavam 62% do valor de mercado de uma companhia. Dez anos depois, este número caiu para 38% (DZINKOWSKI, 2000, p.1). Um dos aspectos que se pode concluir deste fato é que, a proporção que existe uma demanda crescente por produtos e serviços baseados em conhecimento, altera-se a própria estrutura da economia global, e o papel do conhecimento na



busca de vantagem competitiva torna-se uma questão gerencial importante em todos os setores, áreas e meios de gestão das empresas.

Outra pesquisadora que trabalha em conformidade com esta corrente é Lynn (2000, p.3), quando afirma “*que é cada vez mais amplo o consenso sobre o que o conhecimento realmente significa, e muitos aceitam que o conhecimento aplicado é um fator competitivo fundamental e indispensável nos negócios hoje em dia*”. Sua acumulação, transformação e avaliação situam-se no cerne do gerenciamento do capital intelectual, constituindo uma das mais importantes ferramentas no campo da gestão dos negócios. Esta autora afirma também que o conhecimento possui propriedades que tornam difícil privatizá-lo e fazer transações com ele da mesma maneira que ocorre com os bens físicos. Não obstante, conhecimento e informação têm sido historicamente sujeitos ao controle privado, de variadas formas, com ou sem capitalismo, o que significa que podem ser trabalhados como um produto e ser valorizados como um elemento capitalizável.

### 2.1.2 Segunda corrente

A segunda corrente de eventos mundiais apontada por Granstrand (1999) diz respeito ao fortalecimento de fato dos sistemas econômicos capitalistas, que foi rápido e surpreendente em anos recentes.

Para esse autor, apesar de várias profecias em contrário – desejosas ou não –, os sistemas econômicos capitalistas estão mais fortes do que nunca depois da ascensão pós-guerra das economias competitivas asiáticas, da queda da União Soviética e da ressurgência da economia norte-americana nos anos 90.

Como resultado disso, instituições capitalistas tradicionais, a exemplo dos mercados, empresas e direitos de propriedade privada, tornaram-se dominantes no mundo nos anos 90, e as fronteiras do capitalismo estão sendo ampliadas sem qualquer competição forte de outras ideologias no momento.

Segundo Lynn (2000, p.3), ambas as correntes de eventos citadas acima levam em conta, implícita ou explicitamente, um conjunto de alterações paradigmáticas que se manifesta pelos seguintes aspectos:

- globalização dos processos de gestão;
- utilização intensiva de sistemas de informação;

- aumento progressivo de esforços tendo em vista a mensuração, avaliação e controle dos recursos disponíveis;
- maior demanda de conhecimento visando à produção de informações e ao aumento da racionalidade, produtividade e lucratividade dos sistemas empresariais;
- maior valorização dos ativos intangíveis;
- busca de competitividade pela produção de inovações tecnológicas e de bens de serviços de melhor qualidade.

Segundo Sullivan (2000), a evolução e importância dos intangíveis para as organizações resultou no aprimoramento de técnicas e métodos para o gerenciamento de capital intelectual, que, sob a forma de disciplina, seguiu um padrão que é detectado em retrospectiva, ainda que para as pessoas envolvidas no início não houvesse nenhum padrão distinguível naquele momento.

Ele identifica três diferentes origens do que se tornou o movimento de gerenciamento de capital intelectual, a saber:

- 1) a primeira se deu no Japão, com o estudo desbravador de Hiroyuki Itami, que, no início da década de 80, analisou o efeito dos ativos ocultos<sup>7</sup> sobre a administração das corporações japonesas;
- 2) a segunda foi o trabalho de um grupo de economistas com variadas tendências, buscando uma visão diferente, que pode ser definida como Teoria da Empresa, o que trouxe contribuições de economistas como Penrose, Rumelt, Wemerfelt, entre outros,
- 3) finalmente, a terceira foi a pesquisa que Sveiby realizou na Suécia<sup>8</sup> e que tratou da dimensão do capital humano no capital intelectual; ao fazê-lo, forneceu uma rica visão da avaliação do empreendimento, baseada nas competências e conhecimentos de seus empregados.

---

<sup>7</sup> São ativos não registrados pela contabilidade.

<sup>8</sup> O trabalho resultou no livro *Kunskapsföretaget* ("A Companhia de *Know-how*"), em co-autoria com Anders Risling (SULLIVAN, 2000).

## 2.2 Visão Geral do Conceito de ‘Capital Intelectual’

Conforme já visto anteriormente, e Stickney & Weil (2001) o reiteram, os ativos intangíveis representam benefícios futuros, de curto ou de longo prazo. Desta forma, quando um ativo adquirido é de curto prazo – uma apólice de seguro, por exemplo - ,a empresa consome os benefícios que o ativo lhe traz dentro de um ano, e, quando o ativo intangível é de longo prazo, o consumo se dá ao longo de vários anos, sendo o custo alocado, então, aos diversos períodos que se beneficiam de sua utilização. Note-se, a respeito, que as empresas adquirem ativos intangíveis tipo marcas, patentes, franquias, etc., e embora estes ativos possam ter uma vida útil econômica indefinida, seus custos também são alocados aos períodos dos quais as empresas se beneficiem.

Desta forma, sendo os ativos intangíveis passíveis de tratamento temporal, e alguns deles, pode-se dizer, são um tanto “efêmeros”, é de se esperar que parte do capital intelectual de uma empresa apresente também esta característica.

Segundo Bukh et al. (2003), os intangíveis componentes do capital intelectual de uma empresa freqüentemente interagem com ativos tangíveis ou financeiros para criar valor corporativo e crescimento econômico. Isto pode ser observado, por exemplo, no caso de uma marca (ativo intangível) que valoriza um determinado produto da empresa (ativo tangível).

Mas, o que vem a ser, efetivamente, o ‘capital intelectual’?

Segundo Pfeil (2003, p.23), no início das pesquisas acerca dos intangíveis e, conseqüentemente, sobre capital intelectual, pesquisadores proeminentes o definiram como sendo “a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil das ações”, definição esta que remonta, de modo estrito, ao conceito de *goodwill*. Nesta perspectiva, isto representaria uma abordagem gerencial que incluiria o valor de todos os ativos intangíveis em posse de uma companhia (PFEIL, 2003) que apresentem algum valor econômico para ela. Propunha-se, portanto, que a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil das empresas, normalmente conhecida como *goodwill*, devesse ser vista como uma lacuna contábil a ser preenchida, ou seja, ter-se-ia, assim, o mesmo objeto explicitado mas sob um novo conceito, alertando-se para a necessidade de revisão das normas que disciplinavam a inclusão dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis.

Neste sentido, é indispensável conferir o que diz o International Accounting Standard<sup>9</sup> (IAS 38) quando descreve as condições sob as quais o ativo intangível deve ser reconhecido nas demonstrações financeiras:

- o ativo deve ser identificável, controlado e claramente distinguível do *goodwill* de um empreendimento;
- os benefícios econômicos futuros atribuíveis ao ativo provavelmente devem fluir para o empreendimento;
- o custo do ativo tem que ser medido confiavelmente.

Talvez, a diferenciação proposta pelo IAS 38 em relação ao *goodwill* seja o mais importante ponto de definição a ser considerado em relação ao tema em foco, na medida em que, na prática, como se verá neste trabalho, a partir dos exemplos de alguns indicadores ('valor de mercado das ações', 'q de Tobin' e 'valor intangível calculado'), é bastante plausível a possibilidade de remontagem conceitual entre o *goodwill* e o 'capital intelectual'. Uma diferenciação possível, portanto, é que o *goodwill* seria reconhecido como um todo, como o somatório de todos os fatores intangíveis, enquanto o capital intelectual seria entendido como o arrolamento específico de todos aqueles que apresentassem valor econômico e a possibilidade de se obter benefícios futuros, o que implicaria poder ser contabilizados e acompanhados no tempo.

Segundo Reilly & Schweih (1999, p.33), no entanto, o IAS 38 enquadra o reconhecimento contábil do ativo intangível mas não o qualifica a partir de uma perspectiva econômica e não diz o que é indicativo de seu valor, e isto não é viável em se tratando de ativos de reconhecido valor econômico. Provavelmente isto tenha ocorrido pelo fato de que, sendo 'intangíveis', há várias possibilidades de classificação e de mensuração sejam possíveis, e as particularizações empresariais e mesmo de classes de empresas são inevitáveis quando se trata da apropriação dos intangíveis pertinentes ao capital intelectual.

Mais ainda, a abordagem desses autores é útil também em sua distinção, quando explicitam que existe diferença entre existência econômica e valor econômico para avaliar os ativos intangíveis e, mesmo, quando afirmam que, se eles

---

<sup>9</sup> O IAS é estabelecido pela International Accounting Standards Board ([www.iasb.org](http://www.iasb.org)). Acesso em: 10 jun. 2003.

possuem *existência econômica*, devem ser identificados e legalmente protegidos, e se possuem um direito de propriedade privada podem ser transferidos.

A importância disso está no fato de que *existência econômica* não significa, necessariamente, que um ativo intangível tenha *valor econômico*. Por exemplo, uma marca registrada que não é utilizada para se obter receita possui existência econômica durante seu período de registro, mas não tem valor econômico; deste modo, não poderia ser considerada como um ativo valioso e, logo, não poderia ser tomada como fazendo parte do 'capital intelectual' da empresa, ainda que possa ser transferida a outrem. Para que seja considerada parte do capital intelectual de uma empresa, seu atributo de valor deve gerar alguma quantia mensurável de benefício futuro econômico ao seu proprietário. A diferença parece sutil, mas é um claro demarcador de validade quanto à inclusão ou não de algum objeto de conhecimento no rol de elementos passíveis de ser capitalizados como 'ativos intelectuais'.

Sendo assim considerada, a marca registrada deve, potencialmente, contribuir para aumentar o valor de um conjunto de outros ativos, ou seja, dado um mesmo tipo de produto, marcas diferentes podem agregar diferentes valores a ele. Até este ponto, uma marca registrada que não produzisse qualquer receita, mas que fosse utilizada como uma barreira para os concorrentes disporem de um conhecimento, poderia ter *existência econômica* e, inclusive, *valor econômico*, podendo então ser capitalizada como elemento intangível capitalizável.

Nesse sentido, observe-se que, se eventualmente for feito o descarte da exigência do critério de valor econômico como crivo para o rol de elementos intangíveis interessantes de ser considerados para fins de composição do 'capital intelectual', isto implicaria um inchaço do conjunto de tópicos a serem controlados, mensurados e divulgados, sem que nenhuma utilidade viessem a apresentar para a empresa e, principalmente, para o mercado.

O conceito de 'capital intelectual' abrangeria, desse modo, os ativos intangíveis que apresentassem possibilidades de oferecer alguma forma de lucro futuro, e somente seriam considerados se, de fato, isto representasse algum valor econômico.

Hansson (2003), trabalhando nessa direção, apresentou evidências de que as possibilidades de futuros ganhos e de previsões de retorno de investimentos em ações da maioria das empresas eram em geral subestimadas como resultado da

incapacidade do investidor em distinguir entre investimentos e despesas em pessoal realizado pelas empresas, e isto porque não fica claro, para esses investidores, o significado dos elementos intangíveis não capitalizados.

Assim, o estudo conduzido por ele procurou dar suporte para o argumento de que a falta de transparência nas informações sobre capital intelectual, por parte das organizações, afetaria as decisões relacionadas a investimentos, especialmente nas organizações com utilização intensiva de conhecimento e dependentes de inovações tecnológicas.

Dessas observações decorre, portanto, um dos mais importantes enfoques dos negócios da atualidade, que está em promover, mensurar, avaliar e administrar o capital intelectual, e isto, como se percebe, depende de uma correta conceituação e compreensão do que se entende por 'ativo intelectual'.

Exemplar, neste sentido, é a *Society of Management Accountants of Canada (SMAC)*, que, em seu manual de diretrizes de 1998, assim define, para o balanço anual, os ativos intelectuais: "são aqueles itens baseados em conhecimento, os quais a companhia possui e que produzirão um fluxo futuro de benefícios para a companhia e conseqüentemente para os acionistas",<sup>10</sup> e isso pode incluir processos de tecnologia, gerenciamento e consultoria, estendendo-se, ainda, à propriedade intelectual patentada.

Segundo Dzinkowski (2000, p.2), quando se analisa o balanço de uma companhia rica em capital intelectual, como a Microsoft, por exemplo, verifica-se que o seu valor de mercado foi de, várias vezes o seu valor contábil, e esta discrepância entre valor de mercado e valor contábil contém, pelo menos em parte, uma medida da avaliação do mercado de ações do capital intelectual (isto é, o valor atual dos benefícios futuros a serem obtidos dos ativos intangíveis), ainda que ela não publique informações a respeito.

A Microsoft pode ser utilizada como um eficiente exemplo para demonstrar a importância, para o mercado, do valor não registrado dos ativos intelectuais de uma empresa, haja vista que, em 1996, o valor de mercado da Microsoft era 11,2 vezes maior que seu valor expresso em ativos tangíveis, e este "valor oculto", em um grau mais amplo, representa a estimativa de mercado do estoque de capital intelectual da Microsoft que não foi identificado em seus relatórios financeiros.

---

<sup>10</sup> Manual de Diretrizes (SMAC). In: <http://www.cma-canada.org/>. Acesso em: 31 mar. 2004.

Esta não constitui uma exceção, mas sim a regra dos relatórios financeiros, a qual ilustra uma das maiores limitações do modelo atual dos relatórios contábeis. Estimativas recentes sugerem que de 50% a 90% do valor gerado por uma empresa tem origem não no gerenciamento de ativos físicos tradicionais, mas no gerenciamento do capital intelectual (DZINKOWSKI, 2000, p.2).

O que se verifica, assim, é que as empresas e o mercado, explícita ou implicitamente, manifestam e operam, cada vez mais, suas preocupações com os ativos intelectuais e com os benefícios futuros que deles se pode extrair. Isto porque, aos recursos antes existentes e utilizados na produção, tais como a terra, o capital e o trabalho, progressivamente estão sendo agregados os recursos de conhecimento, mediante inovações tecnológicas, os quais estão sendo objetivamente cada vez mais aplicados à solução de problemas e aos processos de tomada de decisão (produção de informações), alterando principalmente o modo de organização e administração das estruturas econômicas e, sobretudo, tornando-se uma forma de valorizar as pessoas, dado que elas detêm condições de apropriação, geração e utilização dos recursos de conhecimento, sob a forma de informação aplicada na avaliação e gestão de negócios (CRAWFORD, 1994). Ocorre, desta forma, que a partir da definição do conceito de 'ativo intelectual', todo um conjunto de mudanças paradigmáticas pode ser observado.

Deste modo, quando a importância relativa entre os ativos tangíveis e os intangíveis ficar equilibrada, possibilitará inserir as empresas num período denominado por muitos estudiosos do assunto como sendo de transição de uma sociedade industrial<sup>11</sup> para uma sociedade do conhecimento<sup>12</sup>, ou, mais atualmente, para uma sociedade da informação<sup>13</sup>, situação esta já vivenciada por muitas empresas.

Dentro dessa visão de conhecimento, baseada no capital intelectual, a organização é vista como uma instituição que realiza a integração de conhecimentos, insumo crítico na produção e fonte primária de valor (GRANT, 1996). Não mais se preocupa apenas com o que existe no presente, mas,

---

<sup>11</sup> Em que os recursos financeiros e físicos eram predominantes.

<sup>12</sup> Em que os recursos financeiros e físicos são importantes e dividem espaço com os recursos de conhecimento.

<sup>13</sup> Os recursos financeiros, físicos e de conhecimento são utilizados no processo de tomada de decisão.

progressivamente, inclui também um conjunto de preocupações e cuidados com os benefícios futuros.

A base dessas preocupações é a adoção do pressuposto de que toda produtividade humana é dependente de conhecimento e que as máquinas são simplesmente meios de arquivamento, tratamento e processamento do conhecimento disponível e necessário para suas atividades, estando implícito, aí, que todos os demais recursos da empresa também dependem da correta e eficaz aplicação de conhecimentos para que estes benefícios futuros possam ser usufruídos e computados no valor das empresas.

De acordo com Sveiby (1997, p.66), especialista em gerenciamento de capital intelectual, esta visão informacional da empresa requer uma mudança fundamental na maneira como pensamos as organizações, pois “os gerentes freqüentemente têm uma mentalidade inconsciente e tácita que é colorida pelos valores e o senso comum da era industrial”. Desta forma, para verem outro mundo (e atuarem de uma nova forma), eles precisam tentar utilizar uma mentalidade deliberada tal como a perspectiva do conhecimento e, também, voltar sua atenção ao que, futuramente, pode ser obtido a partir dos recursos de conhecimentos atuais.

Em certo sentido, na atualidade, dado o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de informática, essa nova visão pode ser considerada como uma das observações mais óbvias possíveis, haja vista a disseminação e o amplo uso dos recursos tecnológicos existentes. No entanto, o que é novo e atual nesta visão é que isto deverá ser operado sob a ótica de capitalização e comunicação informacional dos ativos intangíveis.

Por outro lado, como explica Dzinkowski (1998, p.3), na forma como é divulgado atualmente, o termo capital intelectual ainda possui muitas conotações complexas, sendo freqüentemente utilizado como sinônimo de propriedade intelectual, ativos intelectuais ou ativos de conhecimento, pois, segundo ela, esta forma de capital pode ser pensada como o estoque total de recursos de conhecimento ou valor líquido baseado em conhecimento formalizado que a companhia possui e, como tal, pode ser o resultado final de um processo de aplicação de conhecimento ou o próprio conhecimento utilizado sob a forma de informação pelas organizações em seus métodos de produção. Por isso, quaisquer que sejam os métodos utilizados para sua mensuração, é evidente que, associada



com a apropriação dos ativos intangíveis, deve existir uma preocupação crescente com o registro dos conhecimentos dos quais se depende e de uma efetiva fixação dos mesmos no âmbito das empresas.

Naturalmente, complementa a autora, o capital intelectual, em contraste com o capital físico e financeiro, inclui recursos de conhecimento que podem ser utilizados pelas organizações e que, enquanto ativos imateriais, são passíveis de combinar, transformar, explorar, mensurar, avaliar e receber um valor para fins de capitalização em função do seu potencial de uso futuro.

Dentre o conjunto de conhecimentos empresariais passíveis de apropriação, existe um rol deles, comumente conhecidos como propriedade intelectual, que são legalmente definidos e determinam direitos de propriedade a elementos tais como patentes, marcas e direitos autorais. Na atualidade, estes ativos são a única forma de capital intelectual regularmente reconhecida para finalidades contábeis, mas são contabilizados de forma problemática, pois mesmo assim, convenções contábeis baseadas em custos históricos freqüentemente subestimam seu valor. Senão vejamos:

- *goodwill* é registrado apenas quando é adquirido (IUDÍCIBUS, 2004, p. 234), ao passo que os ativos intelectuais são, temporalmente falando, passíveis de registro; do mesmo modo, patentes são registradas pelo seu custo de registro, e não pelo seu valor potencial de utilização;
- marcas registradas, direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual são registrados pelo seu custo de registro, em vez de se pautar pelo seu valor potencial de mercado;
- *goodwill* comprado é reconhecido automaticamente pela diferença entre o valor pago por uma empresa e o valor justo de seus ativos líquidos (HENDRIKSEN & VAN BREDA, 1999), ao passo que o capital intelectual pode não ser reconhecido desta forma, demandando avaliações caso a caso.

### 2.2.1 Capital intelectual como categoria de recursos

Definições de ativos intelectuais são tipicamente menos concretas e se aplicam a um âmbito potencialmente mais amplo de ativos intangíveis do que aqueles capturados sob o guarda-chuva de propriedade intelectual (DZINKOWSKI,

1998, p.5). No entanto, trata-se de uma categoria de recursos que tem se tornado um dos centros das atenções de especialistas renomados em muitos países, gerando discussões e pesquisas significativas por meio do espectro de disciplinas do campo gerencial, e além delas.

Como já observado anteriormente, alguns fatores concorrem para que os intangíveis sejam agrupados em categorias, tal como aponta a figura 2.

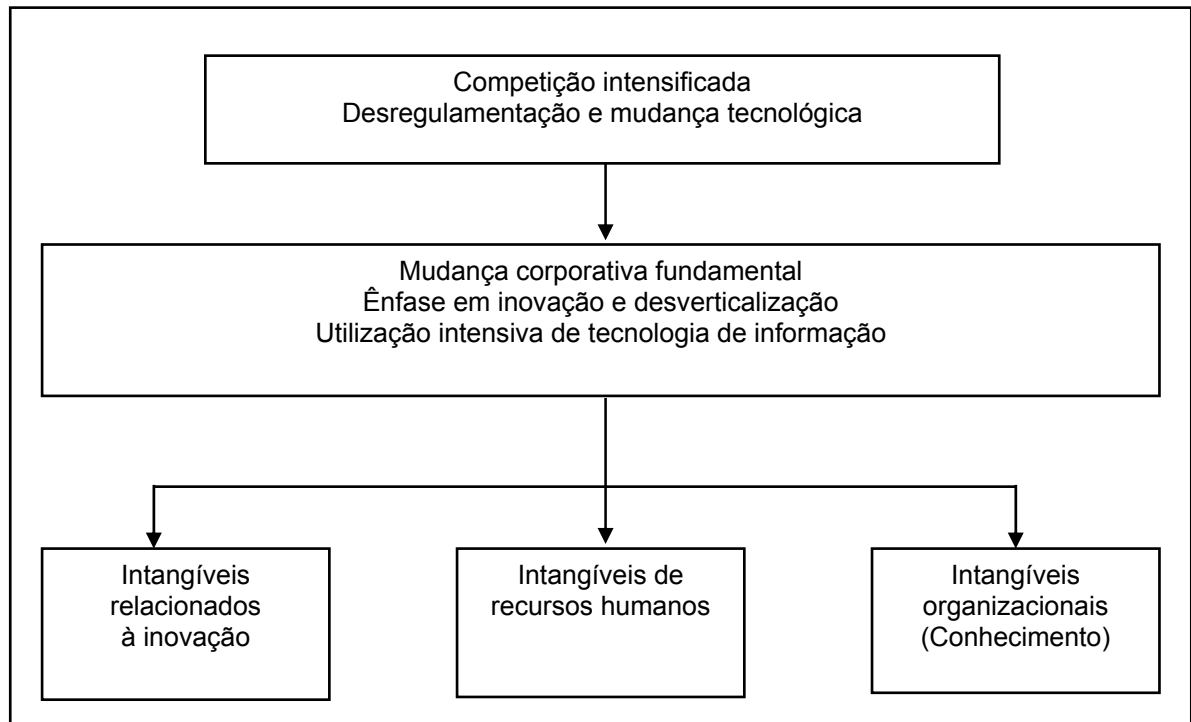


FIGURA 2 – ESTRUTURAÇÃO DAS CATEGORIAS DE INTANGÍVEIS  
 FONTE: Lev (2001, p. 18)

No quadro 1, a seguir, tem-se, como exemplo, conjuntos de ativos intangíveis classificados por área ou aspecto, o que mostra o amplo rol de possibilidades de apropriação dos intangíveis no âmbito de uma empresa.

QUADRO 1 - ATIVOS INTANGÍVEIS POR ÁREA OU ASPECTO

<b>Marketing e clientes</b> Marcas registradas, nomes, logomarcas, bancos de dados de clientes	<b>Direitos autorais</b> Direitos exclusivos e proteções sobre trabalhos comerciais, intelectuais, artísticos
<b>Engenharia e produção</b> Desenho industrial, patentes de produtos, <i>know-how</i> técnico	<b>Direitos contratuais</b> Acordos de distribuição, direitos de licenciamento e franquia, licenças de operação, contratos de emprego
<b>Recursos humanos</b> Força de trabalho organizada e treinada, planos de cargos e salários	<b>Localização</b> Direitos de passagem, licenças, aluguéis, documentos e variância de zoneamento, direitos de utilização (ar, águas, perfurações, mineração)
<b>Finanças</b> Sistemas de planejamento e divulgação, relacionamentos com acionistas e com a comunidade financeira	<b>Processamento de dados</b> <i>Softwares</i> de sistema, aplicações de operação comercial, automação do escritório, treinamentos

FONTE: Reilly & Schweih's (1999)

Dessa forma, no caso daqueles empreendimentos cujas ações têm seu valor divulgado na bolsa de valores, o sucesso com que as organizações administram seu capital intelectual é progressivamente retratado a partir destas categorias de valores, que são, freqüentemente, múltiplas vezes o valor da “capacidade de gerar caixa” desses empreendimentos, segundo Granstrand (1999).

O quadro 2 fornece uma visão geral das categorias de recursos existentes dentro de uma organização, e, ao mesmo tempo, analisa-as em tópicos o que constitui os recursos materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis) passíveis de ser capitalizados.

QUADRO 2–CATEGORIAS E TÓPICOS DE RECURSOS DE UMA EMPRESA

MATERIAIS (TANGÍVEIS)	IMATERIAIS (INTANGÍVEIS)	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ativo fixo</li> <li>• Trabalho em andamento</li> <li>• Recursos naturais</li> <li>• Matérias-primas</li> <li>• Estoques</li> <li>• Capital financeiro</li> <li>• Debêntures</li> <li>• Ações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direitos de propriedade intelectual (DPI)</li> <li>• Direitos autorais</li> <li>• Patentes</li> <li>• Bancos de dados</li> <li>• <i>Know-how</i></li> <li>• Licenças</li> <li>• Segredos de fabricação</li> <li>• Marcas registradas</li> <li>• <i>Softwares</i></li> <li>• Concessões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Goodwill</i></li> <li>• Relacionamentos internos e externos</li> <li>• Força de trabalho</li> <li>• Clientes</li> <li>• Fornecedores</li> <li>• Tecnologia</li> <li>• Investidores</li> <li>• Competência humana</li> <li>• Habilidades</li> </ul>

FONTE: Granstrand (1999, p. 7)

Note-se a respeito que, em geral, essas categorias imateriais (intangíveis) dependem, direta ou indiretamente, da existência de recursos humanos qualificados e, portanto, tal como já observado, à medida que exista preocupação com o capital intelectual, haverá também uma maior valorização do fator humano nas empresas.

#### 2.2.1.1 Importância do fator humano para capitalização dos intangíveis

As empresas deste século não apenas são mais conectadas que suas predecessoras da era industrial, como também são mais dependentes de seus empregados, afirma Lev (2001), na medida em que agregam conhecimentos aos processos produtivos e à administração em geral.

Desta forma, a par de um conjunto de outros fatores de ordem política e contextual, os desdobramentos econômicos ocorridos em função de um conjunto de facilidades tecnológicas surgidas nas últimas décadas enfraqueceram consideravelmente os controles das empresas relativos aos seus recursos humanos. No mesmo momento em que o capital humano se tornou mais importante, segundo Lev (2001) o domínio das empresas sobre ele se enfraqueceu, por duas razões:

- primeiramente, o acesso mais fácil a financiamento aumentou as opções externas dos empregados, eles poderiam ir trabalhar para uma empresa iniciante, por exemplo;
- em segundo lugar, a abertura do comércio mundial criou espaço para muitos fornecedores independentes, e isto gerou mais oportunidades e alternativas de emprego, tornando o capital humano dos empregados menos específico para seu atual empregador (LEV, 2001, p.9).

Isto pode ser visto pela crescente taxa de rotatividade de empregados através de muitos setores econômicos, o que atesta que as ligações de dependência entre empregadores e empregados se modificaram substancialmente. Evidentemente, empresas que são capazes de manter uma força de trabalho estável e assegurar (ou se apropriar) uma porção significativa do valor criado pelos empregados possuem valiosos intangíveis relacionados a seus empregados, assegura Lev (2001).

As enormes perdas advindas da rotatividade de empregados são demonstradas, por exemplo, pela descoberta de que 71,0% das empresas na lista

da Inc. 500 (um grupo de companhias jovens e de crescimento rápido) foram estabelecidas por pessoas que reproduziram ou modificaram inovações desenvolvidas por seus antigos empregadores (LEV, 2001).

Segundo Lev (2001), isto sugere a magnitude das perdas decorrentes da falha em reter empregados-chave e de proteger o valor criado por eles. Programas específicos de treinamento, práticas de compensação (tais como compensação baseada em ações distribuídas através da hierarquia corporativa) e arranjos inovadores (como o estabelecimento de centros empresariais dentro das corporações) são eficazes em estabilizar a força de trabalho.

Como no capital organizacional, tais intangíveis relacionados aos empregados não eram proeminentes nos empreendimentos da era industrial, que exerciam um controle significativo sobre os mesmos. Intangíveis de recursos humanos são agora evidentes em corporações bem-sucedidas (LEV, 2001).

Em decorrência do que foi exposto, pode-se afirmar com segurança que, implicitamente, existe algo mais nas empresas que se preocupam com o capital intelectual além do seu patrimônio físico-financeiro. Existem pessoas valorizadas, e estas, em geral, são credoras de um rol de atenções diferenciadas pelo seu potencial de geração de valor econômico e aplicação futura de conhecimentos. Este é um importante argumento a ser levado em conta quando se pretende trabalhar com a apropriação do capital intelectual.

Cabe, aqui, citar Bassi (2000), quando lembra que no início dos anos 90 a ameaça do *downsizing*<sup>14</sup> rondava o local de trabalho e o maior risco que um empregado enfrentava era a perda de seu emprego. E, quando isso acontecia, a possibilidade de vir a receber um retorno sobre os seus investimentos feitos para obter conhecimento caía a zero por algum tempo, ainda que se considere que os conhecimentos e a capacidade de produzir informações que as pessoas detinham não haviam sido ameaçados diretamente. As demissões eliminavam as vagas, mas não tornavam as pessoas incompetentes para trabalhar em outras empresas.

Ainda segundo ele, não é preciso ir muito longe no tempo para encontrar um exemplo desses prejuízos. Nas décadas de 80 e 90, nos Estados Unidos, quando muitas corporações procederam a uma colossal reestruturação econômica, anunciando demissões maciças, elas apresentaram aumentos substanciais no valor

---

<sup>14</sup> Trata-se da opção pela redução de custos através de corte de pessoal (TACHIZAWA et al., 2001).

de suas ações. Parte deste aumento foi o resultado da percepção (correta ou não) de que alguma “gordura” estava sendo eliminada. Mas, uma parte do aumento foi o resultado tautológico do fato de que, quando pessoas são demitidas, os custos diminuem e, conseqüentemente, os lucros aumentam, pelo menos temporariamente.

Mais ainda, ele também comenta que as empresas que demitiram esses empregados deixaram de contar com aqueles conhecimentos e capacidades produtivas, acrescentando-se que muitas delas haviam investido no aumento de conhecimento e competências por parte desses empregados demitidos. Assim, os resultados obtidos por estas empresas foram apenas de curtíssimo prazo, uma vez que muitas delas haviam perdido valiosos recursos intelectuais.

O que a análise do pensamento dos vários autores consultados mostra é que existe uma imbricação bastante forte entre o movimento de apropriação do capital intelectual e o de valorização do fator humano nas empresas, e que, à medida que a empresa perde seus recursos humanos, perde também parte das possibilidades de contabilização de seus ativos intangíveis.

Por isso, o *know-how* dos empregados e as suas capacidades inovativas têm um papel predominante na definição do poder produtivo das corporações e são responsáveis por uma crescente proporção do capital intelectual (intangível) em indústrias tradicionais.

#### 2.2.1.2 Uma outra forma de analisar as empresas

Investidores financeiros levam em consideração o risco, quando estruturam seu *portfolio* de investimentos. A cada vez que fazem um movimento (ou decidem não se mover), encaram a possibilidade de que podem perder parte de seu capital ao desistir de um ganho do qual poderiam usufruir mediante um investimento diferente. Investidores que levam em conta o conhecimento existente na empresa, por sua vez, encaram sua própria forma de risco quando fazem a opção por alternativas que lhes sejam colocadas à disposição, e que envolvem a necessidade de constante atualização dos conhecimentos por parte dos empregados (DAVENPORT, 2000). Contudo, no mundo pós-*virada de século*, nesta sociedade da informação, risco significa algo diferente, e parte dele é oriundo dos fatores intangíveis relacionados com a falta de conhecimento nas empresas e com a falta de

conhecimento sobre as empresas e, em decorrência, acerca de suas capacidades organizacionais.

Para Davenport (2000), atualmente o maior risco vivido pelos empregados, especialmente aqueles cujo capital mais precioso é o mais recente conhecimento teórico e técnico-metodológico adquirido, não é a perda do emprego, mas a desvalorização deste conhecimento em função de sua possível obsolescência, haja vista que conhecimentos obsoletos não permitem o enfrentamento e a competição em mercados cuja ênfase é a inovação tecnológica e a racionalização na busca de produtividade e lucratividade. Desvalorização esta que afeta não apenas os empregados, mas também as empresas, seja pela perda de qualidade dos seus recursos, seja pela necessidade de reciclagem dos recursos existentes, ou ainda pela contratação de outros recursos em substituição àqueles obsoletos. Como corolário, eventuais faltas/ausências de conhecimento implicam, diretamente, que vários aspectos do capital organizacional das empresas podem ser afetados.

Existe, portanto, uma percepção bastante clara, tanto por parte dos autores consultados quanto dos informantes pesquisados, de que os conhecimentos constituem um forte fator de agregação de valor, na medida em que são úteis às empresas. E, nisto, não se incluem apenas aqueles de natureza técnica, mas toda forma de conhecimento possível de ser apropriada pelas empresas nos seus processos organizacionais-produtivos, como também aqueles conhecimentos para enfrentamento da concorrência e atendimento do mercado, ou seja, tudo o que se relaciona aos intangíveis organizacionais.

A respeito, Davenport (2000) considera que se os investidores externos às empresas tivessem melhores informações sobre os conhecimentos disponíveis e a respeito da forma como as empresas se organizam e se relacionam, eles seriam menos rápidos em recompensar aquelas que se empenham em estratégias míopes (muitas vezes excessivas) de corte de custos por meio de demissões de funcionários, as quais certamente sempre apresentam conseqüências negativas em tempos futuros, e isto porque, tal como explicitado, as empresas perdem capital intelectual, na medida em que perdem benefícios futuros que seriam advindos do pessoal dispensado.

Para Bassi (2000), no entanto, de modo geral os investidores finalmente parecem estar se dando conta desse fato, pois anúncios de dispensas não geram

mais o mesmo nível de aumento no valor das ações. Percebe-se, assim, que as demissões resultam em desfalques no capital intelectual das empresas, e este, em muitos casos, é constituído pela perda de aspectos intangíveis inerentes aos recursos humanos e às decorrentes perdas de capacidade organizacional.

Lynn (2000, p.1) afirma que embora todas as organizações desejem ser bem-sucedidas e se expandir, desconsideram que, enquanto buscam estas metas, seus administradores muito freqüentemente negligenciam um dos elementos-chave do sucesso organizacional, a saber, a parte dos elementos intangíveis relacionados aos recursos humanos e à sua capacidade organizacional passíveis de ser capitalizados e divulgados como recursos de valorização das empresas. Neste sentido, cabe reiterar, é ainda pequeno o número de empresas (e de administradores) que manifestam preocupações efetivas com este lado do problema.

Em geral, as soluções propostas para a capitalização e divulgação do capital intelectual relacionado com os recursos humanos e com a empresa como um todo, nos seus aspectos organizacionais não materiais, vão desde o encorajamento às empresas em revelar voluntariamente mais informações sobre estas formas de intangíveis (a maioria), até a sugestão de mudanças no sistema contábil (uma minoria) visando à apropriação obrigatória dos mesmos (LEV, 2001).

Motivos diversos podem ser apontados para a existência desse cenário, como a falta de informação para o mercado, ou mesmo a carência de formação dos próprios produtores de informação.

### 2.2.1.3 Preocupação com o registro e divulgação dos saberes

A maior parte do valor do capital intelectual das empresas, no entanto, está atada aos saberes individuais e às formas de relacionamento interpessoais, e isso pode se mostrar dispendioso, especialmente se um empregado é dispensado ou se aposenta sem ter tornado seu conhecimento explícito e acessível a outros dentro da organização, complementa Dzinkowski (2000), razão pela qual se justifica a preocupação no sentido de sua retenção/disseminação como recurso ativo da empresa.

Para Lynn (2000), uma boa política a ser desenvolvida é a de buscar motivação para a circulação do conhecimento e para registrar os saberes críticos exercidos em áreas e atividades sensíveis para a empresa, uma vez que o



gerenciamento do capital intelectual pode ajudar a transformar o conhecimento implícito em conhecimento explícito e utilizável, de forma que a organização como um todo possa se beneficiar. Infelizmente, afirma a autora, assegurar-se de que o conhecimento permaneça implícito, resguardando-se o que se sabe, é uma característica típica da cultura individualista e competitiva que impera nos dias de hoje, sobretudo naquelas organizações que não valorizam os saberes existentes e não se preocupam em recompensar a veiculação de conhecimentos.

Nesta cultura, segundo Lynn (2000), “silos de conhecimento”<sup>15</sup> e “feudos informacionais” multiplicam-se, pois os indivíduos protegem suas posições, em vez de compartilharem seus conhecimentos com outros na organização, o que demanda, certamente, o desenvolvimento de métodos de gestão de pessoal mais adequados e um maior apelo à participação e gestão participativa.

Apesar de não representar, de forma alguma, um novo desafio para os contabilistas e para as suas estruturas tradicionais de mensuração e divulgação, a extensão dos valores ignorados dos ativos intangíveis sugere a necessidade de uma reflexão urgente por parte desses. Isto, no entanto, é apenas parte da necessidade da contabilização do capital intelectual e, indiscutivelmente, não é a mais importante.

Desse modo, dada a importância de administrar com sucesso o capital intelectual, a contabilidade também está sendo desafiada a desenvolver novas abordagens para a mensuração de desempenho que preservem a qualidade do gerenciamento dos ativos intangíveis. Enquanto tais expectativas sobre o que a contabilidade deve revelar sejam mais recentes que aquelas associadas com as discrepâncias entre valor de mercado e valor contábil, elas têm seus precursores nos pedidos para que a contabilidade forneça informações em outras bases contemporâneas, tais como valor agregado, qualidade dos produtos, tempo de produção, fidelização dos clientes, apelo do produto, etc. (ROSLENDER & FINCHAM, 2001, p.386).

### 2.2.2 Capital intelectual associado a inovações tecnológicas

De acordo com Lev (2001), a inovação sempre foi uma atividade importante dos indivíduos em empreendimentos comerciais, e a perspectiva de lucros acima da

---

<sup>15</sup> O conceito de ‘silos de conhecimento’ foi utilizado antes por Kaplan & Norton na obra *A Estratégia em Ação*, publicado no Brasil pela Editora Campus, em 1997.

média ou de rendas de monopólios protegidos por um certo período de tempo por patentes ou “vantagens dos pioneiros” sempre forneceu fortes incentivos para a inovação.

As grandes invenções científicas e industriais dos séculos 19 e 20, tais como a eletricidade, o motor de combustão, as descobertas químicas e farmacêuticas, as novas tecnologias de comunicação ou informação, atestam esses fortes incentivos e demandas pela inovação.

Claramente, a inovação não é uma particularidade do ambiente econômico atual, observa Lev (2001), mas, segundo ele, o que é singular para a corporação moderna é a urgência em inovar, e esta urgência se reflete no aumento acentuado no número de profissionais envolvidos em inovação (atividades criativas), e que ampliam, assim, as possibilidades de aumento também dos ativos intelectuais passíveis de ser levados em conta nos processos de apropriação do capital intelectual. As inovações constituem, desse modo, um formidável recurso a ser considerado neste sentido.

Para Lev (2001, p.14), enquanto muitas inovações do século 19 e início do século 20 eram implementadas por indivíduos (eletricidade, telefone e televisão, apenas para citar algumas) e eram subseqüentemente desenvolvidas por corporações, na metade do século 20 a inovação tornou-se uma atividade corporativa importante, com recursos maciços direcionados para ela (por exemplo, os gastos de corporações norte-americanas em pesquisa e desenvolvimento em informática, uma das muitas formas de investimento em inovação, chegaram a 145 bilhões de dólares em 1998).

É evidente, portanto, que muitos dos elementos que hoje são conhecidos como ativos intelectuais já existiam bem antes que alguém se desse conta de que podiam ser capitalizados. Mas é a partir das últimas décadas do século 20 que isto se torna impositivo de ser feito, principalmente em relação àquelas formas de inovação tecnológica que, efetivamente, determinam uma maior valorização das empresas.

Sucesso e liderança, mesmo em indústrias tradicionais, podem ser agora assegurados através apenas das inovações (LEV, 2001), ou seja, como já reiterado, predominantemente por capital intelectual, na medida em que estas inovações estão sempre associadas a recursos humanos.

Os novos produtos, serviços e processos gerados pelo movimento de inovação (novas drogas, caixas automáticos, canais de distribuição baseados na internet) são o resultado de investimentos feitos em áreas tais como P&D, tecnologia adquirida, treinamento de empregados e na busca de novos clientes.

Quando tais investimentos são bem-sucedidos comercialmente, e são protegidos por patentes ou vantagens de pioneirismos, eles são transformados em ativos tangíveis, criando valor econômico e crescimento corporativo (LEV, 2001), e quando a reivindicação está legalmente assegurada (protegida), tais como nos casos de patentes, *trademarks* ou *copyrights*, o ativo é geralmente identificado como *propriedade intelectual*.

Segundo Stickney & Weil (2001), as empresas bem-sucedidas geralmente investem em pesquisa e desenvolvimento por várias razões: procuram desenvolver competência tecnológica ou de marketing que lhes propicie vantagem competitiva sobre os concorrentes, bem como explorar possíveis aplicações da tecnologia existente, visando o desenvolvimento de novos produtos ou o aperfeiçoamento de produtos antigos e, com isso, em geral, produzem vários ativos intangíveis no processo de produção de bens tangíveis, objetivo final das atividades de pesquisa e desenvolvimento.

A maioria desses processos produtivos de ativos intelectuais gira em torno da desverticalização (por exemplo, na cadeia de fornecedores) e da inovação, haja vista que são os intangíveis os impulsionadores fundamentais da desverticalização, que é atingida pela substituição de intangíveis por ativos físicos, e da inovação, que se dá primariamente pelo investimento em intangíveis (LEV, 2001).

A principal questão contábil sobre os intangíveis, quando estes se apresentam como inovações tecnológicas, está associada, portanto, tal como em relação aos conhecimentos e aos recursos humanos, com seus benefícios futuros e, neste sentido, cabe apresentar algumas questões sempre que se tiver que decidir acerca da inclusão ou não de uma inovação tecnológica no rol de elementos de capital intelectual:

- os gastos despendidos na aquisição ou desenvolvimento do intangível geraram benefícios futuros suficientes para que a empresa possa capitalizá-los e amortizá-los posteriormente?

- os gastos despendidos não produziram benefícios futuros – ou os benefícios futuros são muito difíceis de ser estimados –, de modo que a empresa deve considerá-los como despesa do período em que foram incorridos? (STICKNEY & WEIL, 2001, p.411).

Também de acordo com Lynn (2000, p.2), atualmente qualquer organização, tanto quanto as pessoas, se realmente esperam sobreviver e florescer neste milênio, devem cultivar as inovações tecnológicas como um importante segmento de seu capital intelectual. Assim, também torna-se impositivo que as empresas divulguem o valor dos seus ativos intangíveis utilizados como inovação nos seus processos operacionais e nos seus produtos.

No período de 1959-1997, um conjunto de acadêmicos, pesquisadores e economistas desenvolveu um novo enfoque em relação à estratégia comercial que ressaltava a eficiência dos recursos, em vez das geralmente aceitas forças competitivas. Progressivamente esta visão contribuiu para uma consistente mudança nos elementos paradigmáticos mais tradicionais desta área de conhecimento (SULLIVAN, 2000).

A perspectiva baseada em recursos, observa Sullivan (2000), mostra que as empresas possuem capacidades e tecnologias diferenciadas e singulares. Além disso, estes recursos são “inerentes às suas atividades” (não são facilmente adicionados nem são facilmente descartados), pelo menos em curto prazo, de forma que as empresas devem operar com o que possuem (e os conhecimentos estão aí incluídos).

Para esse autor, esta perspectiva se concentra em estratégias para explorar ativos específicos às empresas existentes, já que alguns dos ativos da empresa são intelectuais e que atividades como treinamento, *know-how* e aprendizado tornam-se questões estratégicas fundamentais.

Neste contexto, conforme demonstra a figura 3, trabalhos como os de Hall, St. Onge, Teece, Sullivan e Sveiby, tratando de capital humano, podem ter um enorme potencial de contribuição à estratégia comercial das empresas.

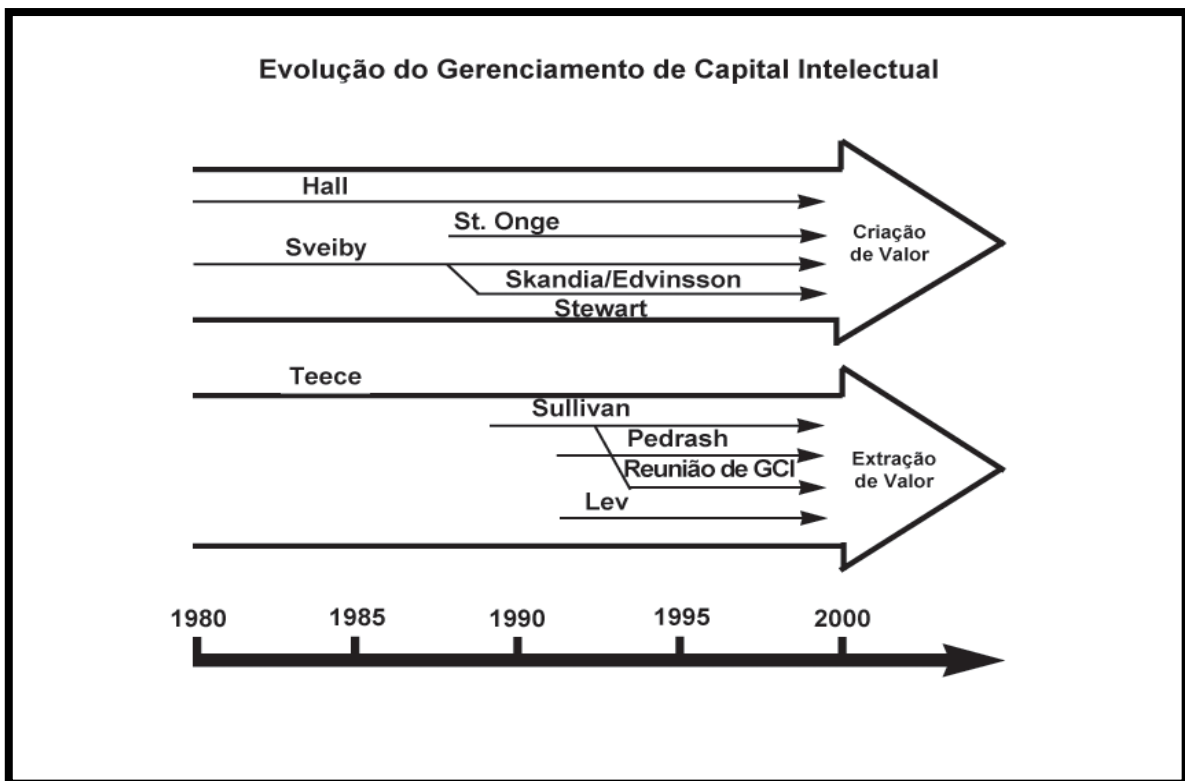


FIGURA 3 - EVOLUÇÃO DO GERENCIAMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL - 1998-2000  
 FONTE: Sullivan (2000, p.242)

A linha de tempo mostra a diversidade de contribuições<sup>16</sup> e a direção de seus objetivos (SULLIVAN, 2000) e, desta forma, o que se constata é que existe uma constante e crescente frequência de contribuições ao campo de estudos do capital intelectual das organizações baseadas em duas vertentes: 'criação de valor' e 'extração de valor'.

### 2.3 Perspectivas para o Capital Intelectual

Mouritsen (1998, p.479) compara o capital intelectual ao Valor Econômico Agregado (EVA), considerando-os como duas tecnologias significativamente contrastantes de administrar o crescimento corporativo e a criação de valor pelas empresas.

O EVA é utilizado amplamente como uma medida de desempenho (STEWART,1998). É um sistema de gerenciamento financeiro que se concentra singularmente na busca de projetos de investimento cujo retorno financeiro seja superior ao fluxo de caixa normal da empresa, gerando, assim, um ganho adicional

<sup>16</sup> Uma sinopse das contribuições dos autores identificados na Figura 3 foi incluída no Apêndice 2.

para os acionistas, ou seja “representa um ganho que sobra depois de considerar o custo do capital próprio como despesa” (MARTINS, 2001).

Complementado, Martins (2001, p.244), afirma que pode-se compreender o EVA como uma resposta à necessidade de medidas de desempenho que expressem a adequada criação de riqueza por um empreendimento.

Desta forma, enquanto o capital intelectual for considerado um produto que se concentra também na criação de valor e de riqueza para os acionistas, ele rompe fundamentalmente com os bancos de dados financeiros nos quais o valor econômico agregado compartilha com outras abordagens de gerenciamento financeiro. Mais que mensurar o desempenho ou calcular o resultado financeiro corporativo, Mouritsen (1998, p.479) observa que os relatórios dos ativos intangíveis “estão preocupados em demonstrar e ressaltar a criação de conhecimento direcionando a otimização dos resultados das empresas”.

Desta forma, segundo Lynn (2000), para compreender melhor o capital intelectual e como criar valor organizacional, deve-se primeiramente traduzi-lo em termos mais práticos, visto que parte do problema nesta forma de ativo está em que muitas organizações não entendem seu poder subjacente, e que, apesar de ser intangível, esse capital pode ser mensurado e capitalizado.

Lynn (2000), a partir de uma variedade de fontes, desenvolve um modelo de três componentes para capital intelectual que já haviam sido identificados na pesquisa de Dzinkowski (1998): o capital humano, o capital relacional (ou de cliente), e o capital organizacional (ou estrutural).

### 2.3.1 Capital humano

Segundo Lyn (2000, p.2), o capital humano é representado como *know-how*, capacidades, habilidades e especializações dos recursos humanos de uma organização, trata-se de um dos ativos críticos no grupo de capital intelectual, já que o gerenciamento do capital humano freqüentemente cria e sustenta a riqueza de uma organização; em outras palavras, o capital humano pode ser visto como o conjunto de habilidades e conhecimentos dos indivíduos dentro de uma organização, e isto pode ser mensurado e divulgado.

### 2.3.2 Capital relacional (clientes e fornecedores)

É identificado como uma entidade em separado e, segundo Lyn (2000, p.2), encampa “quaisquer das conexões que as pessoas fora da organização têm com ela”, juntamente com a lealdade do consumidor, fatia do mercado, nível de pedidos, etc. Diz respeito às conexões de uma organização com seus clientes e fornecedores, o que também cria valor através da fidelidade, mercados melhorados, velocidade e qualidade. Assim, ele pode ser traduzido em medidas de clientes contumazes cuja fidelidade gera vendas costumeiras e reduz os custos de buscar novos clientes. Da mesma forma, o cultivo de bons e dedicados fornecedores pode aumentar os esforços de *just-in-time*, aumentar a qualidade (acertando já na primeira vez) e reforçar a velocidade necessária para atingir as metas de comercialização. Esta forma de capital também pode ser mensurada e capitalizada como recursos da organização, complementa a autora.

### 2.3.3 Capital organizacional (ou estrutural)

Abrange os elementos restantes do capital intelectual, incluindo sistemas de informações e valores, juntamente com elementos de propriedade intelectual, tais como patentes, *copyright*, marcas, etc. O capital organizacional (estrutural) é a espinha dorsal da própria empresa, que envolve sua capacidade organizacional, incluindo seu planejamento administrativo e sistemas de controles, processos, redes funcionais, políticas e até mesmo sua cultura, ou seja, tudo o que auxilia uma empresa a gerar valor. Compreender que sistemas internos, redes e cultura são ativos valiosos concentra a atenção da organização em se assegurar de que estes ativos se apreciem e adicionem valor, em vez de permitir que eles declinem ou fiquem estagnados em face de políticas inapropriadas e esforços estratégicos insalubres, e isto também é aplicável ao capitalismo.

A título de exemplo, complementa Lynn (2000, p.2), cite-se a capacidade de adquirir uma habilidade ou uma especialização e transformá-la em incremento organizacional de um ativo material, ou a situação de um empregado do setor de marketing que desenvolve um método de se relacionar com os clientes de modo mais eficiente e é estimulado a documentar seu método de forma que outros funcionários do setor possam utilizá-lo.

Em alguns casos, o método de gestão do capital intelectual permite formar a base para um sistema especializado no qual a tecnologia e a inovação (tal como já comentado) podem ser elementos capacitadores dos empregados e da empresa, o que torna o processo geral mais acessível para outros. Converter uma habilidade em um ativo organizacional ilustra o potencial dinâmico de se utilizar o capital intelectual.

Em resumo, a apropriação do capital intelectual pode ser interpretada como um meio de capturar o conhecimento implícito do indivíduo (saberes) e torná-lo explícito na estrutura organizacional, tornando-o conhecimento socializado e/ou normatizado (LYNN, 2000, p.2).

#### 2.3.4 Demanda de uma cultura cooperativa

Cabe observar, assim, que o gerenciamento do capital intelectual requer uma cultura cooperativa, de compartilhamento, muito mais do que aquelas ditadas por muitas teorias tradicionais de administração. Requer não apenas que exista preocupação quanto à apropriação dos saberes importantes para a sobrevivência e competitividade das organizações, mas também, e sobretudo, segundo Lynn (2000), uma mudança de mentalidade empresarial que valorize os produtores de conhecimento, os propositores de inovação, a troca de informações internas e um maior desenvolvimento das atividades intersubjetivamente integradas. Exige-se, portanto, a adoção de novos elementos paradigmáticos, afirma categoricamente o autor.

A ocasião do reconhecimento da importância do capital intelectual freqüentemente faz com que uma organização execute uma mudança de paradigma em sua mentalidade, já que seus elementos de capital humano, relacional e estrutural podem despertar a companhia para novas idéias, que não eram tão evidentes anteriormente.

Lynn (2000, p.3) também considera como de vital importância administrar os ativos intangíveis eficientemente e colimado com a administração dos recursos humanos. Neste sentido, oferece a visão de que “um grande desafio na administração do capital intelectual é transformar capital humano e relacional (transientes) em capital organizacional (estrutural) de forma permanente, e que possa ser utilizado, replicado e melhorado no decorrer do tempo”.



Em comparação com Edvinsson & Malone<sup>17</sup>, Lynn (2000, p.3), no entanto, adota uma perspectiva mais gerencialista, afirmando que classificar capital humano e relacional juntos constitui um reconhecimento de que estes elementos do capital intelectual não podem ser controlados da mesma forma que o capital organizacional.

Nesse sentido, Roslender & Fincham (2001, p.385) identificam três importantes contribuições de autores sobre o capital intelectual, de forma a ilustrar as questões principais e *insights* associados ao desafio de sua contabilização:

- a primeira, de Edvinsson e Malone (1998), é intimamente justificada pela experiência na esfera de administrar em um ambiente no qual o capital intelectual é prevalente;
- a segunda, de Lynn (2000), demonstra que o *status* da tecnologia de gerenciamento do capital intelectual está parcialmente “desenvolvido”;
- a terceira, de Mouritsen (1998), fornece uma visão contábil com ênfase na orientação aos contabilistas quanto à emergência do capital intelectual, e reconhecem, também, que o capital humano, como parte integrante deste, diferentemente do capital organizacional (estrutural), não pode ser possuído pela organização e, conseqüentemente, é necessário assegurar que o estoque de capital humano de uma organização seja eficientemente administrado de forma a reproduzir, e idealmente aumentar, o capital intelectual da empresa e sua vantagem competitiva<sup>18</sup>.

## 2.4 Conexão Contábil

Segundo Iudícibus (1998), a contabilidade, em seu aspecto de mensuração, é um sistema relacional, do tipo espelho. Os números que, afinal, são associados a ativos, passivos, receitas, despesas, perdas, ganhos e ao patrimônio líquido expressam uma representação da realidade, e não a própria realidade dos elementos avaliados.

Quando atribuímos a um veículo de propriedade de uma organização um valor, estamos apenas apresentando uma parte da essência que é a expressão

---

<sup>17</sup> Edvinsson & Malone (1998).

<sup>18</sup> Segundo o dicionário *on-line* [www.investorwords.com](http://www.investorwords.com), *vantagem competitiva* é a “condição que permite a uma companhia operar de uma forma mais eficiente ou com qualidade mais alta do que as companhias com as quais ela compete, e que resulta em benefícios provisionados àquela companhia”. Acesso: em 31 mar. 2004.

monetária, conclui o autor. Esta mesma facilidade não se encontra quando se trata de ativos intangíveis.

Entende-se que a contabilidade deva estar participando ativamente deste novo cenário, cumprindo seu papel de acordo com os objetivos pelos quais existe, e os ativos intangíveis, cuja importância não está passando despercebida pela classe contábil, está estimulando o seu desenvolvimento e identificando necessidades de correções no seu rumo. E, um dos seus primeiros desafios em termos de generalização parece estar ligado à contabilização dos recursos humanos.

Para Flamholtz & MAIN (1999)<sup>19</sup>, a significância da contabilidade específica para recursos humanos era de que ela reconhecia a necessidade de se fornecer à administração as informações de que precisava para gerenciar pessoas de forma mais eficiente. Ou seja, a par da contabilidade físico-financeira, argüia-se a demanda de compreender a disponibilidade dos recursos humanos.

Conseqüentemente, Flamholtz criou uma abordagem para contabilizar o valor dos empregados dentro de um formato de contabilidade gerencial, em vez de contabilidade financeira propriamente dita. Apesar de, em alguns momentos, enfatizar que a contabilidade de recursos humanos deveria ser vista como uma forma de pensar acerca das pessoas enquanto recursos organizacionais valiosos, a maior parte do seu trabalho se centra no desenvolvimento de informações sobre despesas e receitas que serão utilizadas para auxiliar no processo de tomada de decisão, planejamento e controle dos recursos humanos das organizações.

Neste aspecto, a contabilidade de recursos humanos de Flamholtz, divulgada em 1985, difere da preocupação um tanto limitada de se “incluir pessoas no balanço”. Em retrospectiva, no entanto, a exemplo da contabilidade gerencial desenvolvida nos anos 70, a contabilidade de recursos humanos permaneceu aprisionada pelo paradigma subjacente aos relatórios financeiros e pelos modelos de demonstrações contábeis usuais.

Segundo Hendriksen & Breda (1999), muitos autores argumentam que a duração econômica de todos os ativos intangíveis, assim como a de ativos tangíveis, é limitada, a menos que sejam continuamente feitos desembolsos com manutenção e reposição.

---

<sup>19</sup> A Contabilidade de Recursos Humanos, criada por Eric G. Flamholtz em 1974, mudava o tratamento dado a alguns tipos de gastos com pessoal pela contabilidade tradicional: os investimentos feitos em pessoas não seriam mais considerados como despesas, mas passavam à categoria de ativos.

Assim, segundo estes autores, mesmo as despesas iniciais de organização da empresa exigem gastos periódicos com reorganização, muitos dos quais interagem com o *goodwill* e as operações correntes. E, de acordo com a estrutura contábil tradicional, se houver uso de recursos para beneficiar períodos futuros, esses deverão ser reconhecidos sob a forma de ativos e alocados como despesa em períodos futuros.

De forma geral, pouco foi alterado no modelo tradicional de contabilização dos recursos empresariais com o advento dos intangíveis, pois, segundo esses autores, todos os ativos intangíveis adquiridos tendem a ser capitalizados na prática, satisfaçam ou não o critério de relevância.

Cahill & Myers (2000, p.14) argumentam que o interesse atual sobre a discussão da contabilidade do capital intelectual mostra sinais de sofrer um destino similar ao da contabilidade de recursos humanos idealizada por Flamholtz duas décadas atrás.

Na visão destes pesquisadores australianos, “o problema principal com a contabilidade de recursos humanos era que ela envolvia predominantemente estudos descritivos de aplicações práticas de técnicas, e era impulsionada por receitas normativas relativas à desirabilidade de tal ação, sem referência ao desenvolvimento de uma teoria explanatória” (CAHILL & MYERS, 2000, p.14).

Para eles, de forma a evitar a repetição deste processo no caso do capital intelectual, é necessário se engajar em uma discussão teórica significativa. Tais deliberações remontam ao estabelecimento de ações para verificar se é possível contabilizá-lo de uma forma que seja compatível com as normas contábeis, do mesmo modo que são outros tipos de ativos.

Os contabilistas são encarregados da tarefa de fornecer informações a respeito dos resultados obtidos pelas organizações, e para isso desenvolveram uma vasta estrutura para mensurar, registrar e relatar suas operações e transações, sendo que as demonstrações contábeis que periodicamente produzem visam fornecer uma estimativa precisa e confiável do valor das organizações. Mas, como se viu na introdução deste trabalho, para alguns pensadores conceituais, somente isto não é suficiente.

Recentemente, uma segunda estimativa do valor do negócio tem assumido um significado crescente, determinado não pelos contabilistas, mas pelo “mercado”,

ou seja, outros aspectos são considerados para determinar o quanto vale a organização para o mercado. Num mundo ideal, a diferença entre o valor de mercado de um negócio e aquele calculado pelos seus contadores deveria ser mínima. No entanto, no mundo real isto não acontece, uma vez que fatores intangíveis são levados em conta.

Os contabilistas, segundo Bouteiller (2000), sabem que o capital intelectual está presente dentro do empreendimento e, em muitos casos, é o fator fundamental de geração sustentada de valor, cuja ausência nos relatórios financeiros que eles elaboram representa uma fonte em potencial de preocupação.

Desta forma, questiona o autor, a não ser que os contabilistas estejam em posição de fornecer informações úteis sobre a mensuração, avaliação e divulgação do capital intelectual, sua reivindicação de representarem uma função-chave para a administração das empresas e da gestão dos negócios é solapada. E este é um dos papéis de destaque que podem ser assumidos por esta classe de profissionais: orientar as empresas quanto à necessidade e possibilidade de apropriação dos fatores intangíveis que podem ser capitalizados como informações interna e externa às organizações.

É possível entender, a partir daí, a afirmação de Dzinkowski (2000, p.7) de que “a contabilização do capital intelectual vai, enfim, exigir a utilização de novos conceitos e de novas práticas contábeis”, e isto recomenda igualmente que cuidados sejam tomados quanto à própria formação dos contabilistas e ao fornecimento de oportunidades de treinamento.

As observações desta autora demonstram, no entanto, duas características importantes da prática contábil atual que, para ações futuras em relação à classe contábil, devem ser discutidas:

- 1) o desejo de se apegar às tradições estabelecidas há um longo tempo e que estão associadas à contabilidade e relatórios financeiros;
- 2) a não percepção da importância do capital intelectual em relação à estrutura toda que conhecemos como contabilidade.

Como apontam as evidências de eventos passados, é necessário que a contabilidade tradicional seja capaz de acomodar o capital intelectual e, vice-versa, a estrutura de mensuração, avaliação e gestão desta forma de ativo deverá ser integrada aos sistemas tradicionais.

Na visão de Roslender & Fincham (2001), a implicação desta posição para o progresso da tarefa de se contabilizar o capital intelectual é que parece desejável concentrar-se muito mais atenção em como este pode contabilizar-se a si próprio. Para isso, é necessário que se atente às questões envolvidas em tornar a contabilidade dos diferentes ativos (tangíveis e intangíveis), ainda que conceitualizadas, compatíveis.

Em outras palavras, o capital intelectual deve ser igualado com as dimensões mais tangíveis da organização, especialmente o capital humano, que está sendo agora convidado a oferecer uma participação emancipatória de suas experiências organizacionais vividas.

Para começar a reverter tal tradição, segundo estes autores, seria necessária a aceitação de que é possível incluir no mesmo relatório contábil, medidas objetivas de valor, como no caso de ativos tangíveis, para os quais há registros de valores históricos, e medidas subjetivas de valor, em relação aos ativos intangíveis.

Se para o *goodwill* se comprovou existirem formas de contabilização complementares, não será problemático para a contabilidade, nas demonstrações financeiras, incluir o capital intelectual sem multiplicar as dificuldades já existentes.

Exigem-se, no entanto, novos conhecimentos, informações e habilidades, o que significa dizer esforços de acadêmicos, das entidades de classe e das próprias empresas, à medida que se interessarem pela problemática e compreenderem os benefícios advindos das eventuais soluções apresentadas.

Em uma tentativa de retomar o assunto, Roslender & Fincham (2001) propuseram como abordagem inicial a contabilidade de valor humano, baseada na reconhecida e amplamente aceita idéia central de que os empreendimentos necessitam reter os serviços daqueles empregados que são capazes de adicionar um valor significativo ao empreendimento.

Se, por um lado, isso é discutido para refletir a máxima, crescentemente popular desde o início da década de 80, de que “as pessoas são nosso ativo mais valioso”, por outro, reflete o fato de que se os empreendimentos vierem a adotar algum método de avaliação para tais empregados, os valores identificados agregariam valor às informações contábeis.

Naturalmente, valores desse tipo poderiam ser considerados por muitos como subjetivos pela sua natureza e por serem de difícil mensuração, não se enquadrarem na filosofia de relatórios concretos, baseados em números.

No entanto, seriam valiosos para as empresas e o mercado, bem como para reforçar a necessidade de contabilização dos intangíveis.

Tomada em conjunto com as observações anteriores sobre a dificuldade que a contabilidade e relatórios financeiros tradicionais têm com o tópico do *goodwill*, a conclusão deve ser de que, se quisermos ser bem-sucedidos na contabilização do capital intelectual, não devemos esperar que sem mudanças nos modelos contábeis, que nos são mais familiares, isto possa ser possível, e aceitar que mudanças deverão ocorrer (ROSLENDER & FINCHAM, 2001).

Portanto, deve-se enfrentar os problemas, discutir opções e estabelecer procedimentos, ainda que provisórios e levados a efeito sob a forma de projetos-piloto, para buscar soluções para tais problemas.

## **2.5 Estrutura do Gerenciamento de Capital Intelectual**

O valor corporativo não advém isolada e diretamente de qualquer um de seus fatores de capital intelectual (humano, relacional e organizacional), mas apenas da interação entre todos eles e, tão importante quanto, não importa o quanto uma organização seja forte em um ou dois destes fatores, se o terceiro for fraco, ou pior, maldirecionado, a organização não tem potencial algum de transformar seus efetivos intelectuais em valor corporativo (EDVINSSON & MALONE, 1997, p.146).

Vários métodos de gerenciar, mensurar e relatar o capital intelectual de empresas têm surgido, e cada um deles faz uma abordagem sobre algo diferente.

O quadro 3 ilustra os tipos de capital intelectual existentes dentro de cada categoria e, identifica a sua forma de classificação.

QUADRO 3 – ELEMENTOS DO CAPITAL INTELECTUAL

CAPITAL HUMANO	CAPITAL RELACIONAL (OU DE CLIENTES)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Know-how</i></li> <li>• Educação</li> <li>• Qualificação vocacional</li> <li>• Conhecimento relacionado ao trabalho</li> <li>• Avaliações ocupacionais</li> <li>• Avaliações psicométricas</li> <li>• Competências relacionadas ao trabalho</li> <li>• Ímpeto empreendedorístico, inovatividade, capacidades proativas e reativas, mutabilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ACORDOS DE FRANQUIAS</li> <li>• Clientes</li> <li>• Fidelidade do cliente</li> <li>• Nomes de companhias</li> <li>• Pedidos em carteira</li> <li>• Canais de distribuição</li> <li>• Colaborações comerciais</li> <li>• Acordos de licenciamento</li> <li>• Contratos favoráveis</li> </ul>
CAPITAL ORGANIZACIONAL (OU ESTRUTURAL)	
PROPRIEDADE INTELECTUAL	ATIVOS DE INFRA-ESTRUTURA
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Patentes</li> <li>• Direitos autorais</li> <li>• Direitos de projeto</li> <li>• Segredos industriais</li> <li>• Marcas registradas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Filosofia gerencial</li> <li>• Cultura corporativa</li> <li>• Processos gerenciais</li> <li>• Sistemas de informação</li> <li>• Sistemas de rede</li> </ul>

FONTE: Dzinkowski (1998, p.7)

### 2.5.1 Enfoque estratégico

Muito tem sido propagado sobre a necessidade de se ligar o capital intelectual da empresa aos seus objetivos estratégicos (STEWART, 1997; EDVINSSON e MALONE, 1997; BROOKING, 1996; SVEIBY, 1997) e várias companhias estão fazendo experiências com estruturas de gerenciamento que tentam atingir isso (DZINKOWSKI, 1998).

Por exemplo, um modelo de gerenciamento de capital intelectual foi desenvolvido por Leif Edvinsson, da Skandia AFS, Hubert St. Onge, da CIBC, Charles Armstrong, presidente da Armstrong World Industries, e Gordon Petrash, da Dow Chemical Company, modelo este denominado “plataforma de valor”.

Como pode ser visto na figura 4, é na intersecção dos elementos do capital intelectual que o valor é criado, e esta interação é dinâmica, contínua e expansiva.

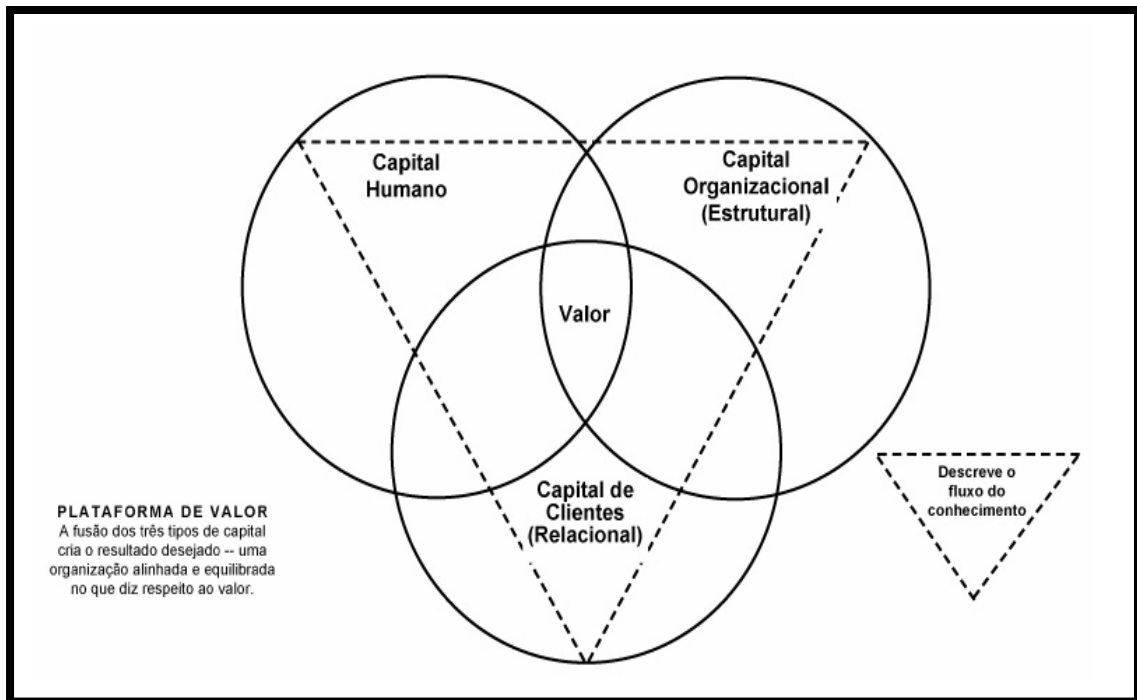


FIGURA 4 - CAPITAL INTELECTUAL: A CRIAÇÃO DO VALOR  
 FONTE: Edvinsson & Malone (1998, p.133)

Segundo Dzinkowski (1998), o referido modelo é composto por três instâncias que se inter-relacionam para formar o valor de capital humano, capital de clientes (relacional) e capital organizacional (estrutural). A criação de valor, complementa, é a meta principal de todas as atividades comerciais, enquanto a função fundamental da contabilidade tradicional é a de fornecer informações confiáveis para os investidores externos, e para isto ela depende da economia subjacente a todas as atividades comerciais.<sup>20</sup>

Enquanto essas características implicam que o gerenciamento do capital intelectual será singular em cada organização, presume-se que o capital humano aja como o bloco de construção do capital organizacional da empresa, e o capital humano e o capital organizacional (estrutural) interagem para criar o capital de cliente (relacional) (DZINKOWSKI, 1998, p.4).

De fato, quanto mais os círculos se sobrepõem, maior valor é produzido. A estrutura de gerenciamento de capital intelectual descrita aqui oferece novas maneiras de ver a organização e suas competências-núcleo. No entanto, muitos dos

<sup>20</sup> Esse argumento é central ao esforço da Financial Accounting Standards Board em reformar a United States – Generally Accepted Accounting Principles com a finalidade de requerer que as empresas divulguem valores justos em suas declarações financeiras (LEV, 2001).



conceitos e metodologias gerenciais que ela propõe são paralelos a práticas contábeis gerenciais bem estabelecidas (EDVINSSON & MALONE, 1998, p.133).

Edvinsson & Malone (1998, p.134) consolidam estes indicadores em cinco categorias principais, de acordo com o enfoque primário que eles tomam, a saber:

- enfoque financeiro;
- enfoque no cliente;
- enfoque no processo;
- enfoque na renovação e desenvolvimento;
- enfoque humano.

A seguir, são descritas as cinco categorias destes indicadores e ilustradas as diversas medidas utilizadas em cada área.

### 2.5.1 Enfoque financeiro

Indicadores que tomam um enfoque financeiro são representados em valores monetários ou percentuais. Eles incluem cálculos-padrão de retorno sobre investimentos e outras proporções financeiras comuns. No entanto, retornos calculados para empregados e retornos calculados para clientes são utilizados para obter um retrato da lucratividade dos recursos humanos e da clientela da empresa. Exemplos de medidas que tomam um enfoque financeiro são:

- receita/empregado;
- valor agregado/cliente;
- lucros/empregado;
- receita de novos clientes/receitas totais;
- valor agregado/empregado;
- valor agregado/emprego de tecnologia.

### 2.5.2 Enfoque no cliente

O enfoque no cliente avalia especificamente o valor do capital de clientes da empresa, e utiliza indicadores financeiros, percentuais e números para identificar um quadro de itens tais como composição da fatia de mercado, atendimento ao cliente, características demográficas de vários grupos de clientes, custos de desembolso e outros custos de suporte que são requeridos. Exemplos de medidas de capital de cliente são:

- fatia do mercado;
- clientes/empregados;
- índice de satisfação do cliente;
- vendas anuais por cliente;
- clientes perdidos;
- duração média do relacionamento com o cliente;
- equipe geradora de receita;
- tempo médio entre o contato com o cliente e a resposta em vendas;
- investimentos em tecnologia/vendedor.

### 2.5.3 Enfoque no processo

Medidas que têm um enfoque baseado no processo destacam a utilização eficiente da tecnologia dentro da empresa e incluem primariamente identificação de custos administrativos; utilização do valor dos recursos aplicados em tecnologia de informação por empregado; medidas de eficiência baseadas em proporções de tempo, carga de trabalho e erros; e medidas de efetividade projetadas para monitorar a qualidade e os sistemas de gerenciamento de qualidade. Mais especificamente, as medidas de processo incluem:

- despesa administrativa/receitas totais;
- custo por erro administrativo/receitas de gerenciamento;
- tempo de processamento, pagamentos em excesso;
- pc's e *notebooks* por empregado;
- capacidade de rede/empregado;
- despesa em tecnologia/empregado;
- capacidade tecnológica/empregado;
- desempenho de Qualidade Corporativa (ISO 9000).

### 2.5.4 Enfoque na renovação e desenvolvimento

O enfoque em renovação e desenvolvimento emprega mensurações que capturam as capacidades inovadoras da empresa e enfoques na eficácia do investimento em treinamento, resultados de pesquisa e desenvolvimento e o retorno sobre o gasto em infra-estrutura tecnológica. As seguintes medidas parecem capturar estes elementos:

- despesa em treinamento/empregado;
- despesa em treinamento/despesa administrativa;
- despesa em desenvolvimento de competência/empregado;
- parcela de horas em treinamento/total de horas contratadas;
- despesa do desenvolvimento do negócio/despesa administrativa;
- despesa em P&D/despesa administrativa;
- investimentos em tecnologia para pesquisas básicas;
- investimentos em tecnologia para *design* de produto;
- recursos de P&D/recursos totais;
- despesas com tecnologia em treinamento/despesa de tecnologia;
- investimento educacional/cliente.

### 2.5.5 Enfoque humano

Mensurações que têm o enfoque no conjunto de funcionários da organização são projetadas para refletir o capital humano da empresa e a renovação e desenvolvimento daqueles recursos, e incluem um número de índices calculados de competência de empregados, medidas do entusiasmo e criatividade em potencial da força de trabalho, assim como indicadores da taxa à qual os recursos humanos da empresa devem ser substituídos. Segue-se uma amostra destas medidas:

- atualização tecnológica da equipe;
- grau de motivação;
- número de empregados;
- número de gerentes;
- idade média dos gerentes;
- rotatividade anual dos empregados permanentes em tempo integral;
- porcentagem dos gerentes da companhia com titulação em negócios, ciência e engenharia;
- tempo em treinamento a cada ano.

O quadro 4, fornece uma estrutura útil para se comparar os principais esquemas classificatórios. Mostra que diversos esquemas de classificação contemporâneos refinaram a distinção através da divisão mais específica do capital intelectual em várias categorias, que são, de certa forma, complementares entre si.

QUADRO 4 - ESTRUTURAS PARA CLASSIFICAR OS MODELOS DE RELATÓRIOS DE CAPITAL INTELECTUAL

DESENVOLVIDO POR	MODELOS	CLASSIFICAÇÃO
Sveiby (1988, 1997)	<i>The Intangible Asset Monitor</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura interna</li> <li>• Estrutura externa</li> <li>• Competência de pessoal</li> </ul>
Kaplan & Norton (1992)	<i>The Balanced Scorecard</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perspectiva de processos internos</li> <li>• Perspectiva do cliente</li> <li>• Perspectiva de aprendizado e crescimento</li> </ul>
Edvinsson & Malone (1997)	<i>Skandia Value Scheme</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capital Humano</li> <li>• Capital Organizacional</li> </ul>

FONTE: Guthrie & Petty (2000, p.3)

Constata-se no quadro 4 que Sveiby leva em conta estruturas e competência pessoal; Kaplan & Norton consideram as perspectivas de processos internos, do cliente, e de aprendizado e crescimento; e Edvinsson & Malone dão ênfase às pessoas e à organização.

O que fica evidente da diversidade e extensão dos indicadores de capital intelectual é que cada organização deve decidir por si própria, conforme suas características e perfil dos usuários das informações contábeis, quais destas medidas são as mais apropriadas para suas necessidades, dentro de suas restrições orçamentárias e recursos gerenciais disponíveis.

De um ponto de vista utilitário, esta distinção do capital intelectual em vários modelos provou ser ideal por facilitar a identificação de “tipos de informações de capital intelectual” que poderiam ser incluídos nos relatórios contábeis (GUTHRIE e PETTY, 2000; SVEIBY, 1998), ou seja, permite às diferentes empresas distinguir que apenas alguns tipos de intangíveis apresentam condições de ser capitalizados, uma vez que apenas uma parte é dotada de valor e apresenta interesse para divulgação.

O quadro a 5 traz alguns indicadores utilizados para avaliar o capital intelectual da empresa Skandia AFS, uma companhia pioneira na área de gerenciamento e elaboração de relatórios sobre ativos intangíveis, que desenvolveu os referidos relatórios tendo como base nada menos do que 164 indicadores diferentes, dos quais tem-se alguns exemplos a seguir.

## QUADRO 5 - MEDIDAS PARA GERENCIAR O CAPITAL INTELECTUAL

<p><b>INDICADORES DE CAPITAL HUMANO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reputação dos empregados da companhia junto aos recrutadores (<i>headhunters</i>)</li> <li>• Anos de experiência na profissão</li> <li>• Proporção de novatos (percentual de empregados com menos de dois anos de experiência)</li> <li>• Satisfação dos empregados quanto ao atendimento de suas expectativas</li> <li>• Proporção de empregados fazendo sugestões de novas idéias (proporção implementada)</li> <li>• Valor agregado por funcionário</li> <li>• Valor agregado por salário em \$</li> </ul>
<p><b>INDICADORES DE CAPITAL ORGANIZACIONAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de patentes</li> <li>• Custo de manutenção de patente</li> <li>• Custo de ciclo de vida do projeto por \$ de vendas</li> <li>• Número de computadores ligados ao banco de dados</li> <li>• Número de vezes que o banco de dados foi consultado</li> <li>• Contribuições ao banco de dados</li> <li>• Atualizações do banco de dados</li> <li>• Volume de utilização e conexão do Sistema de Informação (SI)</li> <li>• Proporção de novas idéias geradas para novas idéias implementadas</li> <li>• Número de novos produtos introduzidos</li> <li>• Introdução de novos produtos por empregado</li> <li>• Número de equipes de projetos multifuncionais</li> <li>• Proporção da receita de introdução de novos produtos</li> <li>• Tendência de cinco anos do ciclo de vida do produto</li> <li>• Duração média de tempo para o projeto</li> <li>• Valor das novas idéias (dinheiro economizado, dinheiro ganho)</li> </ul>
<p><b>INDICADORES DE CAPITAL DE CLIENTES E RELACIONAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento em volume de negócios</li> <li>• Proporção de vendas por clientes que retornam</li> <li>• Fidelidade à marca</li> <li>• Satisfação do cliente</li> <li>• Devolução do produto em proporção às vendas</li> <li>• Número de alianças com fornecedor/cliente e seu valor</li> <li>• Proporção de negócios de cliente (fornecedor) que o seu produto (serviço) representa (em \$)</li> </ul>

FONTE: Dzinkowski (1998, p.11)

Dada a diversidade de modelos, desenvolveu-se grande número de argumentos convincentes em apoio à necessidade de uma melhor compreensão do capital intelectual (BROOKING, 1996; DATI, 1998; GUTHRIE e PETTY, 2000; *Society of Management Accountants of Canada* – SMAC, 1998; SVEIBY, 1998).

Eles variam de uma compreensão intuitiva de que o capital intelectual “é importante” (STEWART, 1998) à evidência de reconhecer que ele tem “o potencial

de melhorar a eficiência dos mercados de trabalho e de capital” (BUKH, LARSEN & MOURITSEN, 2003). Porém, qualquer que seja o pressuposto, fica evidente que existe uma permanente preocupação de que o conhecimento sobre os intangíveis possa ser capitalizado e utilizado como informação para processos decisórios.

Poucos autores, no entanto, traçaram a seqüência de eventos envolvidos em seu desenvolvimento, ou seja, poucos se preocuparam em demonstrar como isto pode ser feito. As exceções, segundo Guthrie & Petty (2000), seriam Brennan & Conell (2000).

## 2.6 Justificativas para o Gerenciamento do Capital Intelectual

Na perspectiva estudada por Kaplan & Norton (1997), que é a do aprendizado e crescimento, eles escolheram concentrar-se nas capacidades dos empregados, ou seja, nos fundamentos do capital humano. Entre as mensurações que eles advogam que deveriam ser exploradas estão aquelas associadas à satisfação dos empregados, à retenção dos empregados e à produtividade destes, juntamente com a extensão de cobertura estratégica dada ao trabalho.

Segundo Kaplan & Norton (1997), as diferentes mensurações de capital intelectual identificadas na literatura, quando analisadas, parecem apresentar falta de consistência em seu conteúdo. Apesar de haver ocasionalmente itens inesperados, como “tempo para ajustar novas unidades organizacionalmente e administrativamente” ou “reputação da companhia”, a grande maioria é amplamente previsível: despesas com treinamento e educação, computadores por empregado, valor agregado por empregado e lealdade do consumidor. Conseqüentemente, há uma lacuna preocupante entre a massa crítica vibrante, geradora de valor, constituída pelos ativos intangíveis, e a métrica adotada para capturar suas várias dimensões.

Segundo Lev (2001), um conceito popular junto aos teóricos é o dos *scorecards*<sup>21</sup>, que reconhece a contribuição amplamente aumentada que os ativos intangíveis (ou “invisíveis”) têm para assegurar a vantagem competitiva e, em

---

<sup>21</sup> É um sistema de gestão de estratégias que utiliza indicadores não-financeiros para medir o desempenho e alinhar a estratégia da organização e torná-la um processo contínuo no dia-a-dia. Será identificado no capítulo 3 de forma mais completa.

conseqüência disso, a necessidade de desenvolver mecanismos para sua administração eficaz.

Dado que o gerenciamento financeiro provou ser historicamente bem-sucedido no controle e administração de empreendimentos comerciais, há claramente uma possibilidade de recompensa na extensão de sua aplicação para o capital intelectual. Do ponto de vista de Roslender & Fincham (2001), no entanto, também parece haver urgência em debater se é apropriado aceitar esta extensão, ou seja, em questionar a idéia de se aplicar o cálculo de gerenciamento financeiro para os ativos intangíveis de qualquer forma.

O que isso significa na prática? Tome-se um exemplo: a resistência em relatar os investimentos de uma organização para desenvolver as habilidades e aptidões de sua força de trabalho. Atualmente, a capitalização de tais investimentos, mesmo que desejável, encontra restrições nas normas contábeis preestabelecidas, devendo-se acrescentar, ainda, o desconhecimento do assunto por parte de muitos contabilistas, e a carência de pesquisas realizadas sobre o tema (LEV, 2001).

Em contraste, Roslender & Fincham (2001) argumentam que, dentro da estrutura emergente de relatórios acerca do capital intelectual, investimentos deste tipo provavelmente seriam declarados em um documento suplementar, talvez sem o acompanhamento de informações de custo, como parte das informações relativas ao nível de educação, treinamento, desenvolvimento, entre outros, dos membros da organização.

A finalidade subjacente do fornecimento dessas informações é a de promover um alto nível de consciência das pessoas (funcionárias das organizações) e de seu envolvimento com um projeto organizacional mais amplo, e há, reiterativamente, sinais claros, dentro da ciência contábil, da necessidade de incorporar o capital intelectual aos seus relatórios, confirmando sua relevância para o sistema de informação das organizações, concluem Roslender & Fincham (2001).

## **2.7 Quem deve se preocupar com os Intangíveis?**

O capital intangível é grande e cresce rapidamente, mas os investimentos físicos e financeiros (ações e títulos) do setor corporativo também o são, argumenta Lev (2001). Por que deveriam os formuladores de políticas, gerentes e investidores

estar particularmente preocupados com os intangíveis? O que justifica o amplo discurso em relação ao assunto?

Livros e publicações acadêmicas na forma de teses, artigos, etc. sobre intangíveis (capital intelectual) freqüentemente enfocam a contabilidade e a sua forma deficiente de registro dos investimentos em intangíveis em demonstrações financeiras corporativas, sublinhando que estas deficiências de informação pedem novas formas de registros.

Outros argumentam que sistemas internos de informações inadequados lidando com intangíveis afetam adversamente as decisões gerenciais, e oferecem, também, algumas soluções.

Deficiências de um sistema específico de informações, neste caso a contabilização de intangíveis em relatórios corporativos internos e externos, não resultarão em conseqüências adversas se os tomadores de decisão (gerentes, investidores) puderem obter de outras fontes as informações requeridas (LEV, 2001).

Investidores podem, por exemplo, conseguir informações sobre intangíveis por meio de relatórios de gestão ou de relatórios de pesquisa emitidos por analistas.<sup>22</sup>

Gerentes, também, podem suplementar o sistema interno de contabilidade com informações específicas acerca dos intangíveis (tais como patentes por P&D ou indicadores de retenção de empregados).

Concordantemente, sugestões convincentes para mudança no gerenciamento e mensuração de intangíveis devem estar fundamentadas em análises das deficiências devidamente documentadas, em vez de se basear em argumentos *ad hoc* sobre deficiências de informação (LEV, 2001).

Segundo esse autor, a recente proeminência dos ativos intangíveis é o resultado da confluência de duas forças principais: mudanças substantivas na estrutura dos empreendimentos comerciais; e tecnologia de informação e inovações científicas de longo alcance.

---

<sup>22</sup> A contabilidade para ativos físicos em demonstrações financeiras é tão deficiente quanto a contabilidade de intangíveis, na visão de Lev (2001). O autor entende que os ativos físicos são capitalizados (reconhecidos como ativos), mas são registrados pelo custo histórico e depreciados por esquemas irrealísticos, *ad hoc* (por exemplo, depreciação direta de 10 anos). Que inferências econômicas sobre o valor e desempenho de ativos físicos podem ser tiradas dos valores em seus balanços? Essencialmente nenhuma, afirma.



Isto significa que os responsáveis pela contabilização do capital intelectual devem, necessariamente, incluir três competências funcionais: análise organizacional, análise de sistemas informacionais e análise de inovações tecnológicas, tudo isto tendo em vista o ramo de negócios da empresa interessada na mensuração dos seus ativos intelectuais.

Sistemas gerenciais e regulatórios são lentos em se adaptarem a estas diferenças, resultando em amplas conseqüências adversas, quer no âmbito privado, quer no social, conseqüências estas que deveriam preocupar gerentes, investidores e formuladores de políticas.

Um discurso produtivo sobre os intangíveis deve estar baseado em uma análise minuciosa da economia dos intangíveis, na compreensão dos incentivos e motivos (particularmente a aversão a mudanças) dos atores principais (executivos, analistas financeiros, auditores) e numa documentação cuidadosa, empírica, das conseqüências econômicas da ascensão dos intangíveis (LEV, 2001).

De certa forma, em princípio, todas as pessoas de uma empresa devem ser, de alguma maneira e com papéis diferenciados, orientadas para a importância dos fatores intangíveis e da necessidade de sua divulgação. Mas, a prevalecer o princípio da especialização de funções, é preciso que exista um centro de reporte a partir do qual as iniciativas devam ser levadas a efeito para o gerenciamento destas preocupações.

## **2.8 Gerentes de Conhecimentos ou Gerentes Financeiros?**

A ascensão das organizações com utilização intensiva de conhecimento e o enfoque crescente sobre o capital intelectual fundamentalmente alteram a natureza do gerenciamento. O mundo dos negócios vê-se diante do desaparecimento do gerente enquanto um supervisor cuja responsabilidade primária é, em geral, apenas supervisionar as atividades de seus subordinados. Se o papel dos gerentes não é mais o de coletar, transmitir e processar informações, pois delega a outros estas tarefas, então qual é exatamente o seu trabalho?, questiona Lev (2001).

Parte da resposta está na mudança em direção à liderança na organização, comparada a gerenciar. Apesar de as companhias em última instância gerirem os seus negócios para ganhar dinheiro, há uma crescente tendência em não se falar do gerenciamento em termos financeiros e, em seu lugar, surge um movimento que tende a ver o gerenciamento em termos não-financeiros.

Uma manifestação desse movimento é a transição em direção ao relacionamento entre a organização e seus empregados como um acordo mútuo, em vez de um contrato, e isso é refletido na inclinação dos gerentes de hoje em se referir a suas responsabilidades como gerentes de conhecimento, as atividades de apropriação e disseminação de conhecimento e treinamento de funcionários, notadamente em companhias com utilização intensiva de conhecimento.

Assim, os gerentes estão gradualmente se tornando "facilitadores" de acesso ao mais valioso ativo das companhias com utilização intensiva de conhecimento: o capital intelectual (LEV, 2001).

Este capítulo tratou dos vários aspectos dos intangíveis das empresas, buscando na teoria, informações que pudessem auxiliar a identificar de forma clara a visão desses pesquisadores e as perspectivas futuras sobre a temática pesquisada, na seqüência, abordaremos as diversas forma de mensuração do capital intelectual.

### 3 MENSURAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL

Este capítulo apresenta, sob a forma de uma abordagem teórica e com alguns exemplos, ferramentas e indicadores disponíveis para mensurar os ativos intangíveis. Para melhor entendimento destes recursos foram utilizados alguns dados da companhia farmacêutica Merck & CO<sup>23</sup>. Também são descritos dois estudos de casos realizados nas empresas Dow Chemical e IBM, buscando, mostrar o desenvolvimento de métodos de trabalhos que foram utilizados por essas organizações.

#### 3.1 Necessidade de Ferramentas Apropriadas de Mensuração

Apesar de existir um amplo reconhecimento das mudanças econômicas que estão sendo verificadas em nossas economias, Flamholtz & Main (1999) consideram que o desenvolvimento do campo contábil se atrasou, dado que ainda se baseia em um “paradigma industrial”, no qual, predominantemente, apenas propriedades físicas e tangíveis e os recursos financeiros são considerados ativos passíveis de contabilização. Os problemas resultantes deste atraso não são exclusivos da contabilidade tradicional, causando prejuízos também a todas as formas de relacionamento entre as empresas e o mercado, na medida em que este fato se traduz em várias ausências de informações.

No entanto, a falha da área contábil em se adaptar a um mundo em transformação não está passando despercebida para os contabilistas, para os pesquisadores e para o mercado. E isto implica que um conjunto de atenções seja exigido no sentido da busca de ferramentas apropriadas para lidar com os novos problemas.

Johnson & Kaplan (1999)<sup>24</sup>, analisando os instrumentos contábeis disponíveis, argumentam que, em geral, os sistemas de contabilidade gerencial nas companhias ocidentais não mais fornecem todas as informações relevantes para o controle e tomada de decisões corporativas. Estes autores, que se concentraram em um reexame da contabilidade gerencial, constataram, no entanto, que ela tem uma excelente aplicabilidade na identificação de custos de produção, mas que um amplo

---

<sup>23</sup> A Merck & Co. é uma das maiores empresas farmacêuticas do mundo. Presente em 62 países, empregando cerca de 67.000 funcionários (dados de 2002), mantém 30 fábricas e seus produtos são comercializados em mais de 200 países e territórios.

<sup>24</sup> In *Relevance Lost: The Rise and Fall of Management Accounting* (1997), apud Flamholtz (1999, p.351).

rol de elementos de informações fica descoberto, particularmente no que tange a ganhos futuros derivados do capital intangível.

E isto se dá, segundo eles, em função de o capital intelectual estar se tornando, rapidamente, o ativo central da economia moderna.

A organização competitiva da atualidade precisa de um sistema de informação contábil que seja integrado, projetado para mensurar, avaliar e divulgar com precisão também o valor de seus ativos, abrangendo, de igual maneira, tanto os tangíveis quanto os intangíveis.

De certa forma, a percepção deste problema não é exclusiva a estes cientistas (Johnson & Kaplan) sendo bem mais comum do que em geral se pode pressupor.

Kaplan & Norton (1997), vão além dessa crítica ao apresentar sugestões para uma mudança apropriada em relação à contabilidade gerencial, visando transformá-la em um instrumento para reportar as informações necessárias e úteis em qualquer processo decisório que ocorra em âmbito empresarial e onde quer que elas possam ser utilizadas. Segundo Flamholtz & Main (1999), é crítico para a contabilidade gerencial adaptar-se às necessidades contábeis modernas. E, assim como eles, vários outros pesquisadores também se preocuparam em apresentar soluções para o problema.

Na realidade, vários modelos de contabilidade já foram desenvolvidos para informar aos administradores e acionistas da companhia sobre o valor contábil das ações e identificar fluxos de valores, afirma Dzinkowski (2000, p.2), e a maioria destes é quantificada e sujeita a princípios e práticas contábeis geralmente aceitas (*Generally Accepted Accounting Principles - GAAP*).

Esforços neste sentido são passíveis de ser desenvolvidos pelas entidades de classe, através da criação de grupos de trabalho, financiamentos de pesquisas, apoio institucional, e transformados em normas. Tais relatórios (ou demonstrações) devem ser inerentemente provisórios, formados por circunstâncias atuais, e, acima de tudo, devem ser relevantes para aqueles cujas experiências eles buscam representar, principalmente para os que demandam informações qualificadas para melhorar suas decisões e processos de gestão (DZINKOWSKI, 2000).

Esta autora considera que o modelo de contabilidade esperado, por se tratar de um conceito relativamente novo e, de certa forma, enigmático,

primariamente relacionado aos ativos intangíveis, deverá registrar adequadamente o valor destes e, também, representá-lo em um formato conciso e significativo. Assim, o atual modelo contábil necessitará, em última instância, da utilização de novas práticas contábeis e de novos conceitos para que possa vir a demonstrar o valor do capital intelectual das organizações.

Segundo Dzinkowski (2000, p.3), em seu entendimento, pelo fato de o capital intelectual ser mais abrangente que a visão tradicional de ativos tangíveis, o papel dos contabilistas poderá ser também o de aplicar suas habilidades para criar e integrar conhecimentos dentro de suas organizações, visando direcionar e controlar o processo de formação de capital intelectual, e avaliar, relatar e registrar os resultados destes processos em uma base contínua, atuando, assim, de modo interdisciplinar, haja vista o considerável leque de aspectos passíveis de ser arrolados sob este conceito.

Mas, segundo a autora, estes modelos contábeis dependerão criticamente da capacidade de identificar e classificar os ativos baseados em conhecimento, em recursos humanos, em inovações, e de como eles formam o capital intelectual; portanto, dependerão de como eles estão ligados às metas e estratégias da organização. Por outro lado, cabem também preocupações para avaliar como os tópicos de conhecimento contribuem para a empresa, bem como no sentido de comparar os resultados obtidos ao de outras empresas, o que implica dizer que é necessário que sejam identificados e contabilizados conforme normas para que possam ser comparados.

Isto implica, ainda, reorientar um pouco o foco de atenção, uma vez que a estruturação dos tangíveis é, de certa forma, corolário de uma visão “tradicional”, e que, no caso dos intangíveis, é preciso uma postura mais criativa, ainda que técnica.

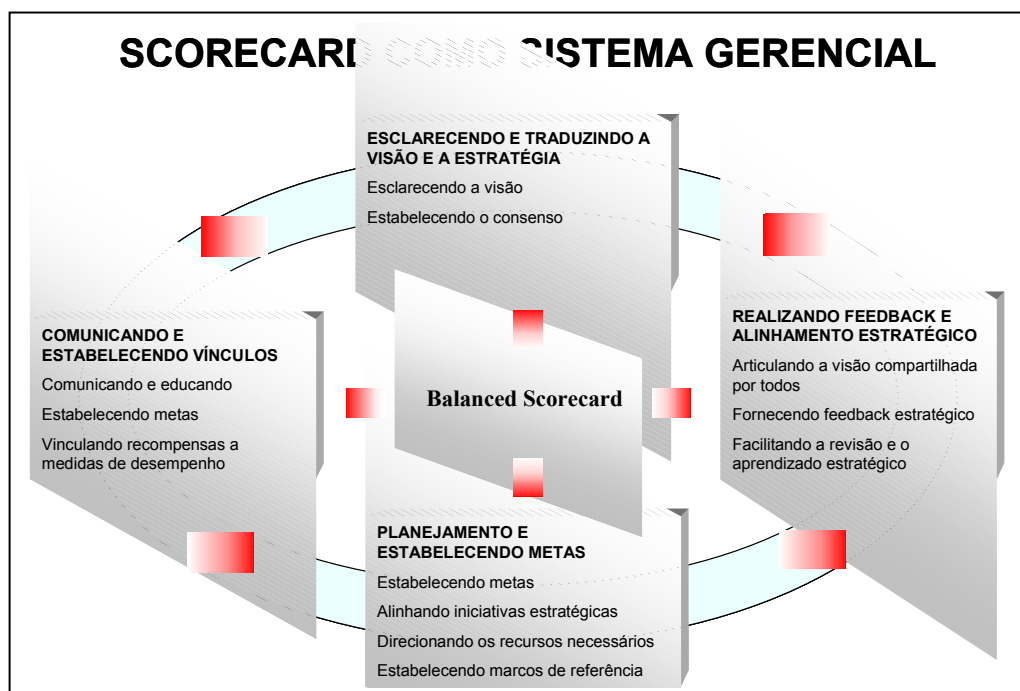
Um dos problemas a ser enfrentados criativamente está em que o capital intelectual pode afetar e ser afetado pela cultura única da organização e pelos processos e relacionamentos distintos que evoluem dentro dela. Isto sugere que uma abordagem rigorosa do gerenciamento, mensuração e elaboração de relatórios dentro da empresa exigirá um certo número de medidas classificatórias (e criativas) para avaliar os ativos intangíveis da empresa e, também, a produção de indicadores específicos que permitam a comparabilidade entre classes de empresas, complementa Dzinkowski (2000).

Conforme Ludícibus (2004, p.142), “no âmago de todas as teorias para a mensuração dos ativos, se encontra a vontade de que a avaliação represente a melhor quantificação possível dos potenciais de serviços que o ativo apresenta para a entidade”. Desta forma, o que se espera em relação ao capital intelectual, ainda que sua apropriação e seus relatórios sejam caracterizados por um grau maior de liberdade, é que exista um determinado nível de uniformidade na sua apropriação.

Para isto, é necessário que estudos futuros sejam desenvolvidos no sentido do estabelecimento de categorias empresariais e do estabelecimento de objetos, aspectos, medidas e indicadores passíveis de ser apropriados e comparados entre estas categorias, complementa Ludícibus.

### 3.1.1 *Balanced Scorecard* (BSC) como indicador de capital humano

Em 1996, o trabalho de Kaplan e Norton culminou com o livro denominado *The Balanced Scorecard*, que expunha um método pautado num conjunto de quatro indicadores de acompanhamento de estratégia elaborados dentro das premissas do *balanced scorecard* (figura 5).



FONTE: Kaplan & Norton (1997)

O *balanced scorecard* é um sistema de avaliação de desempenho empresarial cujo principal diferencial é reconhecer que os tradicionais indicadores financeiros, por si mesmos, não são suficientes para isso, uma vez que só mostram

os resultados dos investimentos e das atividades, não contemplando os impulsionadores de rentabilidade a longo prazo (KAPLAN & NORTON, 1997). Sua premissa básica é a de que a contabilidade tradicional é muito limitada e focada exclusivamente no desempenho financeiro e, desta forma, esses autores sugeriram que aspectos tais como aprendizado e crescimento, clientes e processos, deveriam também ser mensurados e acrescidos aos dados financeiros, tornando-os mais completos e significativos.

Segundo Fitz-enz (2001), uma série de artigos dos dois autores descreveu suas experiências com este método de monitoramento e transmissão de informações da gestão e, desde então, o *balanced scorecard* tornou-se uma ferramenta de gerenciamento bastante divulgada.

Fitz-enz (2001), analisando esta ferramenta, desenvolveu uma perspectiva de que seria possível o desenvolvimento de um *scorecard* do capital humano que englobasse toda a empresa. Num primeiro momento, sugeriu que se trabalhasse em duas frentes: financeira e humana, e, depois de uma certa fase de experiências, outros itens poderiam ser adicionados, tais como o aprendizado e o crescimento, ou, ainda, um relativo a custos e retorno sobre investimentos no desenvolvimento da força de trabalho, etc., ou seja, propôs que a implantação do método fosse feita de modo progressivo.

Segundo Fitz-enz (2001) o *balanced scorecard* complementa as medições financeiras com avaliações relativas ao cliente, identifica os processos internos que devem ser aprimorados e analisa as possibilidades de aprendizado e crescimento, assim como os investimentos em recursos humanos, sistemas e capacitação que poderão mudar substancialmente todas as atividades da organização. Novamente aqui, cabe notar, existe ênfase no papel dos recursos humanos.

Afirma também esse autor que uma empresa que implementa o *balanced scorecard* sabe que é necessário ter bom desempenho em várias dimensões, e não só no aspecto financeiro, para conseguir êxito de longo prazo. Logo, o que se depreende é que, tal como em outros métodos, o fator humano é implicitamente valorizado e existe um ponto-chave que diferencia o *scorecard* de outras estruturas de medição de desempenho de atividades empresariais no mercado, e o que constituiu sua principal diferença é que o *balanced scorecard* é baseado na estratégia organizacional da empresa e, por isso, não basta que se faça uma

listagem de medidas não-financeiras e se considere que, desta forma, se dispõe de um *balanced scorecard*; na verdade, para que ocorra o BSC é necessário informar sua estratégia.

O *balanced scorecard*, segundo Berton (2003), é uma ferramenta que busca traduzir a visão estratégica da empresa num conjunto coerente de medidas de desempenho. Considera também que muitas empresas que possuem declarações de missão inspiradoras e que fornecem energia e motivação aos funcionários fazem isto mesmo sem este método.

De acordo com esse autor, a adoção do *balanced scorecard* por qualquer empresa significa que esta deve adotar determinadas premissas de conduta em seu processo de gestão e que deve estar convicta de que se não possuir um sistema de gestão de suas competências ou de gestão do conhecimento, poderá ver seu resultado financeiro despencar em determinados períodos.

Berton (2003) argumenta, no entanto, que, pelo fato de estar assentada na competência do fator humano que movimenta a empresa, a resistência à mudança de mentalidade e de visão talvez seja o maior dos empecilhos, na maioria das empresas, para a adoção do *balanced scorecard* como uma ferramenta de gestão.

A necessidade de mudança de mentalidade e de visão talvez seja o maior obstáculo ao método, pois isto exige muita habilidade dos administradores e demanda tempo, o que nem sempre permite conseguir resultados satisfatórios.

### 3.2 Indicadores de Capital Intelectual para Avaliação Corporativa

Segundo Dzinkowski (2000, p.15), a necessidade de fazer comparações entre o valor do capital intelectual, como um todo<sup>25</sup>, entre empresas, levou ao desenvolvimento de três indicadores amplos, utilizados em demonstrações financeiras auditadas. São eles:

- 1) diferença entre o valor contábil e valor de mercado das ações (*market-to-books values*);
- 2) “q” de Tobin;
- 3) valor intangível calculado (*intangible value calculate* ou IVC).

---

<sup>25</sup> No início deste trabalho alertou-se para o fato de que, no todo, existe uma remontagem descritiva entre o conceito de ‘goodwill’ e o de ‘capital intelectual’, e isto pode ser visto nestes indicadores gerais.



### 3.2.1 Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil das ações

O modelo contábil atual não procura avaliar uma empresa em sua totalidade. Em vez disso, registra cada um de seus ativos por uma quantia apropriada aos padrões nacionais ou internacionais sob os quais as demonstrações contábeis foram preparadas (por exemplo, custo histórico, custo histórico atualizado, valor de reposição, entre outros).

Segundo Dzinkowski (2000, p.16), o mercado, no entanto, procede a incrementos em relação ao modelo contábil, na medida em que avalia uma companhia em sua totalidade e com uma preocupação corrente tanto em relação à sua estratégia como em relação aos seus ganhos futuros.

Pode-se argumentar, deste modo, que a diferença entre estas duas formas de avaliação (parcial, pelo modelo contábil, e total, pelo mercado) pode ser definida como sendo resultante do fato dos ativos intangíveis (capital intelectual) não serem divulgados pela empresa. Este valor ficará sujeito a variações no seu valor contábil, no seu preço atual de realização e em várias outras imperfeições que possam existir em avaliações feitas pelo mercado.

Portanto, segundo a autora, devemos reconhecer que, se estamos definindo o capital intelectual como sendo o conjunto dos intangíveis das empresas, então estamos falando, no total, sobre um agregado, incluindo a diferença entre ativos registrados e a avaliação de mercado da empresa, e este é um importante indicador de avaliação corporativa, talvez o mais amplamente conhecido.

A discussão, segundo Dzinkowski (2000, p.15), é que o valor do capital intelectual de uma empresa está sendo entendido como sendo a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado da empresa, e isso, de certa forma, remonta ao conceito de *goodwill*. Por exemplo, se o valor de mercado de uma companhia é de 10 bilhões de dólares e seu valor contábil é de 5 bilhões de dólares, então os 5 bilhões residuais representam o valor dos ativos intangíveis (e respectivos ativos intelectuais) da companhia.

No entanto, é preciso considerar que cálculos de capital intelectual que utilizem apenas a diferença entre valor de mercado e valor contábil podem também conter imprecisão, uma vez que os valores contábeis podem sofrer impacto se as empresas escolhem adotar (ou se exige que adotem) planejamento tributário

diferenciado com a finalidade de se beneficiarem da redução ou postergação de impostos.

Deste modo, é preciso pensar também em outros indicadores de mensuração dos ativos intangíveis componentes do capital intelectual.

Neste sentido, cabe observar que os recursos intangíveis devem ser contabilizados ao longo do tempo, e, o *goodwill*, somente quando a empresa ou as ações dessa empresa muda de mãos.

### 3.2.2 “q” de Tobin

Um modo de evitar diferentes formas de interpretação quando se busca identificar a taxa de depreciação a ser utilizada para reconhecer a reposição do capital intelectual das empresas, é utilizar o “q” de Tobin. Esta técnica foi inicialmente desenvolvida pelo economista James Tobin como um método para prever o comportamento dos investimentos realizado pelas empresas.

O “q” é a proporção entre o valor de mercado da empresa (ou seja, preço da ação multiplicado pelo número de ações), tipicamente mensurado com o propósito de identificar a verdadeira possibilidade de capitalização da empresa, e o custo de reposição de seus ativos, incluindo os equipamentos, as máquinas, os edifícios e demais ativos relacionados com o processo de produção e de administração.

O economista James Tobin, ganhador do Prêmio Nobel, desenvolveu a teoria de que as empresas continuarão a investir enquanto o seu valor de mercado exceder o valor total de reposição de seus ativos intangíveis. O seu “q” é a razão entre dois números: se “q” for 1, é um sinal para expansão; se for menos que 1, é uma indicação para que a empresa proceda a uma desmobilização (MAYO, 2001).

Flamholtz & Main (1999, p.350) afirmam que Tobin desenvolveu esta teoria de comportamento do investimento partindo do pressuposto de que as empresas vão continuar a investir enquanto o valor de suas ações no mercado excederem o custo de reposição integral dos ativos físicos da empresa. De certa forma, pode-se dizer, enquanto for possível obter *goodwill* das mesmas.

Em resumo, Flamholtz & Main (1999) observaram que Tobin usou o argumento de que um dos fatores primários que determinam se haverá ou não

investimento em uma empresa não é a taxa de juros, mas o preço das ações no mercado relativo ao valor total de seu imobilizado e outros ativos.

Assim, quando o “q” de Tobin é alto (como quando está ocorrendo uma explosão no preço das ações), o investimento é alto e o valor correspondente de mercado é igualmente alto. Esta medida também tem sido utilizada por analistas econômicos e financeiros para determinar se o mercado de ações como um todo está sobrevalorizado ou subvalorizado.

Na verdade, alguns estrategistas do mercado de ações citaram a razão “q” extremamente alta como base para o julgamento de que o mercado de ações norte-americano estava sobrevalorizado em 1994, antes da contínua elevação nos preços das ações entre 1995 e 1998.

O problema é que a razão foi derivada de um paradigma da era industrial, na qual o capital humano e a propriedade industrial não tinham um papel tão importante, segundo esses autores.

Flamholtz & Main (1999, p.350) enfatizam também que, enquanto o “q” de Tobin estava dando um falso sinal de desvalorização, os preços das ações de companhias como Intel, Microsoft, Amgen e muitas outras estavam se valorizando.

Para ilustrar as distorções causadas quando mensurações como o “q” de Tobin são utilizadas, mostra-se, no quadro 6, o contraste entre dois tipos de organização:

- as companhias “clássicas” baseadas em manufatura, que contam com ativos físicos, tais como edificações, equipamentos e estoques, como seus ativos econômicos centrais;
- as organizações “modernas”, com utilização intensiva de conhecimento, que contam com o capital humano e a propriedade intelectual como seus ativos econômicos centrais.

O quadro 6 descreve claramente a falta de precisão na determinação de decisões de investimento ou de venda de ativos utilizando-se o “q” de Tobin, especialmente nos casos de empresas que se apóiam primariamente em capital intelectual (identificadas como sendo organizações “modernas”, por terem uma utilização intensiva de conhecimento técnico-científico ou tecnológico de ponta).

QUADRO 6 - CONTRASTE DO VALOR DE MERCADO POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO

<b>Companhias “clássicas” baseadas em manufatura clássica</b>			
<b>COMPANHIA</b>	<b>VALOR DE MERCADO: POR AÇÃO</b>	<b>VALOR CONTÁBIL: POR AÇÃO</b>	<b>RAZÃO</b>
Bethlehem Steel	8,19	2,13	3,85:1
U. S. Steel	27,84	14,38	1,94:1
<b>Organizações “modernas” com utilização intensiva de conhecimento técnico-científico</b>			
<b>COMPANHIA</b>	<b>VALOR DE MERCADO: POR AÇÃO</b>	<b>VALOR CONTÁBIL: POR AÇÃO</b>	<b>RAZÃO</b>
Microsoft	136,74	8,14	16,80:1
Intel Corporation	70,48	12,19	5,78:1
Amgen	52,81	8,51	6,21:1

FONTE: Flamholtz & Main (1999, p.351)

Para Dzinkowski (2000, p.16), estes dois números (valores de mercado *versus* custos de reposição) são comparados de forma a auxiliar na tomada de decisões estratégicas pelas empresas. Se o primeiro número na razão excede o segundo (neste caso o “q” seria maior que 1), a empresa deveria, logicamente, planejar uma expansão de seus negócios. Isto acontece porque os lucros esperados resultantes dos ativos ultrapassam o custo total dos ativos.

Em contraste, se o segundo número na razão é maior que o primeiro (neste caso o “q” seria menor que 1), as ações da empresa valem menos que os próprios ativos, e a empresa se beneficiará ao se desmobilizar. Isto ocorre quando os ativos são vendidos, em vez de serem utilizados.

O “q” de Tobin sugere que as empresas devem investir ou se desmobilizar incrementalmente até que o “q” seja aproximadamente igual a 1, observa Dzinkowski (2000). Desta forma, se o custo de reposição dos ativos de uma empresa é mais baixo que o valor de mercado, então a companhia está tendo retornos mais altos que o normal sobre seus investimentos. No entanto, o “q” de Tobin está sujeito às mesmas variáveis exógenas que influenciam o valor de mercado das ações, descrito na seção anterior (DZINKOWSKI, 2000, p.17).

Ainda segundo Dzinkowski (2000, p.16), os dois métodos (valor de mercado e o “q” de Tobin) são apropriados para fazer comparações do valor dos

ativos intangíveis de empresas atuando no mesmo ramo<sup>26</sup>, servindo os mesmos mercados e que têm tipos similares de ativos físicos. Ao fazer comparações intra-indústria entre os competidores primários de uma empresa, estes indicadores podem agir como parâmetros de desempenho, podendo ser utilizados para melhorar o gerenciamento interno ou a estratégia corporativa da empresa.

De acordo com Mayo (2001), este método utiliza o valor dos custos de reposição dos ativos tangíveis de uma empresa para prever as decisões de investimento desta, independentemente das taxas de juros. O “q” visa identificar a verdadeira possibilidade de capitalização da empresa e o custo de reposição de seus ativos, incluindo, nestes, os equipamentos, as máquinas, os edifícios e demais ativos relacionados com o seu processo de produção e de administração.

### 3.2.3 Valor intangível calculado (*Intangible value calculate* - IVC)

A terceira medida identificada por Dzinkowski (2000, p.16), conhecida como Valor Intangível Calculado, foi desenvolvida pela NCI Research<sup>27</sup> para calcular o valor de mercado dos ativos intangíveis da empresa (o método segue a norma Revenue Ruling nº 680609 do IRS<sup>28</sup>). O IVC calcula o retorno em excesso sobre os ativos físicos e, então, utiliza este número como base para determinar a proporção de retorno atribuível aos ativos intangíveis.

Stewart (1998, p.129) já havia divulgado pesquisas em 1998 empregando o cálculo do IVC com a elaboração de um exemplo utilizando dados da companhia farmacêutica Merck & Co.:

- 1) identifique os ganhos médios pré-impostos por três anos:  
R: US\$ 3,694 bilhões;
- 2) do balanço, extraia os ativos tangíveis médios ao final de cada ano para os três anos:  
R: US\$ 12,953 bilhões;
- 3) divida os ganhos pelos ativos para conseguir o retorno sobre os ativos:  
R: 29%;

---

<sup>26</sup> Observe-se, aqui, a necessidade de definição de ramos/classes mais ou menos homogêneos (qualquer que seja o critério) para que as comparações possam ser efetivadas.

<sup>27</sup> NCI Research é uma empresa com sede em Evanston, Illinois, EUA, que desenvolveu esse método para cálculo dos valores intangíveis de uma empresa.

<sup>28</sup> Internal Revenue Service (IRS) é o órgão responsável pela arrecadação de impostos nos Estados Unidos.

4) para os mesmos três anos, encontre o “retorno sobre ativos” médio para este tipo de empresa;

R: para companhias farmacêuticas, por exemplo, este número é 10% (se o “retorno sobre ativos” de uma companhia está abaixo da média, páre: o método do IVC não vai funcionar);

5) calcule o “retorno em excesso” e multiplique o “retorno sobre ativos” médio da indústria (no caso de indústria farmacêutica foi de 10%) pelos ativos tangíveis médios da companhia (US\$ 12,953 bilhões); isso dirá a você o que a companhia farmacêutica iria ganhar, na média, com aquela quantidade de ativos tangíveis;

6) subtraia o resultado do lucro pré-impostos desta companhia, que identificamos no passo 1 (US\$ 3,694 bilhões); para a Merck, o excesso é de US\$ 2,39 bilhões, ou seja, quanto a mais a Merck ganha com seus ativos do que a indústria farmacêutica, em média, iria ganhar;

7) calcule a taxa de imposto de renda média para os três anos e multiplique isto pelo retorno em excesso; subtraia o resultado do retorno em excesso para conseguir um valor pós-impostos; este é o rendimento extra atribuível aos ativos intangíveis; para a Merck (taxa média de impostos: 31%), isso significa US\$ 1,65 bilhão;

8) calcule o valor líquido atual do rendimento extra. Isso se faz através da divisão do rendimento extra por uma porcentagem apropriada, tal como o custo de capital da companhia; utilizando uma taxa (neste caso) arbitrariamente escolhida de 15%, isso rende, para a Merck, US\$ 11 bilhões.

Este é o valor calculado dos ativos intangíveis (IVC) da Merck, aquele que não aparece em seu balanço anual (STEWART, 1998). Neste sentido, Stewart recomenda, ainda, que se deve ser cuidadoso quando optar por utilizar médias, escolhendo sempre uma que tenha sido ajustada para as particularidades de determinado período, extraindo-se, da mesma, particularidades só observadas na empresa em que se está realizando o cálculo de seu IVC.

### **3.3 Ativos Intangíveis sob o Crivo do Capital Intelectual**

Como se viu, nem todos os aspectos imateriais de uma empresa são passíveis de ser mensurados, e nem todos os que podem ser mensurados apresentam interesse para fins de avaliação e gestão. A propósito, vale observar, os

três indicadores acima explicitados referem-se, na sua totalidade, a valores já contabilizados, e se voltarmos os olhos aos modelos anteriormente explicitados fica fácil perceber a amplitude de possibilidades de apropriação, indicação (produção de indicadores) e divulgação de dados e informações desta natureza sobre as empresas.

Mais ainda, é preciso levar em conta que apenas uma parte dos intangíveis é passível de capitalização, o que significa exercer, como já dito, crivos específicos para cada empresa e respectiva classe/categoria na qual a mesma pode ser confrontada com outras empresas.

Em geral, os crivos a serem exercidos são os seguintes:

- o ativo intelectual, exceto aqueles tradicionalmente reputados como 'propriedade intelectual', não devem ser passíveis de ser apropriados pela contabilidade tradicional, ainda que, eventualmente, venham a fazer parte, por exemplo, da contabilidade gerencial, caso contrário não estariam sendo demandadas novas atenções neste sentido;
- o ativo a ser capitalizado nas demonstrações contábeis deve ser considerado relevante para a empresa, o que significa dizer reputado como tal por um conjunto de pessoas afetas à questão dos ativos intangíveis, e não apenas porque um ou outro funcionário da empresa entenda que sejam "importantes" de ser mensurados;
- somente devem ser considerados na contabilidade os ativos aos quais se atribua efetivo valor econômico;
- o ativo selecionado deve propiciar alguma forma de benefício futuro para a empresa e/ou acionistas e/ou investidores e/ou outros agentes;
- o ativo deve ser passível de gerenciamento;
- o ativo intangível deve propiciar alguma forma de valorização de algum ativo tangível;
- a divulgação de resultados deve propiciar alguma forma de benefício para algum tipo de agente relacionado com a empresa, desde a sociedade como um todo até, eventualmente, seus empregados de menor nível hierárquico.

### 3.4 Estudos de Caso de Administração do Capital Intelectual

Um dos maiores benefícios do gerenciamento dos ativos de capital intelectual é o que Leif Edvinsson (1997), um dos pioneiros em Gerenciamento de Capital Intelectual (GCI), descreve como “tornar visíveis os valiosos ativos escondidos”.

Segundo esse autor, uma vez que estes ativos sejam reconhecidos como relevantes, seu valor econômico pode ser divulgado e analisado. Esta é a razão pela qual o processo de registrar e inventariar o ativo intelectual é tão vital. No entanto, a meta de se desenvolver um inventário dos ativos intelectuais não é a de se criar uma lista exaustiva de ativos “interessantes de serem tornados conhecidos”, mas de desvendar as fontes de valor econômico potencialmente passíveis de gerar benefícios futuros na organização, ou seja, de relacionar apenas aqueles que, consensualmente, possam ser considerados relevantes e/ou que propiciem maiores resultados tanto em termos humanos como organizacionais ou de relacionamento com clientes e acionistas.

Utilizando dois estudos de caso desenvolvidos por Bernadette E. Lynn (2000, p.3), Dow Chemical e IBM, serão mostrados, na seqüência, os resultados obtidos por estas empresas, que utilizaram processos similares de Gerenciamento de Capital Intelectual, buscando acompanhar o crescimento de seus ativos intangíveis capitalizados e os retornos financeiros oriundos dos mesmos.

#### 3.4.1 Dow Chemical

Foi no início dos anos 90 que a Dow Chemical<sup>29</sup> iniciou seus estudos sobre como a gestão do capital intelectual poderia beneficiar esta Companhia. Uma mudança nos escalões superiores da administração da empresa e um novo impulso estratégico induziram à contratação de um executivo sênior, Gordon Petrash (formado em Arquitetura), com a finalidade de exploração do potencial de seu gerenciamento na empresa.

Petrash, então, selecionou na própria organização uma pequena equipe de gerentes seniores, denominados consultores, para agirem como agentes de ligação entre as várias divisões da companhia. Como primeiro passo, ele decidiu analisar o

---

<sup>29</sup> Trata-se de uma das empresas líderes em ciência e tecnologia, fornecendo produtos inovadores em química, plásticos e agricultura para diversos mercados consumidores. Com vendas anuais (1999) de aproximadamente 33 bilhões de dólares, a Dow tem clientes em mais de 180 países.



processo de patenteamento da Dow, exatamente onde estavam formalizadas as inovações tecnológicas e as possibilidades mais evidentes de ganhos futuros, pois, neste aspecto, ele havia identificado um exemplo de capital intelectual que, na verdade, já tinha o seu valor mensurado por ferramentas financeiras convencionais e categorizado como propriedade intelectual.

Petrash partiu do princípio de que a Dow entendia que as patentes eram ativos valiosos e que ele poderia utilizar sua auditoria do processo de patenteamento como uma maneira concreta de tornar visível para a organização o valor econômico subjacente a esta forma de recurso. Essencialmente, ele foi capaz de, partindo destes exemplos, traduzir o conceito maleável de capital intelectual na linguagem de dólares e centavos que a companhia compreendia.

Em sua análise, a equipe de consultores descobriu que o processo de controle de patentes da Dow avaliava todas elas da mesma maneira. Ou seja, os cientistas eram recompensados com bônus e aumentos de salários para cada patente registrada, independentemente de elas possuírem ou não valor econômico efetivo. Tal sistema resultou em muitas patentes, sendo que algumas das quais não eram comercializáveis. No entanto, por princípio, segundo a empresa, todas elas deveriam ser protegidas (e a Dow tinha que pagar taxas anuais e manter uma grande equipe de advogados para defender a propriedade de suas patentes).

Em 1996, um inventário revelou que a companhia podia economizar imediatamente 40 milhões de dólares simplesmente livrando-se das patentes não usadas, e foi o que ela fez a partir do trabalho de Petrash. Simultaneamente, a Dow desenvolveu um novo processo de pesquisa e desenvolvimento, que reunia os departamentos de marketing e de operações, bem como os cientistas, para discutir a viabilidade técnica e econômica dos projetos antes que estes fossem executados.

Desta forma, a viabilidade comercial da patente podia ser estabelecida muito mais cedo, antes mesmo que o processo de pesquisa fosse levado a efeito. Esta mudança criou uma economia anual de milhões de dólares e colocou o braço de pesquisa da organização em contato mais próximo com o mercado fundamental da Dow.

O projeto de Petrash teve um impacto positivo nos lucros e, em razão disso, a Dow expandiu seus esforços de gerenciamento do capital intelectual para outras partes da organização. Uma intranet foi criada e os funcionários foram

encorajados a trocar idéias, em vez de depositá-las em urnas de coleta. Igualmente, Petrash desenvolveu um relatório interno que media as tendências e mapeava o progresso da empresa na criação de valor (econômico) intelectual.

Para aceitar o gerenciamento de capital intelectual como parte de seu trabalho, os gerentes da Dow tiveram, portanto, que compartilhar informações e conhecimentos consideráveis e se submeter a um extenso treinamento.

Note-se, a respeito, que apenas o gerenciamento de um tópico de capital intelectual (as patentes) produziu uma economia de milhões de dólares, facilitou o encorajamento da veiculação de idéias e impôs melhorias no processo de comunicação interna.

Desta forma, como já observado anteriormente, a ocasião da apropriação do capital intelectual na empresa foi feita de modo progressivo, tendo sido aproveitada para induzir a uma certa mudança de mentalidade e de visão funcional, com benefícios mútuos para ambas as partes, empresa e funcionários.

#### 3.4.2 *International Business Machine (IBM)*

No início dos anos 90, a IBM, a exemplo da Dow, e também após uma mudança na liderança da empresa, implementou o seu Gerenciamento de Capital Intelectual. Assim como na Dow, a responsabilidade sobre o Programa de Capital Intelectual foi delegada a um executivo sênior, designado para a recém-criada Divisão Global de Serviços, formada a partir da centralização de diversos grupos de consultoria que anteriormente estavam distribuídos dentro da organização.

Uma equipe núcleo de capital intelectual foi formada no Grupo Consultor da IBM, dentro da nova Divisão Global, ficando responsável pelo desenvolvimento de um método que, após ser trabalhado pelos consultores, seria adotado mundialmente.

O grupo definiu amplamente o que queria dizer por capital intelectual e fez várias consultas para estabelecer um banco de dados interativo para capturá-lo. Ao mesmo tempo, foram definidos aspectos necessários de ser mensurados, os respectivos indicadores e maneiras de mensurá-los, de forma que o desempenho do grupo pudesse ser controlado e os esforços individuais identificados. O grupo núcleo estabeleceu uma estrutura crítica para o gerenciamento, que incluiu, entre outras coisas:

- visão, valores e liderança, com ativos intelectuais como chave;
- processos para mapear o gerenciamento do capital intelectual;
- descrição completa da forma como é feita a organização do modelo do gerenciamento do capital intelectual, incluindo a equipe núcleo para avaliá-lo;
- a utilização do software Lotus Notes para viabilizar os esforços de integração remota;
- mensurações e incentivos para motivar os membros do grupo consultivo mundial a participar.

Significativamente, o desenvolvimento e compartilhamento dos recursos de capital intelectual tornou-se uma das exigências de trabalho para todos os membros do grupo consultivo. Como resultado disso, o capital intelectual transformou-se numa atividade dominante nas atividades de planejamento dos consultores.

Para reforçar e encorajar o esforço em capital intelectual, medidas foram definidas e formalmente relatadas, e indivíduos ou grupos que criavam ou utilizavam a rede foram reconhecidos. Igualmente, a criação e a utilização de ativos intangíveis capitalizáveis eram recompensadas nas decisões sobre compensações e promoções.

Algumas das medidas rastreadas na IBM incluíam:

- número de usuários;
- número de partes de capital intelectual no sistema de gerenciamento;
- satisfação dos usuários;
- impacto da reutilização do capital intelectual;
- impacto na proporção de ganhos/perdas;
- valor do ativo intelectual.

Vários destes indicadores, relativos a aspectos como valor do capital intelectual e impacto na proporção ganhos/perdas, puderam ser medidos em valores monetários. Adicionalmente, o retorno sobre o investimento pode ser determinado, tendências puderam ser rastreadas e metas puderam ser modificadas quando necessário.

Deve ser observado que o Grupo Consultor da IBM, em coerência com o que prega atualmente a teoria mais geral acerca dos ativos intangíveis, não considerou, à época, tudo o que recebeu como sugestão sobre o que fosse capital

intelectual. Na verdade, uma equipe-núcleo, cujos membros mudavam periodicamente, avaliava as submissões dos consultores para determinar se existiam aspectos mensuráveis que deveriam ser incluídos como parte do banco de dados.

Uma vez avaliado e aceito algum tópico específico como elemento passível de ser incorporado ao capital intelectual da empresa, este tornar-se-ia disponível para os consultores pelo mundo afora, que poderiam modificá-lo para melhorar a eficiência de seus projetos de consultoria.

A simples eliminação da duplicação de esforços em tarefas interativas apresentou um resultado extremamente valioso para a IBM. A empresa economizou milhões de dólares ao reduzir as tendências pessoais dos consultores de, repetidamente, tentarem desenvolver técnica que já eram conhecidas. O próprio processo de gerenciamento teve resultados econômicos pela integração processual geral propiciada.

O sucesso do projeto de Gerenciamento de Capital Intelectual nos Serviços Globais pode ser visto não apenas no valor econômico gerado pelo Grupo Consultor, mas também na expansão do processo de GCI e tecnologia capacitadora para outras partes da organização.

Igualmente, como resultado de se ter iniciado o projeto de capital intelectual, a contribuição dos Serviços Globais para os lucros da IBM cresceu significativamente.

### 3.4.3 Resultados obtidos pelas empresas Dow e IBM

As empresas enfatizaram a seriedade de seus esforços de Gerenciamento do Capital Intelectual pela designação de executivos seniores para apoiar o programa. Os CEOs na Dow e na IBM introduziram conceitos e indicaram executivos seniores para defendê-los. Estas ações efetivamente transmitiram a importância do programa – e de seus defensores – para os empregados.

Além disso, as companhias vislumbraram o capital intelectual como uma ferramenta importante para mantê-las na dianteira de seus competidores, mas, para isso, as duas empresas também tiveram que mudar as atitudes de seus empregados em relação ao aprendizado e ao compartilhamento de conhecimento.

A Dow e a IBM criaram várias equipes de consultoras dedicadas ao GCI e treinaram-nas nos conceitos pertinentes ao capital intelectual. Houve discussões exaustivas sobre o que ele significava, sobre a questão do valor, assim como o próprio conceito pôde ser posto em prática, o que foi feito em ambas as companhias.

No seu conjunto, estes exemplos mostram, que a solução do problema não seria encaminhada simplesmente pelo fato de ser encarregado um executivo sênior para a administração do processo. Isto foi considerado insuficiente, na medida em que gerentes, administradores e consultores foram sendo convocados para:

- designar e treinar uma equipe qualificada de capital intelectual para liderar a mudança;
- treinar os empregados;
- mudar a visão da empresa em todos os níveis de atuação;
- implementar medidas que induziram a uma mudança de mentalidade;
- propiciar um reposicionamento da visão funcional.

Dessa forma, analisando as experiências da Dow e da IBM sobre a integração do Gerenciamento de Capital Intelectual, Lynn (2000, p.4) faz as seguintes considerações:

- ambas as companhias reconheceram que o capital intelectual era um fator-chave a ser desenvolvido para alcançar sucesso de longo prazo;
- as duas companhias definiram o capital intelectual como sendo uma competência-núcleo que lhes fornecia uma vantagem competitiva em seus respectivos mercados.

De igual maneira, como foi feito em relação a Dow, também no exemplo da IBM puderam ser observadas as seguintes preocupações:

- definição de um grupo de trabalho a cargo de um executivo no alto da pirâmide organizacional (visão mais abrangente);
- envolvimento progressivo dos recursos humanos da empresa;
- abordagem progressiva da seleção dos aspectos/tópicos possíveis de ser considerados como parte do capital intelectual da empresa;
- melhoria do sistema de comunicação;
- estímulo à formalização de conhecimentos que podem ser capitalizados;
- eliminação da duplicação de esforços;
- melhoria na lucratividade da empresa;

- redução de gastos desnecessários/dispensáveis;
- mudanças de procedimentos em relação aos ativos intangíveis;
- recompensas valiosas para os agentes que trabalharam produtivamente a partir do capital intelectual;
- incremento nos processos de integração gerencial e funcional.

Em essência, a Dow e a IBM buscaram gerenciar o capital intelectual, reconhecendo sua importância e, uma vez que ele começou a crescer e tornar-se parte da sua cultura organizacional, o mesmo passou a ser progressivamente uma importante parte de suas preocupações.

Desta forma, à medida que um maior número de pessoas aprendia sobre o capital intelectual, mais pessoas se convenciam de sua importância. Ao mesmo tempo, as culturas destas companhias se submeteram a mudanças sutis para trazer estes recursos para fora e movê-los para o topo das suas agendas.

Assim, também no caso da IBM, houve ganhos tanto do ponto de vista da empresa como também, à medida que se envolviam no projeto, houve ganhos do ponto de vista das pessoas que nela trabalhavam.

#### 3.4.4 Abordagem do capital intelectual através de projetos-piloto

Em ambas as companhias, uma vez que equipes de consultores de capital intelectual foram criadas -merecendo ser destacado que a primeira medida tomada foi definir projetos-piloto para testar suas teorias de gerenciamento e analisar seus efeitos em agregar valor nas atividades da empresa-, escolheram-se casos-teste em que elas esperavam um alto retorno e, a partir daí, disseminaram a idéia para toda a empresa.

A Dow utilizou sua unidade de Pesquisa e Desenvolvimento, ao passo que a IBM utilizou seu Grupo Consultor, sendo ambas as funções formalizadas no âmbito da estrutura geral. Mas, independentemente desta variação tática (uma unidade x um grupo), os resultados financeiros favoráveis dos testes-piloto motivaram outros agentes dentro da organização a se juntarem ao movimento de capital intelectual. Os testes também ajudaram a convencer os descrentes de que, mesmo considerando sua intangibilidade, este era um fator que, ao invés de limitar, na verdade estimulava os retornos financeiros.

A lição significativa da ação inicial por meio de projetos-piloto é que, apesar do GCI ser um conceito novo no ambiente empresarial, ele pode (e deve) ser introduzido gradativamente. Significativamente, ambas as companhias optaram por introduzir o GCI em áreas onde ele teria o maior impacto, o que constitui uma tática bastante interessante de ser considerada na implantação de projetos-piloto, por ser eficiente para fazer frente a eventuais resistências e/ou descrenças internas.

#### 3.4.5 Mensuração, monitoração e recompensas do dispositivo GCI

A implantação do GCI no cotidiano dos empregados exigiu, portanto, a definição de modelos de mensuração e monitoração que precisaram ser desenvolvidos. A Dow e a IBM utilizaram relatórios internos para acompanhar os resultados dos seus esforços. A IBM também tornou o esforço de capital intelectual (o desenvolvimento e compartilhamento de ativos intelectuais) uma parte das especificações do trabalho e das revisões anuais.

De fato, em ambas as companhias a participação e o sucesso decorrentes dos esforços feitos trouxeram recompensas – reconhecimento, bônus e promoções. Estas recompensas encorajaram os empregados a participarem do programa e se empenharem nele, criando, assim, um dispositivo organizacional-funcional interativo e progressivo de estímulo mútuo.

A Dow e a IBM, nos exemplos explicitados, além de trabalharem a partir de projetos-piloto, elegeram áreas específicas que necessitavam ser desenvolvidas e, também, permitiram que grupos identificassem bolsões valiosos de ativos intelectuais. Consultores desenvolveram técnicas formais que podiam identificar e avaliar os ativos intelectuais, ou seja, técnicas que ajudavam a manter um inventário de capital intelectual e tentar sua classificação em categorias relevantes, direcionando a organização do projeto para áreas de valor econômico oculto, propiciando, continuamente, a conscientização de que isto era uma fonte de criação de riquezas. Ou seja, como elemento tático geral, optaram por trabalhar de modo localizado e especificamente objetivado, ao invés de atacar todas as possibilidades disponíveis.

A lição que se tira desses exemplos é que o capital intelectual é um ativo verdadeiro em qualquer organização, mas, por ser frequentemente difícil de ser

identificado e mensurado, a impressão que se tem é que esta pode ser uma árdua tarefa no âmbito das empresas.

No entanto, os exemplos expostos não apenas mostram que é possível desenvolver processos de mensuração, como também que existem vários aspectos e tópicos possíveis de ser capitalizados e, também, que estes podem ser avaliados e priorizados em termos de definição, apropriação e contabilização, ainda que não existam normas e padrões oficializados neste sentido.

A Dow e a IBM criaram sistemas de GCI que exploraram e acompanharam a identificação e o crescimento do capital intelectual, assim como os retornos financeiros que ele trouxe produziram novas informações que reforçaram a busca de relevâncias, obtendo, assim, uma valiosa informação, que é a de que vale a pena investir esforços neste sentido. Note-se que foi a partir de um rol de elementos sugeridos pessoalmente como 'importantes' que as 'relevâncias' foram obtidas por consenso no âmbito dos grupos de gerenciamento.

A experiência da Dow e da IBM mostra, portanto, que o caminho da busca do gerenciamento do capital intelectual passa por processos de seleção de aspectos/tópicos considerados relevantes e pela identificação de prioridades, este caminho que envolve contínuas decisões, razão pela qual o método geral deve começar com ações no alto da pirâmide organizacional (LYNN, 2000, p. 5) e, progressivamente, descer aos escalões intermediários, e assim por diante, até o envolvimento total da organização.

### **3.5 Divulgação de Informações que agreguem Valor Econômico**

Os princípios contábeis geralmente aceitos e praticados pelo mercado, foram desenvolvidos para a padronização dos métodos contábeis visando à mensuração do lucro e à apresentação de informações sobre a situação financeira das empresas. Ao longo do tempo, estes princípios vêm apresentando grandes aprimoramentos, mas ainda não asseguram completa uniformidade e consistência entre as demonstrações financeiras das empresas (TRACY, 2000, p.24).

Segundo Ludícibus (2000, p.19), o ponto de partida para qualquer disciplina ou ponto de estudo é o estabelecimento dos limites de sua atuação e seus objetivos. Segundo este autor, não existe dúvida de que os objetivos da contabilidade podem ser estudados ou formulados por meio da observação da realidade, pois esta



transcende os próprios princípios contábeis e as normas técnicas que fornecem apenas os meios para se chegar aos fins. Neste aspecto, em relação aos limites de sua atuação, a delimitação do campo de atividades é bastante ampla, podendo ser aplicada a todo e qualquer empreendimento racional produtivo que atue de forma sistêmica (com entradas e saídas), que tenha demanda de informações, ou seja, o estabelecimento dos objetivos da contabilidade pode ser feito na base de duas abordagens distintas:

1. fornecimento aos usuários, independentemente de sua natureza, de um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deverá atender bem a todos os tipos de usuários;
2. capacitação e responsabilização pela apresentação de informações diferentes para atender a cada tipo de usuário de modo específico.

Iudícibus (2000, p.20), no entanto, enfatiza a afirmação geral de que “a função da contabilidade [...] tem permanecido inalterada desde seus primórdios”, ou seja, sua finalidade básica é prover os usuários dos demonstrativos financeiros com informações que os ajudarão a tomar decisões.

Sem dúvida, tem havido mudanças substanciais no tipo de informação e de usuários destas informações nas últimas décadas. Surgiu uma vasta literatura acerca do significado e da importância da divulgação dos conhecimentos contábeis com valor econômico no âmbito das empresas, e uma parte deles versa sobre capital intelectual, tendo em vista que este é um fator de produção que atualmente excede em muito a importância de fatores tradicionais de produção, como trabalho e capital, e que informações relativas aos valores destas formas de conhecimento são constantemente requeridas.

Segundo Tracy (2000), as demonstrações financeiras são a referência básica e o paradigma fundamental de qualquer empresa, e o objetivo principal dessas seria apresentar as realizações da empresa em relação a cada um dos imperativos financeiros fundamentais de qualquer negócio: obter lucro, gerar caixa e preservar a saúde financeira. No entanto, é possível existir, no âmbito de muitas empresas, dados e informações que os administradores não desejariam que viessem a público ou que, em termos estratégicos, seriam importantes que fossem resguardadas.

Neste sentido, as atuais normas contábeis sobre a divulgação de informações permitem que a empresa não revele situações de interesse interno que, provavelmente, também seriam importantes para credores e investidores externos.

No entanto, se por um lado este procedimento resguarda as empresas de eventuais problemas advindos da disponibilidade de informações, por outro ele também pode ter o seu lado negativo, na medida em que, não raras vezes, impede que a empresa seja beneficiária de melhores atenções do mercado em geral.

### **3.6 Informações Contábeis para os Usuários Externos**

Segundo Ludícibus (2004, p. 22), “a decisão sobre o que é útil ou não para a tomada de decisões econômicas, e sobre o que é necessário ou não que seja estritamente resguardado, é, todavia, muito difícil de ser avaliada na prática”. Ele sugere que deveríamos estabelecer claramente qual a função-objetivo que desejamos maximizar e coletar, bem como avaliar o tipo de informação utilizada no passado para maximizar a função e prover o modelo preditivo que irá suprir o modelo decisório para a maximização da função-objetivo no futuro.

Esta regra nem sempre se revela eficaz, na medida em que a empresa não pode ser vista como algo estático (o que foi no passado será no futuro) e, também, como foi visto no caso da Dow e da IBM, nem sempre os administradores, vêem os problemas e soluções de uma mesma forma; o que pode constituir solução para alguns pode ser tomado como problema para outros.

Dessa forma, as empresas precisam ser entendidas como algo dinâmico, em contínua interação com o meio em que estão situadas, ou seja, como algo sistêmico, mutável, adaptável, que exige sempre e cada vez mais contínua preocupação com as informações disponíveis (qualidade e disponibilidade) e com aquelas demandadas no futuro; em grande parte, novas informações. Atrás de qualquer processo de avaliação deve, no entanto, haver sempre um conjunto de preocupações com os usuários em geral.

O quadro 7 apresenta, na visão de Ludícibus (2004), os principais tipos de usuários de informações contábeis. Ele alerta que, embora este não seja completo, auxilia no sentido de levar a entender melhor as necessidades de uma empresa.

QUADRO 7 - PRINCIPAIS TIPOS DE USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

USUÁRIO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	META QUE DESEJARIA MAXIMIZAR OU TIPO DE INFORMAÇÃO MAIS IMPORTANTE
• Acionista minoritário	Fluxo regular de dividendos.
• Acionista majoritário ou com grande participação	Fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação.
• Acionista preferencial	Fluxo de dividendos mínimos ou fixos.
• Financiadores em geral	Geração de fluxos de caixa futuros suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança.
• Entidades governamentais	Valor adicionado, produtividade, lucro tributável.
• Empregados em geral, como assalariados	Fluxos de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários.
• Média e alta administração	Retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido, situação de liquidez e endividamento confortáveis.

FONTE: *ludícibus* (2004, p.23)

Desse modo, no caso do movimento em relação à produção de informações sobre e para a apropriação do capital intelectual das empresas, tendo este quadro como referência, o que se pode afirmar é que fica bastante evidente que, ao capitalizarmos os intangíveis de valor econômico, devemos também considerar a existência de vários outros agentes na matriz de informações empresariais. Neste caso, *ludícibus* está com plena razão quando alerta que o quadro 7 explicita apenas os 'principais' usuários de informações contábeis vigentes no modelo tradicional.

### 3.7 Balanço Patrimonial divulgando a Saúde da Empresa

Segundo Grant (1996), a contabilidade é uma das muitas formas de atividades técnico-científicas que visam/possibilitam coletar, classificar, resumir e divulgar dados de forma a fornecer informações para tomadas de decisão e gerar responsabilidades dentro das organizações, entre as organizações e para os interessados nestas. Trata-se, portanto, de uma atividade intrinsecamente associada aos processos de informação para capitalização e divulgação de dados e informações que, eventualmente, pode incluir também o valor econômico dos intangíveis.

Desta forma, diz ele, desdobramentos recentes dentro das disciplinas da contabilidade gerencial e contabilidade financeira são congruentes com esta concepção. Assim sendo, o Sistema de Informações Contábeis (SIC) pode ser a

base de todo fornecimento de informações sobre ativos tangíveis e intangíveis das empresas e, se bem modelados, constituem-se em um instrumento de integração. Neste sentido é que se concebe que se a modelagem dos objetos a serem controlados, dos dados a serem coletados e das informações a serem produzidas for realizada de modo profissional, este sistema pode, efetivamente, constituir o cerne do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) de uma empresa, o que implica dizer que os contabilistas, neste e em muitos outros casos, devem agir de modo interdisciplinar com os informatas (pessoal ligado à área de informática e de sistemas de processamento de dados).

Grant (1996) sublinha esta noção ao desenvolver uma teoria supostamente baseada em conhecimento da empresa. No entanto, sua teoria leva em conta que o papel da empresa seja limitado apenas à integração do conhecimento, em contraposição ao que se constata atualmente, quando há um debate sobre o papel da empresa no que diz respeito também à criação e à disseminação do conhecimento, na medida em que esta se preocupe também com a veiculação de informações e o treinamento/qualificação de seu pessoal interno e, inclusive, com a produção de informações para o seu mercado fornecedor e consumidor.

Independentemente de qual seja a visão expressa aqui, o que em geral se sabe é que o relacionamento entre o conhecimento e o sucesso corporativo é articulado por meio da aplicação de mecanismos de controle baseados em conhecimento da parte visível dos empreendimentos, o que, afinal de contas, leva à formulação e implementação de algum tipo de estratégia competitiva, daí a ênfase tanto à comunicação interna como à externa (mercado e clientes), bem como na produção de informações baseadas também na parte invisível dos empreendimentos.

Para Grant (1996), a função da contabilidade gerencial é fornecer dados e informações e, portanto, se o capital intelectual (esta parte invisível) – seja na forma de capital humano, relacional ou estrutural – for utilizado para controle organizacional, relacional (clientes e fornecedores), então a informação deverá ser fornecida não apenas sobre este capital, mas também sobre como transformar capital humano em capital organizacional e capital relacional. E, disto se depreende que os processos e meios de comunicação empresarial devem ser cada vez mais

eficientes, à medida que atenderem ao todo da empresa, e não apenas sua parte visível.

Na sociedade de conhecimento pós-capitalista, chamada por Drucker (1999) de sociedade moderna, somente quando as organizações têm no conhecimento seu ativo mais importante, e somente quando controlam os processos de criação e integração de conhecimento, é que se pode pressupor a existência de um pré-requisito científico para o sucesso corporativo das mesmas.

Portanto, uma visão contemporânea sobre os sistemas de informações contábeis deve ser baseada na noção de que o mesmo deve ser capaz de fornecer informações para tomadas de decisão em todos os níveis decisórios e de que o seu desenvolvimento deve se dar de modo interdisciplinar e multiprofissional, principalmente no que tange às informações destinadas ao nível estratégico das empresas (LEV, 2001), o que também inclui informações orientadas para o futuro e informações não-financeiras; logo, também, informações acerca do capital intelectual.

### 3.7.1 Similaridades e interações entre o capital humano e o capital estrutural

A distinção entre capital humano e capital estrutural mostra muitas similaridades com a distinção entre conhecimento individual e conhecimento compartilhado. Em geral, o capital humano de uma empresa é baseado sobretudo em saberes individuais, enquanto seu capital organizacional (estrutural) se compõe principalmente de conhecimento compartilhado (DZINKOWSKI, 1998).

Como resultado disso, permanece a questão sobre a importância da transformação dos saberes individuais em conhecimentos compartilhados, ou seja, a transformação de capital humano em capital organizacional (estrutural), e da disseminação de conhecimentos estruturais para fins de integração técnica, operacional e administrativa das empresas.

Uma questão muito mais relevante que a diferença entre pares de conceitos (saber e conhecimento), no entanto, é se esta transformação deve ou não ocorrer por meio de cooperação, deixando a especialização funcional intacta, ou por meio de aprendizado cruzado entre membros da organização, criando um nível equalizado de conhecimento entre todos os membros da organização (GRANT, 1996).

Segundo esse autor, felizmente, as experiências atuais demonstram que o trabalho em equipe, a interação de pessoas e ações comunitárias têm apresentado melhores resultados que o estímulo à disputa individual, notadamente naqueles empreendimentos que dependem da integração de conhecimentos.

Também a divulgação em relatórios externos e internos pelas empresas, ou seja, a comunicação corporativa, segundo o autor, tem crescido substancialmente em importância nos últimos anos, em razão de mudanças nos ambientes organizacionais, da crescente globalização, da integração dos mercados de capital e da mobilidade tanto de recursos monetários como físicos. Então, os exemplos da Dow e da IBM anteriormente analisados são bastante interessantes de ser mantidos em foco quando se trata de produzir informações sobre o capital intelectual visando à integração de recursos e esforços humanos.

Neste sentido, Grant (1996) sublinha que a competição mais feroz, os desdobramentos tecnológicos e a importância de novos setores de negócios, a exemplo da tecnologia da informação e da biotecnologia, têm sido fatores-chave impulsionando a demanda por mais e melhores informações e pelo desenvolvimento de sistemas de informação gerencial. Uma consequência disso foi que uma mudança na natureza da geração de valor de fábricas e equipamentos para criação de patentes, para o desenvolvimento de empregados habilidosos e para o estabelecimento de relacionamentos estratégicos realmente aconteceu.

À medida que cresceu a complexidade do campo de atuação das empresas cresceu também a importância da divulgação de conhecimentos, e a lógica da geração de valor tem sido mais complexa; desta forma, a relevância de se divulgar informações relativas aos recursos de conhecimento em uma companhia também tornou-se cada vez mais evidente (GRANT, 1996) e cada vez existem menos limites para as informações corporativas.

No ambiente de negócios, no entanto, essas tendências são geralmente seguidas por uma crescente frustração com os relatórios financeiros tradicionais, tal como foi expresso no “Relatório Jenkins” (AICPA, 1994) e no trabalho de Steven Wallman (1995, 1996), ex-comissário da Securities and Exchange Commission (SEC), haja vista que parte dos dados tradicionais não consegue atender ao amplo rol de demandas de informações de que dependem uma empresa e seus usuários, investidores e o mercado em geral.

Edvinsson & Malone (1997), além de endossar as conclusões da grande maioria dos pesquisadores sobre os problemas desta área, reforçam, então, a necessidade da divulgação daquele capital que fica sob a superfície visível dos empreendimentos, o capital intelectual, assim como a idéia de que, por este caminho, poderiam ser melhorados os aspectos organizacionais e relacionais da empresa, tal como visto nos exemplos expostos.

Segundo estes autores, o controle por meio de capital intelectual, além de propiciar informações para a gestão e para o mercado, visa também, primariamente, invocar um comportamento tal que as estratégias e táticas da organização sejam formuladas e implantadas eficazmente, o que envolve tanto o público externo como o público interno e, fundamentalmente, tal como se viu nos exemplos analisados, visa ainda resolver problemas de comunicação, viabilizar canais de informações e, eventualmente, interesses pessoais, tanto em termos de concepção como de concentração de ações.

### **3.8 Balanço Patrimonial como Sistema de Informação**

Para Tracy (2000), os investidores estão interessados na eficiência do capital aplicado no negócio e na forma como está sendo gerido o capital utilizado em suas operações. Para este autor, geralmente, quando se faz referência ao fornecimento de informações para tomadas de decisão e identificação de responsabilidades dentro das organizações, é utilizada a contabilidade gerencial, ao passo que se utiliza a contabilidade financeira para o fornecimento de informações para tomadas de decisão e à identificação de responsabilidade entre organizações e os interessados nestas.

Segundo Tracy (2000), o balanço patrimonial avalia a saúde financeira da organização, uma vez que apresenta as contas de ativo, passivo e patrimônio líquido da empresa. Os itens do ativo são os recursos econômicos que estão sendo utilizados no processo de gerar lucro originado basicamente do passivo e patrimônio líquido. Por isto, a equação fundamental do balanço patrimonial é: ativo = passivo + patrimônio líquido.

O balanço patrimonial é diferente da demonstração de resultados e da demonstração de fluxo de caixa<sup>30</sup>, que apresentam fluxos de um determinado período de tempo – fluxo de receita e de despesa, na demonstração do resultado; e de entradas e saídas de caixa, na demonstração do fluxo de caixa.

Assim, segundo Tracy (2000), ambas as demonstrações conduzem a uma linha final: o lucro líquido, na demonstração de resultado, e o aumento ou redução de caixa, na demonstração de fluxo de caixa.

Por seu lado, o balanço patrimonial é uma demonstração de posição que resume as condições financeiras ou a situação da entidade em determinado momento. A situação financeira da empresa se encontra em constante mutação, em face da sucessão incessante de atividade e transações em andamento.

O balanço patrimonial, segundo Tracy (2000), mostra três tipos básicos de informação:

- a) primeiramente, revela como se distribuem os ativos da empresa, ou seja, evidencia a aplicação dos recursos econômicos da empresa;
- b) segundo, reporta o passivo da empresa, compreendendo as obrigações e compromissos assumidos com terceiros; e
- c) terceiro, mostra a discriminação do patrimônio líquido, ou seja, qual o total investido pelos proprietários ao longo dos anos e qual o total dos lucros não distribuídos aos acionistas.

Essas informações são estudadas e analisadas cuidadosamente pelos credores e investidores da empresa. Segundo Tracy (2000), isto se dá, acima de tudo, quando estes estão preocupados com a saúde financeira da empresa e em saber se ela preservará sua condição de entidade em continuidade, evitando, assim, a insolvência ou a ameaça de falência.

Assim, a divulgação do conhecimento via balanço patrimonial é considerada um dos elementos essenciais nas atividades de uma organização, devendo, portanto, ser cuidadosamente gerenciada e controlada juntamente com os outros fatores de renda tradicionalmente divulgados pela área contábil (LYNN, 2000).

---

<sup>30</sup> No Brasil, o fluxo de caixa não se inclui entre as demonstrações financeiras previstas na legislação, mas é utilizado como ferramenta operacional de controle de recursos provenientes das atividades da organização.



### 3.9 Principais Desafios a serem enfrentados

A contabilidade tradicional e os modelos de relatórios de capital intelectual atualmente disponíveis, segundo DZINKOWSKI (1998) apresentam os seguintes desafios:

- a) melhorar as ferramentas para gerenciar o investimento nas habilidades de pessoas, bases de informação e capacidades tecnológicas;
- b) estabelecer algum tipo de mensuração contábil que possa diferenciar empresas nas quais o capital intelectual está sendo ativado *versus* empresas nas quais ele está sendo reconhecido como despesa;
- c) ser capaz de mensurar, a longo prazo, o retorno sobre os investimentos nas habilidades das pessoas, bases de informação e das capacidades tecnológicas da organização
- d) aumentar a participação dos intangíveis nas demonstrações contábeis, de forma a suprir as defasagens de informação ente os ativos tangíveis e intangíveis;
- e) enfrentar a necessidade de maior transparência de informações sobre as empresas, tanto no que se refere aos ativos tangíveis como em relação aos intangíveis.

Os problemas-chave acima referidos podem, em geral, ser resumidos numa base comum, e ser vistos como provenientes da falta de transparência dos relatórios tradicionais. As exigências emergentes dos mercados de capital por divulgações adicionais relacionam-se, portanto, ao seu interesse em aumentar a transparência dos relatórios e comunicados corporativos dos impulsionadores de geração de valor da companhia (DZINKOWSKI, 1998).

Neste capítulo demonstramos a relevância da divulgação de informações que agreguem valor para os usuários internos e externos das demonstrações contábeis e também, foram identificados alguns indicadores utilizados para a mensuração do valor dos intangíveis das organizações, que possibilitariam a sua divulgação.

No capítulo 4 será demonstrada a metodologia utilizada na pesquisa realizada junto a uma parcela da classe contábil brasileira, representada pelos conselheiros dos conselhos regionais e do conselho federal de contabilidade, o que veio a propiciar a realização de uma análise comparativa entre o que é observado na

teoria e o que é representado pelo pensamento dessa classe de profissionais, no que diz respeito aos intangíveis das organizações.

## **4 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Na introdução deste trabalho identificou-se a necessidade de ser realizada uma pesquisa de campo que viesse a complementar e a validar as informações inseridas nos capítulos 1, 2, e 3, de forma a possibilitar a verificação da importância que a classe contábil brasileira atribui a que as demonstrações contábeis venham a divulgar o valor do capital intelectual das organizações e, também, a identificar o nível de conhecimento sobre as técnicas de avaliação do capital intelectual por parte dessa classe.

Desta forma, este capítulo expõe a metodologia utilizada para a realização da pesquisa de campo que permitiu obter essas informações.

### **4.1 Estrutura do Projeto de Pesquisa**

Como enunciado a pesquisa teve a finalidade de efetuar uma análise da visão dos contabilistas sobre a problemática de mensuração e divulgação do capital intelectual das organizações através das demonstrações contábeis.

O universo pesquisado foi a classe contábil brasileira, representada pelos conselheiros dos Conselhos Regionais de Contabilidade e do Conselho Federal de Contabilidade.

Este universo compreende contabilistas de empresas de grande, pequeno e médio portes, profissionais autônomos, professores da área contábil, auditores, peritos contábeis, sendo que muitos desses profissionais possuem também formação complementar em nível de pós-graduação.

### **4.2 Amostra**

A pesquisa abrangeu os conselheiros dos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade e os conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade, totalizando uma população de aproximadamente 380 profissionais, dos quais foi obtido um volume de 124 questionários devolvidos, equivalente a 31% do total encaminhado.

A amostra escolhida foi intencional, tendo em vista que o perfil dos informantes pode ser considerado suficiente para qualificar as respostas.

### **4.3 Pesquisa Bibliográfica**

Neste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica calcada na revisão de trabalhos anteriores sobre o objeto em foco, -ativos intangíveis-, privilegiando aqueles autores que se referiam de uma forma mais específica ao capital intelectual das organizações. Gil (1995) refere-se a este tipo de pesquisa especificando que é aquela desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Assim, como resultado prático desta pesquisa bibliográfica obteve-se um conjunto de informações sobre a problemática atual envolvendo o tema 'capital intelectual' e o estado da arte relativo à apropriação, contabilização e divulgação dos ativos intangíveis constituintes do capital intelectual.

No levantamento bibliográfico foi dada especial atenção ao estudo e análise de trabalhos produzidos por autores renomados na área em foco, privilegiando as publicações sob a forma de teses e de artigos em revistas conceituadas na área acadêmica, inclusive buscando-se a visão de autores brasileiros que tivessem alguma contribuição em relação ao tema.

Não obstante se exija de quase todos os estudos algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas produzidas exclusivamente com base em material bibliográfico teórico-conceitual, o que, contudo, não se aplica inteiramente a este trabalho, que teve uma parte da pesquisa relacionada às pesquisas de Antunes, Ludícibus, Martins, Monti-Belkaoui & Riahi-Belkaoui, Flamholtz & Lacey, Choi & Mueller, Payle, Ijiri & Kaplan, Norton & Kaplan, Davenport, Pfeil, Lev, Bassi, Boutellier, Bukh, Nielson & Mouritsen, Dzinkowski, Granstrand, Guthrie, Judson, Lynn, Stewart, Sullivan, Crawford, Roslender & Fincham, entre outros, e cujos elementos teórico-conceituais foram aproveitados no "diálogo" com os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo.

### **4.4 Pesquisa de Campo**

A pesquisa foi dividida em várias fases, iniciando-se com a revisão bibliográfica e definição dos procedimentos metodológicos a serem observados, visando obter os dados primários e secundários necessários à obtenção de uma base de informações. Após, foi possível definir a composição do universo da

pesquisa e a elaboração de um questionário estruturado, cujas perguntas objetivavam responder aos objetivos específicos definidos neste trabalho.

Por sua vez, Demo (1995) afirma que este tipo de pesquisa não se refere diretamente à realidade, mas aos instrumentos de captação e manipulação desta, o que é em parte verdadeiro, haja vista que os contabilistas pesquisados, fazem parte desta realidade.

Destaca-se, ainda, que os dados referentes a este tipo de pesquisa são coletados com base em um segmento de determinada população do universo que se deseja conhecer, dessa forma, apoiada pelo Conselho Regional de contabilidade do Paraná e Academia de Ciências Contábeis do Paraná, optou-se pela realização da pesquisa junto à classe contábil brasileira.

As respostas obtidas com a utilização dos questionários foram devidamente tabuladas e encontram-se identificadas sob a forma de conclusão deste trabalho complementadas por sugestões de pesquisas futuras.

Para tanto, foi criado um sistema de processamento de dados específico, que permitiu tanto a apropriação dos questionários, à medida que foram sendo recebidos, como também a geração de resultados parciais e de construção progressiva de tabelas de codificação.

A amostra foi composta por um grupo de profissionais que, tanto profissionalmente como em termos de representação funcional, possuem relação direta e institucional com o objeto do estudo e apresentam características comuns e de interligação com o mesmo (MARCONI & LAKATOS, 1996).

Desta forma, trata-se de uma amostra intencional, pois para os efeitos desta pesquisa, mostra-se mais importante detectar tendências a partir de uma população qualitativamente adequada do que apenas medir opiniões.

No início da pesquisa estabeleceu-se que o método a ser utilizado para se obter os dados primários e secundários, seria através da utilização de um questionário, o que levou a definir uma base de informações. Após, foi possível definir o conjunto de elementos componentes da amostra e elaborar o questionário de forma estruturada, cujas perguntas visavam responder os objetivos específicos deste trabalho.

O tipo de pesquisa ideal para este caso, segundo Beuren (2003), em que há impossibilidade de se estudar detalhadamente cada objeto ou fenômeno de modo

específico, é a pesquisa bibliográfica apoiada por um levantamento de dados e informações que possam suprir aspectos empíricos relativos ao objeto considerado. Destaca, ainda, que os dados referentes a este tipo de pesquisa são coletados com base em uma amostra retirada de determinada população do universo que se deseja conhecer; neste caso, a amostra contempla um segmento de agentes que, por suas condições particulares, pode ser qualitativamente representativo do todo composto pelos contabilistas nacionais.

#### **4.5 Perfil dos Informantes**

O critério de escolha dos informantes desta pesquisa está fundado no efetivo pressuposto de que é nos órgãos de representação profissional, pela diversidade dos seus componentes, que se pode encontrar um “espelho” das tendências de uma certa categoria profissional (no caso deste trabalho e pesquisa específica, os contabilistas em nível nacional) e das concepções vigentes em relação ao seu mercado de trabalho.

A aceitação deste pressuposto como orientação efetiva se dá pelo fato de que é neste âmbito de atuação que profissionais de várias origens e de uma gama variada de atividades estão envolvidos com a problemática de desenvolvimento, discussão e apreciação das questões profissionais e do encaminhamento de soluções que visam atender não apenas interesses profissionais específicos.

Cabe também aos conselhos promoverem debates e sugestões para o aperfeiçoamento do mercado onde atuam, inclusive, na busca do aperfeiçoamento institucional do sistema de normas, padrões e leis passíveis de ser analisadas e adotadas pelas instâncias de aprovação nacional (Congresso Federal, CFC, CVM, BACEN).

Mais ainda é lícito pressupor que estes representantes também constituem, de certa forma, um fórum privilegiado para discussão dos problemas e para proposição de soluções que afetam a classe contábil e o seu mercado de trabalho, haja vista que, neste âmbito, eventuais temas em foco são tratados de modo bastante mais aprofundado em função de suas áreas de atuação e de destinação institucional (papel dos conselhos).

Busca-se, portanto, dados e informações junto à classe dos contabilistas a partir da visão dos seus representantes nos conselhos regionais e federal de contabilidade.

Assim, em conformidade com o objetivo de pesquisar o estado atual da teoria relativa à questão do capital intelectual, o que se pretende é que esta instância de apropriação de informações sirva não apenas para levantar opiniões e a visão geral da classe sobre o tema mas, também, que esta manifestação sirva como elemento norteador do processo de análise e de eventuais sugestões que possam advir dos resultados obtidos, tanto em nível da teoria obtida por meio de pesquisa bibliográfica como também da pesquisa empírica.

Essas intenções, serão colocadas em prática colimadas com o objetivo maior deste trabalho que está voltado para a discussão da problemática relativa ao 'capital intelectual' e, da verificação da possibilidade de que a sua apropriação contábil venha a constituir um recurso a mais para favorecer o desenvolvimento dos processos de gestão e avaliação empresarial.

Na seqüência, identifica-se quem são os informantes da pesquisa e, a par da metodologia já exposta, são explicitadas algumas questões de fundo relativas à classe contábil, em relação a eventuais ações futuras, no sentido da implantação de dispositivos de discussão, com vistas a proposição de normas de apropriação contábil do capital intelectual, nas suas diferentes formas de ocorrência.

#### 4.5.1 Sexo e idade

A análise dos dados fornecidos mostra que, em sua grande maioria, os informantes pertencem ao sexo masculino (84,68%), e que apenas 15,32% pertencem ao sexo feminino. Existe, ainda, uma nítida predominância da presença masculina nas decisões de natureza profissional.

Q2-SEXO DOS INFORMANTES

ITEM.	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Masculino	105	84,68
2	Feminino	19	15,32
TOTAL		124	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

No que tange à idade, o que se nota é que, em média, a população pesquisada tem mais de 48 anos, e que mais de 40% dos mesmos têm idade acima de 50 anos.

Trata-se, portanto, de um conjunto de informantes bastante maduros em termos de experiência de vida, o que, aliado ao fato de serem todos representantes da classe contábil, forma supostamente, um quadro de informantes bastante qualificado para tratar do tema e problemática em foco.

Q1 - IDADE DOS INFORMANTES EM ANOS COMPLETOS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Mais de 55 anos	27	21,77
2	De 51 a 55 anos	18	14,52
3	De 46 a 50 anos	27	21,77
4	De 41 a 45 anos	22	17,74
5	De 36 a 40 anos	13	10,48
6	De 31 a 35 anos	14	11,29
7	De 26 a 30 anos	1	0,81
99	- Não declarado	2	1,62
TOTAL		124	100,00
Idade média: 49,4 anos			

FONTE: Pesquisa de campo – 2004

#### 4.5.2 Escolaridade

A apropriação do maior nível atingido pelos informantes mostra que a grande maioria deles (74,19%), concluíram o curso de bacharelado e que aproximadamente 1/5 deles (18,55%) concluiu apenas os cursos de nível técnico e de licenciatura. É relativamente pequeno o número de informantes que chegou a terminar curso em nível de mestrado e somente um foi encontrado com formação em nível de doutorado.

Q5-CURSO DE MAIOR NÍVEL JÁ CONCLUÍDO

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Bacharelado	92	74,19
2	Técnico	20	16,13
3	Mestrado	8	6,45
4	Licenciatura	3	2,42
5	Doutorado	1	0,81
TOTAL		124	100

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

Esse tipo de observação é relevante na medida em que o objeto deste trabalho (o capital intelectual) e o desenvolvimento pretendido em termos de



propostas apoiar-se-ão, fundamentalmente, sobre processos de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e de criação de cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*), tal como veremos ao final deste trabalho. Estes dados, se por um lado permitem observar o interesse por maiores níveis de formação e treinamento, por outro mostra uma faceta da realidade do campo de atuação dos contabilistas por ser esta uma profissão eminentemente técnica.

#### 4.5.3 Nível de pós-graduação

Em face das constatações acima, verifica-se que a situação em termos de pós-graduação é bastante acanhada, uma vez que apenas 7,26% declararam ter concluído algum curso neste nível, e só um caso de contabilista com curso de doutoramento entre os informantes. E isto, apesar de 13,92% terem declarado que atuam como professores de ensino superior (ver Q.11 – Tipos de atividades).

##### Q5.4–CURSOS DE MESTRADO

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Sim	9	7,26
2	Não	115	92,74
TOTAL		124	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

De igual maneira, a atual situação dos que estão fazendo algum curso de nível superior também é bastante deficiente, haja vista que praticamente 4/5 dos informantes não estão fazendo nenhum curso neste nível.

##### Q3-ATUALMENTE ESTÁ FAZENDO CURSO SUPERIOR?

ITEM.	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Sim	21	16,94
2	Não	97	78,23
99	Não declarado	6	4,84
TOTAL		124	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

Os poucos mais de 16% que responderam afirmativamente explicitaram os seguintes níveis de procura por processos de treinamento: doutorado: 1 caso (Gestão de Negócios – Engenharia de Produção); especialização: 1 caso (Política e Estratégia de Governo); MBA: 1 caso (Gestão do Negócio em Contabilidade); graduação/bacharelado: 9 casos (11,44%) (5 em Ciências Contábeis, 3 em Direito e 1 em Administração), o que mostra um baixo nível de procura por formação complementar além dos cursos de formação.

## Q4-CURSOS ATUALMENTE SENDO FEITOS PELOS INFORMANTES

NÍVEL DO CURSO	DESCRIÇÃO DO CURSO	Nº	%
Bacharel	Ciências Contábeis	8	6,46
Bacharel	Direito	6	4,84
Bacharel	Administração de Empresas	1	0,81
Mestrado	Mestrado em Contabilidade e Auditoria	1	0,81
MBA	MBA - Gestão do Negócio	1	0,81
Especialização	Política e Estratégia de Governo	1	0,81
Especialização	Auditoria Contábil	1	0,81
Doutorado	Gestão de Negócios (Eng. de Produção)	1	0,81
Não declarado	Ciências Contábeis	1	0,81
Não está fazendo		97	78,2
Não declarado		6	4,82
TOTAL		124	100

FONTE: Pesquisa de campo – 2004

Desta forma, se for levado em conta que 6,46% dos informantes são compostos por pessoal técnico e/ou licenciado que ainda está fazendo ‘Ciências Contábeis’, e que a implantação de medidas voltadas à questão da apropriação contábil do capital intelectual nas empresas dependerá, em princípio, de um maior desenvolvimento do quadro de contabilistas em nível nacional, isto mostra, relativa e circunstancialmente, o porte do problema de formação e treinamento a ser enfrentado no futuro, caso normas e leis específicas sejam aprovadas neste sentido.

Mais ainda, pode-se ver nestes dados a necessidade de uma maior interação interprofissional, interfuncional e interdisciplinar para eventuais implementações de sistemas de apropriação contábil dos aspectos passíveis de ser contabilizados como elementos do capital intelectual das empresas.

Vale aqui, novamente, dialogar com os dados da pesquisa de campo, na medida em que se verifica que a grande maioria dos informantes<sup>31</sup> possui apenas nível técnico (16,13%) e de bacharelado (74,19%), que quase 4/5 deles atualmente não estão fazendo nenhum curso e que 48,39% consideram que a classe contábil “em grande parte não está capacitada”<sup>32</sup> para esta função de apropriação do capital intelectual, o que, somado aos 32,26% que consideram que “estão mais ou menos capacitados” e que “existem muitas carências”, forma um quadro que merece bastante atenção por parte dos responsáveis pela área das ciências contábeis no

<sup>31</sup> Ver questão 05 da pesquisa de campo.

<sup>32</sup> Ver questão 51 da pesquisa de campo.

País, desde os cursos de formação técnica, passando pelas faculdades e universidades até os órgãos de classe em níveis estadual e federal.

Como está sendo demonstrado neste trabalho, o desenvolvimento de ações visando à apropriação e demonstração contábil do capital intelectual nas empresas é um empreendimento de natureza multidisciplinar e coparticipativo envolvendo interações bastante mais densas entre os contabilistas e os profissionais de outras áreas de conhecimento, haja vista que vários dos aspectos a serem contabilizados são de natureza eminentemente social, outros são de natureza ecológica (relação com o meio ambiente), outros de engenharia em diversos segmentos etc. Não é, portanto, uma tarefa monodisciplinar, passível de ser desenvolvida apenas sob enfoques estritamente técnicos.

#### 4.5.4 Área de atuação

Ainda que tenham sido pesquisados apenas os participantes dos Conselhos Regionais e Federal de Contabilidade, quase um quarto dos mesmos (22,78%) declarou 'não atuar como contabilista para alguma empresa'.

##### Q8-ATUALMENTE ATUA COMO CONTABILISTA?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Sim	100	80,65
2	Não	22	17,74
99	Não declarado	2	1,61
TOTAL		124	100,00

FONTE: Pesquisa de campo – 2004

Dentre os que atuam como contabilistas, segundo o número de empresas para as quais trabalham e/ou dão algum tipo de atendimento, seja direto, ou indireto, como sócio de empresa de contabilidade e/ou de auditoria, é a qual se segue:

##### Q9-PARA QUANTAS EMPRESAS DÁ ATENDIMENTO?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Nenhuma empresa	18	14,52
2	Até 50 empresas	63	50,81
3	De 51 a 100 empresas	22	17,74
4	De 101 a 150	10	8,06
5	De 151 a 200	3	2,42
6	De 201 a 250	4	3,23
7	Mais de 250 empresas	2	1,61
99	- Não declarado	2	1,61
TOTAL		124	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

Os dados fornecidos indicam que 14,52% dos informantes não atendem a nenhuma empresa (em vários casos são ocupantes de cargos de direção, professores e outros, atuando fora da área contábil), e que a grande maioria atende de uma até 50 empresas (50,81%), sendo também expressivo o número dos que atendem de 51 a 100 empresas (17,74%).

Em geral, o relacionamento com grande número de empresas é feito por parte dos contabilistas que declaram como atividade serem 'sócios/contabilistas de escritório contábil', ou seja, isto se dá com a grande maioria dos pesquisados (54,03%), ainda que, eventualmente, exerça outras atividades (ver a seguir a análise das atividades desenvolvidas).

Quanto ao porte das empresas a que dão atendimento, a grande maioria declarou que trabalha com empresas de pequeno porte (70,16%), um terço também presta serviços a empresas de médio porte (32,26). Apenas uma pequena parcela dos informantes (5,65%) declarou trabalhar com empresas de grande porte.<sup>33</sup>

#### 4.5.5 O que fazem os contabilistas pesquisados?

A grande maioria dos informantes (54,03%) é sócia ou contabilista de escritório contábil, ainda que exerça também outras atividades, e quase um quarto do total declarou trabalhar como 'profissionais autônomos', destacando-se, também, que 17,74% atuam como professores de ensino superior.

A participação de contabilistas em órgãos/empresas/autarquias públicos e empresas privadas é de, respectivamente, 7% e 5% para cada uma destas categorias.

Também é merecedor de nota o dado de que quase 10% dos informantes atuam desenvolvendo atividades relacionadas com a área de auditoria.

A julgar pelos dados informados, o que se nota, no entanto, é o relativamente pequeno número de contabilistas exercendo cargos de direção fora da área contábil (apenas 2 casos).

---

<sup>33</sup> Ver questão 10 da pesquisa de campo.

## Q11 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS INFORMANTES

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	% /FREQ	%/NDF
1	Sócio/contabilista de escritório contábil	67	41,61	54,03
2	Profissional autônomo	30	18,63	24,19
3	Professor de ensino superior	22	13,66	17,74
4	Contabilista em empresa privada	10	6,21	8,06
5	Contabilista em órgão/empresa pública	9	5,59	7,26
6	Sócio de empresa de auditoria	4	2,48	3,23
7	Funcionário de escritório contábil	3	1,86	2,42
8	Funcionário público/autárquico	3	1,86	2,42
9	Auditoria governamental	2	1,25	1,61
10	Perícia contábil/judicial	2	1,25	1,61
11	Advogado	2	1,25	1,61
12	Consultoria	2	1,25	1,61
13	Diretor de faculdade	1	0,62	0,81
14	Diretor de órgão público	1	0,62	0,81
99	Outra atividade	3	1,86	2,42
TOTAL	No. de formulários = 124	161	100,00	-x-

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

#### 4.6 Perfil Geral Resumido dos Contabilistas Pesquisados

Levando-se em conta os dados pode-se dizer que, em geral, os informantes tem as seguintes características:

- são do sexo masculino: 84,68;
- têm idade acima de 40 anos: 75,80%;
- uma parte tem apenas curso técnico: 16,13%;
- a maior concluiu até o bacharelado: 74,19%;
- poucos fizeram mestrado: 6,46%;
- nenhum fez curso de doutorado: 0%;
- em geral atuam como contabilistas: 80,65%;
- atendem no máximo a 100 empresas: 68,55%;
- a maioria é sócia/contabilista de escritório contábil: 54,03%;
- quase um quinto atua como profissional autônomo: 24,19%;
- uma parcela atua apenas como professor de ensino superior: 17,74%.

#### 4.7 Instrumentos para Coleta de Dados

Utilizaram-se questionários (instrumentos), que foram preenchidos diretamente pelos informantes, sem o auxílio de entrevistadores para a coleta de

dados, tendo em vista a especificidade do tema e a abrangência pretendida, dentro do tempo disponível para a pesquisa e conseqüente análise.

Os conteúdos teóricos submetidos aos informantes foram retirados da teoria exposta na revisão apresentada, acrescidos de outros, correlatos com os objetivos e hipóteses deste trabalho.

Os questionários utilizados na pesquisa com os conselheiros dos Conselhos Regionais de Contabilidade e do Conselho Federal de Contabilidade foram elaborados com perguntas fechadas, abertas e mistas, variando a forma, segundo o conteúdo visado.

Antes do encaminhamento do questionário final para a realização da pesquisa o mesmo foi revisado, levando-se em conta as dificuldades e observações coletadas no pré-teste, aplicado em 30 profissionais da área contábil, representado por alunos dos cursos de especialização da Universidade Federal do Paraná e de professores da área contábil dessa mesma universidade.

#### **4.8 Operacionalização do Processo**

Os conselheiros receberam um envelope nominal, contendo o formulário da pesquisa, entregue em mãos pela Secretaria do Conselho de Contabilidade a que estão subordinados, acompanhado de uma carta de recomendação do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, subscrita pelo seu presidente, enfatizando a importância da pesquisa para a classe contábil e recomendando a sua resposta, que deveria ser feita no prazo máximo de 15 dias, a partir do seu recebimento, via o próprio Conselho.

Os envelopes contendo os formulários respondidos foram encaminhados ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, pelos informantes, utilizando um envelope especialmente preparado para isto, que acompanhou o questionário de pesquisa, sem a identificação do autor.

#### **4.9 Tabulação dos Dados Coletados**

Após o recebimento dos questionários devidamente respondidos, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos:

1. verificação da completude das respostas às questões apresentadas, especificamente sobre os dados de caracterização do informante;
2. elaboração de um processo de pré-codificação visando facilitar a depuração e processamento dos dados;
3. desenvolvimento, em paralelo, de um sistema de processamento, o mais despojado e objetivo possível, visando o registro e a tabulação dos dados;
4. digitação e, concomitantemente, o desenvolvimento de processos de crítica e consistência paramétrica dos diferentes dados do formulário e, também, processos de crítica cruzada;
5. correção dos erros encontrados, resultantes da digitação;
6. processamento dos dados conforme plano tabular, visando se obter o atendimento dos objetivos do trabalho.

Para tanto, foram contratados trabalhos específicos de programação e de serviços de digitação, com o objetivo de abreviar os tempos de respostas. Os processos de programação foram levados a efeito antecipadamente e paralelos à pesquisa de campo, de tal forma que, ao receber o primeiro formulário, já se tinha condições de efetuar seu processamento.

No capítulo 5 trazemos o resultado da tabulação das respostas obtidas com a pesquisa e a confrontação das mesmas com o que se encontra demonstrado nos capítulos 2 , 3 e 4, o que permitiu que os objetivos deste trabalho fossem atingidos.

## 5 O PONTO DE VISTA DOS CONTABILISTAS PESQUISADOS

Este capítulo tem por escopo a análise quantitativa dos resultados da pesquisa de campo, tendo por suporte as referências teóricas verificadas na pesquisa bibliográfica. Apresenta-se, à luz da teoria apropriada, a visão dos contabilistas sobre o tema em foco.

### 5.1 A Percepção Atual dos Informantes da Pesquisa

A análise de dados sobre um conjunto de questões relativas aos ativos intangíveis e ao capital intelectual, assim como vários aspectos associados, foi levada a efeito visando obter alguns elementos informativos que, à guisa de um diálogo com a teoria consultada, pudessem fornecer alguma orientação de base empírica em relação aos problemas em foco (objetivos específicos) pertinentes ao tema deste trabalho.

Uma primeira preocupação a ser levada em conta por esta análise diz respeito a quanto os contabilistas pesquisados consideram que “os ativos intangíveis apresentam importância crescente no âmbito das empresas”. Como resposta, 71,77% disseram que “concordam plenamente” que esteja ocorrendo este aumento de importância, e 24,19% concordam parcialmente com isto. No total, 95,96% dos contabilistas manifestam que os ativos intangíveis se apresentam como um fator cada vez mais importante em âmbito empresarial.<sup>34</sup>

Neste mesmo intuito também foi indagado se “existe alguma importância prática na divulgação dos ativos intangíveis no balanço das empresas”. Como resultado, 54,84% consideram-na “muito importante” e 29,84% consideram tal divulgação “importante”, somando temos 84,68% de concordância quanto à importância efetiva do fornecimento de informações sobre os intangíveis. A propósito, neste quesito, foi muito pequeno o percentual daqueles que consideraram de “pouca importância” (6,45%) e de “nenhuma importância” (1,61%).<sup>35</sup>

Do ponto de vista destes informantes, assim se apresenta a “ordem de importância dos ativos intangíveis” em uma empresa:

---

<sup>34</sup> Ver questão 53 da pesquisa de campo.

<sup>35</sup> Ver questão 20 da pesquisa de campo.



Q13a - ORDEM DE IMPORTÂNCIA DOS ATIVOS INDICADOS PELOS CONTABILISTAS PESQUISADOS - 1º. lugar

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Capital humano	54	43,55
2	Capital intelectual	26	20,97
3	Capital financeiro	24	19,35
4	Capital simbólico (imagem)	14	11,29
5	Capital imobilizado	3	2,42
99	Não declarado	3	2,42
TOTAL		124	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

Esta ordem se mantém quando questionados sobre as “cinco mais importantes formas de ativos para uma empresa”, conforme pode ser visto pelos resultados abaixo:

Q16a – OS CINCO ATIVOS MAIS IMPORTANTES INDICADOS PELOS CONTABILISTAS PESQUISADOS - 1º. lugar

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Humano	44	35,48
2	Financeiro	27	21,77
3	Intelectual	22	17,74
4	Econômico	8	6,45
5	Social	4	3,23
6	Técnico-metodológico	3	2,42
7	Simbólico	3	2,42
8	Material	3	2,42
9	Relacional	2	1,61
10	Organizacional	1	0,81
99	Não declarado	7	5,65
TOTAL		124	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

Observe-se a concordância na indicação dos três primeiros tópicos referidos e, ainda, que os tópicos ‘capital humano’, ‘capital intelectual’ e ‘capital financeiro’ se destacam, o que está em conformidade com as expressões teóricas mais freqüentemente observadas nos diferentes autores consultados.

No que tange aos “recursos relacionados com a mensuração”, os informantes, em sua grande maioria (74,19%), consideram os “recursos de conhecimento” como os elementos de maior importância, o que mostra uma percepção bastante clara da natureza da problemática em foco e, também, consideram a “capacidade de inovar” (68,55%) como bastante importante neste sentido.

Observe-se que, pela ordem, tem-se a seguir os “recursos humanos” (62,90%), o “relacionamento com clientes” (58,06%) e o “relacionamento com fornecedores” (39,52%), dando-se ênfase, portanto, ao ‘fator humano’ no tratamento das questões de conhecimento e inovações tecnológicas.

A opção “recursos financeiros” teve pouca expressão (8,87%), e a opção “recursos materiais” não apresentou nenhuma importância, o que mostra, ainda que em outros tópicos possam ser feitas algumas ressalvas, um sintonia bastante evidente com as premissas mais gerais da teoria consultada.<sup>36</sup>

Nesse mesmo sentido, a percepção dos contabilistas sobre a “importância que as empresas dão à mensuração dos aspectos intangíveis passíveis de capitalização” mostra, no entanto, que eles entendem, que apenas 2,42% delas dão “total importância” a esta forma de capital, que 10,48% dão “bastante importância”, e que 61,29% conferem “alguma importância” a este fato.

Uma situação bastante diferenciada, portanto, daquela verificada entre os contabilistas.

A este respeito, ainda que relativamente falando, note-se que é alto o número daqueles que consideram que as empresas não dão “nenhuma importância” para a apropriação dos intangíveis passíveis de capitalização (24,19%), o que, somado aos que afirmam que as empresas dão apenas “alguma importância”, resulta em um total de informantes que consideram relativamente baixa ou nenhuma a importância dada pelas empresas neste sentido.<sup>37</sup>

Isso reflete, segundo Granstrand (1999), o reconhecimento de que o capital intelectual constitui uma fonte importante de valor para o empreendimento comercial contemporâneo e, neste sentido, vale efetuar uma comparação com os dados da pesquisa feita com os contabilistas, na medida em que 75,0% nunca propuseram alguma inclusão de ativo intangível nas demonstrações contábeis<sup>38</sup> e, mesmo aqueles que já o fizeram, ficaram apenas nos elementos mais conhecidos, tais como as marcas (8,0%), as patentes (6,4%), o balanço social (2,4%), o nome comercial (1,6%) e alguns outros tópicos de menor expressão.

---

<sup>36</sup> Ver questão 14 da pesquisa de campo.

<sup>37</sup> Ver questão 37 da pesquisa de campo.

<sup>38</sup> Ver questão 29 da pesquisa de campo.

O que se verifica é que o comportamento dos contabilistas pesquisados é totalmente coerente com o que em geral se conhece em termos de registro de intangíveis na atualidade.<sup>39</sup>

Questionados sobre se conheciam alguma empresa que mensurasse seus intangíveis, 69,35% dos informantes afirmaram que “não”, o que indica, de um lado, a ausência de informações publicadas acerca deste aspecto das empresas e, por outro, conforme as premissas mais gerais da teoria consultada, isto se dá por ser ainda uma atividade cuja importância vem aumentando nos últimos tempos.<sup>40</sup>

Um outro aspecto a ser observado nesta mesma direção é que 20,97% dos informantes declararam já ter proposto a “inclusão de algum ativo intangível nas demonstrações contábeis que elaboraram”<sup>41</sup>.

Compare-se, a propósito, que um percentual semelhante de informantes declarou conhecer “alguma empresa que mensurasse seus intangíveis” (28,23%).<sup>42</sup>

Dentre os ativos intangíveis propostos para inclusão destacam-se as “marcas” (8,00%), as “patentes” (6,40%) e referências ao “nome comercial” (1,60%).

Cabe notar também que os contabilistas consultados estão expressando suas opiniões em coerência com as observações feitas pelos diferentes autores consultados, quando estes afirmam que, em sua grande maioria, apenas os “direitos de propriedade intelectual” são lembrados nas demonstrações contábeis (isto quando são lembrados!).

O quadro a seguir mostra o rol de opções fornecidas pelos informantes para inclusão de ativos intangíveis.

---

<sup>39</sup> Ver questão 30 da pesquisa de campo.

<sup>40</sup> Ver questão 26 da pesquisa de campo.

<sup>41</sup> Ver questão 29 da pesquisa de campo.

<sup>42</sup> Ver questão 26 da pesquisa de campo.

Q30 – TIPO DE ATIVOS INTANGÍVEIS PROPOSTOS PARA INCLUSÃO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%/NDF
1	Marcas	10	7,30	8,00
2	Patentes	8	5,84	6,40
3	Balanço Social	3	2,19	2,40
4	Investimentos em capital intelectual	2	1,46	1,60
5	Nome comercial	2	1,46	1,60
6	Ações sociais	1	0,73	0,80
7	DVA (Demonstração de valor agregado)	1	0,73	0,80
8	Impactos sociais internos	1	0,73	0,80
9	Impactos sociais externos	1	0,73	0,80
10	Relações com a comunidade	1	0,73	0,80
11	Informações sobre reciclagem	1	0,73	0,80
12	Pontos de venda	1	0,73	0,80
13	Recursos humanos	1	0,73	0,80
14	Sistemas desenvolvidos/implantados	1	0,73	0,80
15	Marca centenária	1	0,73	0,80
16	Gastos com pesquisas	1	0,73	0,80
17	Processo tecnológico	1	0,73	0,80
18	Nunca propôs inclusão	94	68,61	75,20
99	Não declarado	6	4,38	4,80
TOTAL	NDFs = 124	137	100,00	-x-

NTE: Pesquisa de campo 2004.

Deve ser dada atenção, também, ao fato de que 71,77% declararam “não conhecer alguma empresa que se preocupasse em registrar e/ou documentar os conhecimentos produzidos e/ou utilizados pelos seus funcionários”, o que mostra que sequer em relação aos ativos intelectuais mais básicos existem preocupações neste sentido.<sup>43</sup>

Indagados quanto ao “nível de importância de se fazer a mensuração e divulgação do capital intangível das empresas”, em uma questão de múltipla escolha, 65,32% afirmaram que isto “agregaria valor ao trabalho contábil” e, também, consideraram que isto “valorizaria mais seu papel junto às empresas” (58,06%), o que “exigiria aprimoramento profissional” (50,81%), “abriria um novo nicho de mercado” (45,16%) e “aumentaria sua importância junto aos investidores” (44,35%), ao mesmo tempo em que também poderiam “prestar assessoria/consultoria” para as empresas (37,10%).

De fato, esta percepção se mostra coerente com a visão de importância progressiva dos intangíveis e indica que, em sua grande maioria, os contabilistas

<sup>43</sup> Ver questão 38 da pesquisa de campo.

pesquisados vêem que os resultados da mensuração dos intangíveis podem ser um fator de melhorias para a classe contábil. A propósito, no entanto, cabe também observar que é bastante pequeno o percentual daqueles que vêem esta atividade apenas como uma “oportunidade de mais faturamento” (9,68%) e que “apenas teriam mais atividades a desenvolver” (2,42%).<sup>44</sup> Nesse questionamento sobre quais aspectos anteviam como positivos, a percepção de que a mensuração e divulgação dos intangíveis “amplia o mercado dos contabilistas” também esteve presente, com 29,84% das opções. Segue, abaixo, o que eles consideram a respeito:

Q33 - ASPECTOS POSITIVOS CASO OS ATIVOS INTANGÍVEIS SEJAM MENSURADOS E DIVULGADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%/NF
1	Melhora a imagem das empresas	91	23,45	73,39
2	Facilita a avaliação das empresas pelo mercado	81	20,87	65,32
3	Motiva o pessoal interno	41	10,56	33,06
4	Maior previsibilidade de variações no preço das ações	40	10,31	32,26
5	Amplia o mercado de trabalho dos contabilistas	37	9,54	29,84
6	Torna mais seguro o relacionamento com clientes	28	7,22	22,58
7	Possibilita prever os ganhos futuros da empresa	28	7,22	22,58
8	Facilita a gestão das empresas	22	5,67	17,74
9	Diminui as decisões emocionais de administradores	15	3,87	12,10
10	Nenhum aspecto positivo	2	0,52	1,61
99	Não declarado	3	0,77	2,42
TOTAL	NDFs = 124	388	100	-x-

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

Verifica-se, pelos dados acima, que a grande maioria (73,39%) considera a “melhoria de imagem das empresas” como o aspecto positivo de maior destaque, vindo somente em segundo lugar o fato de que “facilita a avaliação das empresas pelo mercado” (65,32%).

Vale ainda sublinhar que apenas 12,10% dos informantes têm a opinião de que a divulgação pode “diminuir decisões emocionais por parte dos administradores”, ou seja, no fundo consideram que este tipo de informação é pouco eficiente para alterar os comportamentos em nível administrativo, o que remete ao fato de que um dos níveis de dificuldade apontados em relação à questão do capital intelectual são, exatamente, os problemas de mudança de mentalidade e de

<sup>44</sup> Ver questão 45 da pesquisa de campo.

reposicionamento da visão dos empregados, dentre os quais se incluem, evidentemente, os administradores.

Indagados sobre se teriam “alguma objeção” em relação à “inclusão da mensuração de intangíveis nas demonstrações contábeis”, praticamente 90% dos informantes declararam que não, sendo que os 6,45% que responderam positivamente a esta questão apresentaram como justificativas argumentos como:

- a) “a matéria ainda está em discussão sobre sua validade para os registros contábeis”;
- b) “a medida estaria em desobediência aos princípios da contabilidade”;
- c) “isso poderia ensejar fraudes, pela dificuldade de mensuração e pela sua subjetividade”.<sup>45</sup>

Ressalte-se que, embora expressem posicionamentos contrários à inclusão da mensuração de intangíveis nas demonstrações contábeis, tais afirmações mostram, contudo, uma correta percepção do problema e reforçam a idéia de que os contabilistas pesquisados estão em sintonia com as preocupações mais gerais observadas entre os autores consultados.

No entanto, questionados se teriam algum conhecimento sobre um conjunto de termos listados, a maior parte deles respondeu ter, sim, algum conhecimento do que seja ‘capital intelectual’ (58,87%) e ‘ativo intangível’ (56,45%), talvez porque, como já dito anteriormente, tenham sido motivados pelo tema da pesquisa; mesmo assim é preciso considerar que a maioria das respostas foi nessa direção.<sup>46</sup> Desta forma, causa uma certa preocupação o fato de estes mesmos informantes considerarem que seus pares “em grande parte não estão capacitados” (48,39%) para esta atividade de mensuração; que estariam “mais ou menos capacitados” (32,26%); e, apenas 2,42% consideraram que a classe contábil está “totalmente capacitada para isto”.<sup>47</sup>

O que esses dados mostram é que, efetivamente, existe interesse manifesto nesta área; há uma certa cautela entre os contabilistas quanto à extensão da possibilidade de se implantar esta forma de contabilização; e, indiretamente, reconhece-se a existência de carências de formação e treinamento neste sentido.

---

<sup>45</sup> Ver questão 49 da pesquisa de campo.

<sup>46</sup> Ver questão 12 da pesquisa de campo

<sup>47</sup> Ver questão 51 da pesquisa de campo.

No entanto, ao serem indagados sobre um conjunto de formas de ativos intangíveis<sup>48</sup>, todas passíveis de capitalização, as “normas” (46,77%), “acionistas” (32,26%), “manuais” (40,32%) e “relações com *head-hunters*” (31,45%), por exemplo, foram declarados como não sendo ativos intangíveis, e, também, tópicos consagrados tais como “patentes” (4,03%), “marcas” (4,03%), “pontos comerciais” (2,42%) e “concessões comerciais” (8,87%) foram identificados como não sendo intangíveis. De fato, apesar de um número significativo dos contabilistas pesquisados ter declarado conhecimento dos termos listados, o que se verifica na prática é que, efetivamente, falta informação à classe contábil a respeito.

Perguntados sobre quais “formas de ativos considerariam válidas para inclusão nas demonstrações contábeis”, novamente o tópico “patentes” foi o mais lembrado (11,29%), além dos tópicos que se seguem:

Q31 - FORMAS DE ATIVOS CONSIDERADAS VÁLIDAS PARA INCLUSÃO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Patentes	14	11,29
2	Nunca propôs inclusão	14	11,29
3	Gastos com pesquisa	9	7,26
4	Relações com a comunidade	8	6,45
5	Informações sobre reciclagem de pessoal	8	6,45
6	DVA (Demonstração de Valor Agregado)	6	4,84
7	Impactos sociais externos	6	4,84
8	Ações sociais	5	4,03
9	Impactos sociais internos	4	3,23
10	Marcas	3	2,42
11	Balanço Social	3	2,42
12	Investimento em capital intelectual	3	2,42
13	Nome comercial	3	2,42
14	Pontos de venda	3	2,42
15	Sistemas desenvolvidos/implantados	3	2,42
16	Recursos humanos	1	0,80
17	Processos tecnológicos	1	0,80
99	Não declarado	30	24,20
TOTAL	NDFs = 124	124	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

O questionamento sobre “como os gerentes reagiriam a uma eventual proposta para mensuração e divulgação dos ativos intangíveis de suas empresas”

<sup>48</sup> Ver questão 17 da pesquisa de campo.

mostrou que os contabilistas pesquisados pensam que a expectativa geral é de aceitação.

No entanto, conforme constatado, esta questão pode não ser tão favorável quanto à adesão dos contabilistas, haja vista que 37,1% consideraram que aceitariam e, que, em graus variados, apresentariam alguma forma de resistência.

Q32 - COMO OS GERENTES REAGIRIAM A EVENTUAL PROPOSTA PARA MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Aceitariam	46	37,10
2	Seriam mais ou menos resistentes	42	33,87
3	Apresentariam pouca resistência	20	16,13
4	Apresentariam bastante resistência	10	8,06
99	Não declarado	5	4,03
5	Seriam totalmente contrários	1	0,81
TOTAL		124	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

Nesse sentido, se forem lembradas as experiências da Dow e da IBM já relatadas neste trabalho, o que se vislumbra é que quem pretenda implantar processos de mensuração e divulgação dos ativos intangíveis deve, necessariamente, centrar esforços no convencimento prioritário do nível gerencial e, como se viu, os projetos-piloto foram táticas bastante eficientes.

Consultados sobre se “nos balanços das empresas deve ser feita uma clara distinção entre o tratamento contábil dos investimentos e ativos tangíveis daqueles intangíveis”, 87,10% acham que isto é necessário, o que configura uma visão coerente com o que pregam os teóricos desta área.<sup>49</sup>

Deste modo, avaliando a adequabilidade dos modelos contábeis atuais 56,45% dos contabilistas pesquisados consideram, que os mesmos “possibilitam apenas parcialmente, a contabilização do capital intangível de uma empresa”, e, 12,10% afirmam que isto pode ser feito na sua totalidade.<sup>50</sup> Por isto, levando em conta o que foi propagado pela teoria (a elaboração dos processos de mensuração deveria ser pensada caso a caso ou em função de categorias de empresas) observa-se que, neste ponto, existe um viés em relação aos teóricos, o que pode ser creditado, de certa forma, ao ainda incipiente volume de informações sobre o tema.

<sup>49</sup> Ver questão 27 da pesquisa de campo.

<sup>50</sup> Ver questão 28 da pesquisa de campo.



Complementarmente, quando indagados sobre se “as atuais normas brasileiras deveriam ser modificadas para facilitar a inclusão dos ativos intangíveis nas demonstrações fiscais”, 74,19% responderam que “sim” e que “isto é importante” de ser feito, ainda que outros 10,48% tenham considerado que isto deva ser feito “a longo prazo” e outros 11,29% tenham opinado que “isto não é urgente”, apesar de concordarem com a alteração das normas atuais.<sup>51</sup>

Essa percepção pode ser complementada com o entendimento dos contabilistas sobre o quanto a contabilidade tradicional consegue atender às demandas de tomada de decisão, em que se observa que 17,74% pensam que isto se dá “somente em parte”, e outros 13,71% afirmam que isto ocorre apenas em “mais ou menos a metade das decisões”<sup>52</sup>, o que sugere que existe uma compreensão de que os recursos contábeis tradicionais não conseguem dar conta de informar todos os problemas com os quais a empresa da ‘Nova Economia’ tem que se defrontar.

Nesta pesquisa, porém, uma das questões causa uma certa curiosidade, em função das respostas recebidas. Isto ocorre quando se questiona os contabilistas acerca do conhecimento de “alguma norma contábil que discipline a inclusão dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis”. A despeito da inexistência de formalizações oficiais, 8,06% deles declararam conhecer tal norma e, inclusive, houve casos em que as referidas “resoluções do Conselho Federal de Contabilidade” foram citadas. Houve, ainda, alguns informantes que consideraram que estas normas deveriam “ser revistas em parte” e, também, quem dissesse que deveriam “ser mantidas como estão”, demonstrando, assim, que o campo de atuação dos contabilistas apresenta carência de informação.<sup>53</sup>

## 5.2 Expectativas Futuras para o Capital Intelectual

De posse dos dados de campo, é possível, ainda que prospectivamente, traçar um conjunto de formulações que, de certa forma, traduz, ou pode traduzir, as expectativas futuras dos profissionais consultados em relação à problemática dos

---

<sup>51</sup> Ver questão 46 da pesquisa de campo.

<sup>52</sup> Ver questão 52 da pesquisa de campo.

<sup>53</sup> Ver questões 41 e 42 da pesquisa de campo.

intangíveis e da apropriação, mensuração e fornecimento de informações sobre o capital intelectual nas empresas.

Em primeiro lugar, o que se verifica é que, em geral, os informantes consideram que ainda “existe pouca maturidade” (54,84%) por parte das empresas brasileiras e/ou que “não apresentam maturidade” (25,00%) “quanto à mensuração e divulgação dos intangíveis capitalizáveis”, sendo que apenas 4,84% consideram que, neste sentido, “existe maturidade suficiente” para encaminhar as soluções aventadas como necessárias.<sup>54</sup>

Assim, a se pautar por essas percepções, o que se pode prospectar é que muito trabalho de informação e convencimento espera os órgãos responsáveis pela área de contabilidade no País caso se queira, efetivamente, implantar nas empresas as atividades de apropriação, mensuração e divulgação dos ativos intangíveis.

Na visão dos informantes, conforme os dados coletados, existe uma ordem de importância dos tópicos intangíveis que foram considerados como “importantes” de ser contabilizados e divulgados, tal como segue:

Q22 TÓPICOS INTANGÍVEIS CONSIDERADOS IMPORTANTES DE SEREM CONTABILIZADOS E DIVULGADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%/NDF
1	Marcas e patentes registradas	69	8,64	55,65
2	Ações sociais	68	8,51	54,84
3	Impactos ambientais	64	8,01	51,61
4	Processos tecnológicos	56	7,01	45,16
5	Gastos com pesquisas	55	6,88	44,35
6	Gastos com o treinamento de funcionários	50	6,26	40,32
7	Franquias	48	6,01	38,71
8	Relacionamento com clientes	46	5,76	37,10
9	Direitos de uso	45	5,63	36,29
10	Impactos sociais	44	5,51	35,48
11	Gastos com cursos de especialização	37	4,63	29,84
12	Relacionamento com fornecedores	33	4,13	26,61
13	Posses e concessões	32	4,01	25,81

<sup>54</sup> Ver questão 44 da pesquisa de campo.

14	Sistemas logísticos	32	4,01	25,81
15	Sistemas computacionais	27	3,38	21,77
16	Gastos com treinamento no exterior	27	3,38	21,77
17	Relacionamento com o Governo	26	3,25	20,97
18	Sistemas de contabilidade	18	2,25	14,52
19	Modelos administrativos	15	1,88	12,10
20	Sócios fundadores	4	0,50	3,23
99	Não declarado	3	0,36	2,42
TOTAL	NDFs = 124	799	100	-x-

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

Note-se que as “marcas e patentes registradas” encabeçam a ordem de frequência, e que “ações sociais” e “impactos ambientais” vêm em seguida, configurando, no topo da lista, portanto o tópico mais tradicional de ativo intangível. Estes dados mostram, de modo evidente, se levarmos em conta que, 73,39% declararam que a mensuração e publicação dos intangíveis “melhoram a imagem da empresa”,<sup>55</sup> as grandes aplicações potenciais da apropriação do ‘capital intelectual’, que se traduz no desenvolvimento de atividades que contribuam para o fortalecimento das empresas e seus produtos.

Em relação à implantação de processos de mensuração do capital intelectual, a expectativa dos informantes é de que ocorram os seguintes tipos de problemas (“aspectos negativos”) para sua implantação:

Q34 - ASPECTOS NEGATIVOS QUE PODEM SER PREVISTOS CASO SEJA OBRIGATÓRIA A MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%/NDF
1	Dificuldades de mensuração dos intangíveis	57	24,46	45,97
2	Os contabilistas não sabem como mensurar	34	14,59	27,42
3	Falta de competências para esta demanda	30	12,88	24,19
4	Falta generalizada de informação	22	9,44	17,74
5	Alteração em aspectos tributários	16	6,87	12,90
6	Não necessariamente aumentará a eficiência	12	5,15	9,68
7	As empresas terão gastos adicionais	9	3,86	7,26
8	Aumento de trabalho sem resultados práticos	3	1,29	2,42
9	Exposição da empresa sem necessidade	3	1,29	2,42
10	Avaliação subjetiva dos ativos intelectuais	1	0,43	0,81
11	Despreparo nas informações	1	0,43	0,81
12	Nenhum aspecto negativo	42	18,03	33,87

<sup>55</sup> Ver questão 33 da pesquisa de campo.

99	Não declarado	3	1,28	2,42
TOTAL	NDFs = 124	233	100	-x-

FONTE: Pesquisa de campo – 2004

Vale notar, a respeito dos problemas, que 33,87% dos informantes consideram que não ocorrerá “nenhum aspecto negativo”. A visão dos contabilistas pesquisados caso não sejam diferenciados os ativos tangíveis dos intangíveis<sup>56</sup>, é que 41,13% afirmam que poderão ocorrer “algumas conseqüências negativas”; 25,0% consideram que podem ocorrer “muitas conseqüências negativas”, e existe um conjunto de informantes que espera “grandes conseqüências negativas” (8,06%).

Somadas estas expectativas de “conseqüências negativas”, obtém-se um total de 74,19% do conjunto de informantes, que acreditam na ocorrência de problemas caso os ativos tangíveis não sejam diferenciados dos intangíveis nas demonstrações contábeis.

A par destes dados é necessário explicitar que 14,52% pensam que isto terá “pouquíssima influência”, e para 7,26% dos informantes a diferenciação “não tem importância nenhuma”.<sup>57</sup> Dentre os prejuízos que a não diferenciação pode acarretar, é opinião dos contabilistas que isto poderá se dar conforme o seguinte conjunto de opções:

Q36 - PREJUÍZOS QUE PODEM OCORRER PELA NÃO DIFERENCIAÇÃO DOS ATIVOS TANGÍVEIS DOS INTANGÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%/NDF
1	Prejudica a avaliação da empresa pelo mercado	72	35,47	58,06
2	Prejudica a previsão de benefícios futuros	33	16,26	26,61
3	Prejudica a administração de alguns aspectos	28	13,79	22,58
4	Prejudica a gestão de empreendimento	25	12,32	20,16
5	Nenhum, isto não tem importância prática	15	7,39	12,10
6	Prejudica o relacionamento com clientes	15	7,39	12,10
7	Prejudica o mercado de trabalho dos	10	4,93	8,06
99	Não declarado	5	2,45	4,03
TOTAL	NDFs = 124	203	100	-x-

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

Observa-se que, quanto aos benefícios anteriormente explicitados foram referidos a “melhoria de imagem das empresas” (73,39%) e “facilidade de avaliação pelo mercado” (65,32%). Quanto aos prejuízos, citou-se que isto prejudicaria a “avaliação da empresa pelo mercado” (35,47)<sup>58</sup>, o que explicita, de um lado a

<sup>56</sup> Ver questão 35 da pesquisa de campo.

<sup>57</sup> Ver questão 35 da pesquisa de campo.

<sup>58</sup> Ver questão 33 da pesquisa de campo.

mesma preocupação e, provavelmente, a mais importante das funções possíveis para a mensuração e divulgação dos intangíveis, a saber, a relação entre a empresa e o mercado em suas duas principais vertentes: sua imagem e o mercado.

E, na visão dos contabilistas, quem seria mais indicado para gerir esta função no âmbito das empresas? Consultados a respeito, os informantes têm a opinião de que “uma gerência específica” deveria ser encarregada desta missão nas empresas (30,65%); mas, também, os “contabilistas” foram indicados para esta função (25,81%); e, ainda, a “gerência de recursos humanos” (16,94%), mesmo ressaltando-se que 26,61% entendem que esta função é, de certa forma, de “todos”.<sup>59</sup> Estas indicações permitem reiterar que a concepção dos contabilistas está de pleno acordo com os referenciais teóricos mais gerais, coincidindo estritamente com o que foi mostrado nos exemplos da Dow e da IBM.

Em relação ao “local considerado mais indicado para divulgação dos ativos intangíveis”, 30,65% consideram que isto deva ser feito em “relatórios específicos”, e praticamente o mesmo percentual (29,84%) entende que a “contabilidade gerencial” é o meio preferencial para este fim, tendo sido citado ainda, a “contabilidade geral” (26,61%) e os “relatórios de administração” (16,13%).<sup>60</sup>

De acordo com os informantes, os destinatários de maior evidência das informações produzidas sobre os intangíveis seriam:

- investidores interessados na empresa (70,97%)
- gestores em nível estratégico (50,0%);
- gestores em nível gerencial superior (37,90%);
- participantes societários (37,10%);
- Bolsa de Valores (33,06%).

Foram lembrados, também, os seguintes beneficiários deste tipo de informação:

- contabilistas em geral (32,26%);
- governo e formuladores de políticas (27,42%);
- pesquisadores em geral (aumenta a demanda de pesquisas) (25,0%);
- empregados das empresas, em geral (23,39%);
- prestadores de consultoria (22,58%).

<sup>59</sup> Ver questão 19 da pesquisa de campo.

<sup>60</sup> Ver questão 25 da pesquisa de campo.

Note-se, a respeito, que no topo dos destinatários mais importantes estão os “investidores” e os “gestores em nível estratégico” o que mostra, de fato, o quanto estas informações são consideradas importantes pelos contabilistas pesquisados<sup>61</sup>.

Para os contabilistas pesquisados, os seguintes aspectos podem ser antevistos como positivos, caso os ativos intangíveis sejam mensurados e divulgados:

- melhora a imagem das empresas: 73,39%;
- facilita a avaliação das empresas pelo mercado: 65,32%;
- motiva o pessoal interno: 33,06%;
- aumenta a previsibilidade das variações de preços das ações: 32,36%;
- amplia o mercado de trabalho dos contabilistas: 29,84%;
- possibilita prever ganhos futuros das empresas: 22,58%;
- torna mais seguro o relacionamento com clientes: 22,58%;
- facilita a gestão das empresas: 17,74%.<sup>62</sup>

### 5.3 A Visão dos Contabilistas sobre a Questão da Mensuração

Os dados da pesquisa de campo mostram que os contabilistas informantes consideram que os seguintes recursos são “diretamente relacionados com a mensuração dos aspectos intangíveis de uma empresa”, conforme a prevalência apontada.

Q14 -RECURSOS DIRETAMENTE RELACIONADOS COM A MENSURAÇÃO DOS INTANGÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%/NDF
1	Recursos de conhecimentos	92	23,59	74,19
2	Capacidade de inovar	85	21,79	68,55
3	Recursos humanos	78	20,00	62,90
4	Relacionamento com clientes	72	18,46	58,06
5	Relacionamento com fornecedores	49	12,56	39,52
6	Recursos financeiros	11	2,82	8,87
99	Não declarado	3	0,77	2,42
TOTAL	Ndfs = 124	390	100,00	-x-

FONTE: Pesquisa de campo - 2004

Observe-se que os “recursos de conhecimento” e a “capacidade de inovar” constituem os aspectos considerados como mais importantes pelos informantes.

<sup>61</sup> Ver questão 48 da pesquisa de campo.

<sup>62</sup> Ver questão 33 da pesquisa de campo.

Também em relação a esta questão da mensuração, quando questionados a respeito, indicaram, como primeira opção, que seja criada uma “gerência específica para esta finalidade” (19,90%), seguindo-se, em ordem de importância a percepção de que “esta, é uma tarefa de todos” (17,28%). Somente então é que se lembram de sua inserção profissional, na medida em que consideram que os “contabilistas” (16,75%) é que devem ser responsabilizados pela mensuração e contabilização dos intangíveis.<sup>63</sup> Note-se também, a propósito, a percepção de que a mensuração dos ativos intangíveis está relacionada aos fatores humanos, na medida em que elegem a “gerência de recursos humanos” como um importante agente a ser levado em conta para esta tarefa na empresa.

Por outro lado, tendo em vista os exemplos levados a efeito pela Dow e pela IBM, também se pode inferir que: existe uma clara percepção de que a solução do problema relativo à apropriação dos intangíveis passa pela questão dos conhecimentos e da inovação tecnológica; trata-se de uma ação a ser enfrentada de modo institucional (por um segmento formal da estrutura organizacional); o todo da empresa deve ser levado em conta; e, ainda, o fator humano é algo inerente a qualquer empreendimento neste sentido.

Portanto, ainda que a grande maioria dos informantes não tenha tido oportunidades de atuação em relação à apropriação do capital intelectual das empresas, os contabilistas têm, ainda que baseados apenas em percepções, uma clara noção do cerne da questão da contabilização dos intangíveis.

A respeito, aproveitando para cotejar os dados da pesquisa de campo, note-se que 68,55% dos informantes da pesquisa realizada estão de pleno acordo em que “a falta de transparência das informações sobre as empresas prejudica as decisões relativas a investimentos, principalmente nas empresas com utilização intensiva de conhecimento”. Este resultado, somado aos 25,0% que concordam parcialmente neste sentido, soma um total de 93,55% de contabilistas que confirmam este fato.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> Ver questão 19 da pesquisa de campo.

<sup>64</sup> Ver questão 56 da pesquisa de campo.

## 5.4 Hipótese Geral Testada

O resultado obtido para a hipótese estabelecida para este trabalho, foi que os contabilistas conferem um alto grau de importância à contabilização e, conseqüentemente, à divulgação do capital intelectual das organizações nas demonstrações contábeis, mas consideram que a classe contábil brasileira não possui condições técnicas para atuar neste campo, sendo, necessário, portanto, o desenvolvimento de um programa de desenvolvimento de competências com esta finalidade. Tal resultado configurou-se pelas observações e respostas dos contabilistas pesquisados, os quais conferiram níveis variados de importância à mensuração, conforme análises já realizadas nas seções anteriores.

O que vale reiterar, a partir dos dados coletados,<sup>65</sup> é que mais da metade deles consideram que a mensuração tem “alguma importância” (61,29%); 10,48% pensam que ela é “bastante importante”, e 2,42% acham que a mesma tem “total importância”, o que nos dá um total de 74,19% de anuências quanto à visão de que a mensuração é necessária, expressando um “alto grau” de anuência.

No entanto, isto merece ser um pouco relativizado. Algumas razões poderiam ser invocadas para esta relativização, tais como:

- a) a carência de pronunciamentos oficiais sobre o assunto;
- b) o fato de um número ainda bem pequeno de empresas nacionais estar apropriando elementos do seu capital intelectual;
- c) o desconhecimento efetivo dos resultados passíveis de ser obtidos;
- d) algumas dissonâncias entre as opiniões formuladas pelos contabilistas (por exemplo: a declaração de conhecimento dos conceitos *versus* a percepção do desconhecimento pela maior parte da classe contábil);
- e) a imbricação que o capital intelectual possui com a questão dos recursos humanos.

Neste sentido, vale observar que a grande maioria dos informantes, quando questionados acerca da ordem de diferentes formas de capital, coloca o ‘capital humano’ em primeiro lugar (43,55%)<sup>66</sup> e, a seguir, o ‘capital intelectual’. Para validar esta percepção, foi incluída uma outra questão, de certa forma redundante, que

---

<sup>65</sup> Ver questão 37 da pesquisa de campo.

<sup>66</sup> Ver questão 13a da pesquisa de campo.



perguntava pelos “cinco ativos mais importantes da empresa”, na qual foram incluídos diversos outros tópicos e, de novo, as respostas obtidas foram bastante coerentes entre si pois 37,18% dos informantes reiteraram a importância do “capital humano” em primeiro lugar e o do “capital intelectual” em segundo lugar.

Tendo em vista estes dados, é preciso considerar que, por ser esta pesquisa voltada à captação de opiniões e informações relativas à problemática do ‘capital intelectual’, de alguma maneira possa ter ocorrido uma natural “indução” das atenções para este termo. Mas, também, não se deve desconsiderar que, no todo, a coerência das respostas indica também que a classe contábil apresenta, um bom nível de informação a respeito do tema.

Por outro lado, fez parte da hipótese geral do presente estudo o pressuposto de que os contabilistas brasileiros não estejam em condições de implantar esta forma de mensuração nas empresas e, de fato, o que se verificou foi que 48,39% deles são de opinião de que a classe contábil brasileira “em grande parte não está capacitada” para esta tarefa; 32,26% acham que a classe contábil está “mais ou menos” capacitada e que “existem muitas carências”; e 12,90% entendem que “existem poucas exceções”,<sup>67</sup> reconhecendo que as carências existem. Isto dá um total de mais de 90% dos informantes que apontam algum nível de incapacidade para esta tarefa.

Em face disso é possível concluir ainda que, com alguma ressalva, quanto ao nível de importância da mensuração do capital intelectual, a hipótese de trabalho foi corroborada, apontando que muito esforço de informação, formação e treinamento deverá ser desenvolvido antes que algum tipo de norma estabeleça a obrigatoriedade de sua divulgação.

A constatação a que se chega é que, de imediato, a classe contábil brasileira ainda não possui condições técnicas para atuar nesta área de apropriação de informações, sendo necessário que esforços institucionais, corporativos e setoriais sejam desenvolvidos.

---

<sup>67</sup> Ver questão 51 da pesquisa de campo.

## 5.5 Cotejamento entre a Teoria e a Empiria

Um dos aspectos basilares deste trabalho foi a proposta de realizar uma comparação entre aspectos da teoria geral sobre os ativos intangíveis (capital intelectual), utilizando a opinião dos informantes da pesquisa acerca deste tema.

A partir desta comparação entre a teoria (opinião de vários autores) e a empiria (opinião dos contabilistas) foi, portanto, possível conferir o grau de importância que os contabilistas brasileiros reputaram à necessidade da contabilização dos ativos intangíveis, e da identificação do capital intelectual das empresas e, também, isto possibilitou verificar a visão dos mesmos sobre a existência de competências da classe como um todo para operar as apropriações pretendidas.

Neste sentido, ao longo do texto, à medida que ocorria pertinência desse cotejamento, este foi operado e, no geral, são as seguintes as observações que podem ser feitas:

- a) o tema, assim como vários de seus aspectos, são de conhecimento dos contabilistas pesquisados e o nível destes conhecimentos, apesar de diferenciados, mostra que há interesse na discussão por parte desses, o que demanda que esforços sejam envidados em nível nacional para tratar o debate institucionalmente;
- b) são bastante coerentes as respostas obtidas, o que mostra que o tema é, de fato, merecedor de atenções pela sua importância relativa;
- c) os resultados deste trabalho mostram que, a médio ou longo prazo, existe uma possibilidade real de implementação de alterações nas atuais normas brasileiras de contabilidade, que permitam aprimorar os processos de divulgação dos ativos intangíveis nos balanços da empresas;
- d) também se pode observar que existe demanda para o desenvolvimento de processos de treinamento específicos e de inclusão de tópicos específicos de formação acadêmica, entre outros;
- e) outro resultado prático da pesquisa realizada é que já existe maturidade suficiente para sustentar processos de discussão institucional de natureza profissional visando o estabelecimento de normas que orientem a

contabilização dos ativos intangíveis e a identificação contábil do capital intelectual das empresas;

- f) outra percepção bastante evidente, ainda que indiretamente, é que, uma vez definida uma base conceitual referencial e normativa, minimamente necessária, podem-se iniciar processos de treinamento regionalizados e de capacitação profissional voltados à mensuração, avaliação e divulgação do capital intelectual das empresas;
- g) mais ainda, em coerência com as finalidades deste trabalho, encaminhar propostas de alteração/inclusão, nos currículos dos cursos de formação, dos tópicos detectados e pertinentes ao tema em foco.

Por outro lado, tendo em vista a justificativa inicial desta pesquisa, colimada para verificar a possibilidade de quebra ou mudança de alguns elementos do paradigma tradicional que orienta a classe contábil em relação ao processo de contabilização dos ativos empresariais, o que se verifica é que, pelos dados obtidos, esta é uma possibilidade bastante viável de ser tornada real.

## **5.6 O Alcance dos Objetivos da Pesquisa**

De posse do conjunto de elementos expositivos e analíticos vistos até aqui é possível afirmar, que os objetivos pretendidos por esta pesquisa foram atingidos em sua íntegra, embora que em um ponto ou outro haja algumas considerações que foram expostas de forma mais genérica. Isto ocorreu, no entanto, em função da própria teoria consultada, que, muitas vezes, não permitiu análises mais aprofundadas, haja vista os objetivos específicos que haviam sido formulados.

Desta forma, espera-se, pela abrangência com que o tema foi tratado, e pela especificidade com que foi possível desenvolver a pesquisa de campo, que efetivamente os resultados obtidos sirvam para o alcance, também, das finalidades previstas. Contudo, por se ter ainda algumas considerações gerais a serem feitas, vale retomar a questão dos intangíveis antes das conclusões e recomendações finais.

## **5.7 Considerações Finais Sobre a Divulgação do Capital Intelectual das Organizações**

O que vai acontecer à legitimidade da metáfora do trabalhador-enquanto-investidor-em-capital-intelectual se a economia se arrefecer em países em que o conhecimento é vital para o desenvolvimento de produtos e para impulsionar novos conhecimentos? Haverá uma nova mudança em fatores econômicos, significando um retorno aos dias de se considerar trabalhadores como custos?

Investidores individuais em capital humano devem lidar com um mercado em constante mudança, atentando cada vez mais para os ativos intangíveis e para os benefícios que eles podem trazer. De fato, em um mercado enfraquecido, uma realidade torna-se rigorosa: ganha-se ou perde-se em virtude do valor do seu capital humano. Neste ponto, os mercados de capital financeiro e de capital humano são igualmente implacáveis, uma vez que existe uma tendência geral de investir em soluções imediatistas que levam em conta apenas a obtenção de lucros imediatos.

Reconhece-se neste trabalho, que o capital intelectual de uma empresa tem um papel significativo na criação de sua vantagem competitiva. No entanto, levando-se em conta o que foi desenvolvido até o presente momento pelo mercado, ainda há lugar para experiências na quantificação e elaboração de relatórios sobre este tema no âmbito das empresas. Por isto, dado o potencial tanto para a complexidade como para a diversidade, o desenvolvimento de medidas e práticas de elaboração de relatórios deve ser feito sempre levando-se em conta que sejam comparáveis entre empresas e classes de empresas, o que permanece como um dos desafios principais para a profissão contábil.

Neste sentido, a diversidade de situações encontrada na realidade recomenda que não se perca de vista a importância de projetos-piloto. E, como corolário, tem-se que, uma vez estabelecidas as práticas de gerenciamento de capital intelectual, estas podem ser prontamente utilizadas pelas empresas.

Uma variedade de princípios precedentes estão atualmente disponíveis para auxiliar o gerenciamento do capital humano, organizacional e relacional das empresas, mas estes devem ser retirados de um amplo espectro de disciplinas e perspectivas gerenciais, possibilitando, assim, que enfoques interdisciplinares sejam exercidos no âmbito das empresas, o que demanda ainda alguns esforços de pesquisa, discussões e um certo tempo para amadurecimento de idéias.

Contudo, uma vez cumprida esta etapa preparatória, pode ser possível, às organizações interessadas, buscar, nestes exemplos, formas de criar e utilizar uma estrutura de gerenciamento de capital intelectual, tal como sugeriu Dzinkowski (2000), e que esta atenda prioritariamente a alguns setores e objetos de apropriação contábil e, a partir daí, possa expandir seus resultados.

A comunidade contábil internacional, apoiada pelo International Federation of Accountants (IFAC)<sup>68</sup>, cabe lembrar, incentiva o esforço crescente para compreender as complexidades do gerenciamento do capital intelectual e incluí-lo nas demonstrações contábeis e em relatórios gerenciais, mas reconhece que há um longo caminho a ser percorrido para o desenvolvimento de práticas contábeis geralmente aceitas e, reforçando, como foi visto, o caminho dos projetos-piloto colimados por relevâncias é bastante profícuo de ser considerado neste sentido.

A contabilidade gerencial está relacionada ao controle e é sua função fornecer as informações para diferentes necessidades e/ou tarefas específicas. Desta forma, receitas por melhoria nas informações disponíveis sobre intangíveis são necessárias de ser produzidas e compreendidas pelos provedores de informação: gerentes, contadores, *controller's*, auditores e analistas financeiros, haja vista que, tradicionalmente, suas ações são voltadas para os ativos tangíveis e, em geral, para o suprimento de recursos humanos demandados para a produção e para a administração e geração de informações gerenciais (táticas e estratégicas) que apóiam a organização e que por sua vez, dão suporte à aferição dos resultados dos investimentos. Alguns pesquisadores, entre eles Pfeil, Bassi, e Lynn, estão pedindo mudanças dramáticas na regulamentação contábil, exigindo a capitalização dos intangíveis. Contudo, uma grande maioria dos envolvidos e beneficiários sequer se dá conta dos benefícios e possibilidades existentes, conforme anotou Lev (2001), e há ainda muito caminho a ser percorrido.

Portanto, como nos lembrou Pfeil (2003), e ainda que alguns não gostem de admitir, enquanto o conservadorismo continuar sendo um conceito fundamental para a contabilidade societária, torna-se cada vez mais importante fornecer evidências empíricas para as fontes de valor corporativo e identificar métricas confiáveis de desempenho daqueles fatores ainda considerados como “invisíveis”.

---

<sup>68</sup> A pesquisa realizada por Ramona Dzinkowski (1998) foi patrocinada pelo Financial Accounting Committee (FMAC), do IFAC.

Embora o local de trabalho continue a evoluir e a questão do trabalhador-enquanto-investidor-em-capital-intelectual esteja em foco, lembra Pfeil (2003), um tempo substancial passará antes que os fatores econômicos minem o valor do capital humano. Em épocas de boa lucratividade, vale ainda lembrar Pfeil (2003), as companhias precisam atrair os proprietários de recursos intangíveis (empregados que agreguem idéias, formas de organização e produtos valiosos), fazer um acordo com eles, fornecer um alto retorno aos seus investimentos pessoais, e ser cuidadosas dos riscos em que elas incorrem.

Em períodos de preocupação com custos, segundo esse autor, as companhias ainda precisam se apegar a pessoas-chave (empregados detentores de recursos intelectuais críticos) e mantê-las engajadas em suas atividades produtivas, apesar dos infortúnios de seus pares despedidos. As duas situações exigem basicamente as mesmas habilidades de gerenciamento de capital humano, aplicadas de maneiras diferentes; ambas visam salvaguardar parte dos recursos de capital intelectual, talvez a sua parte mais valiosa.

A análise da teoria e dos casos enfocados nesta pesquisa buscou, portanto, explicitar um conjunto bastante amplo de aspectos e tópicos a serem considerados para a solução dos problemas afetos ao tema e à formulação de projetos-piloto e, mesmo, procurou demonstrar eventos bem-sucedidos, assim como disponibilizar elementos de orientação metodológica que permitam auxiliar na busca de soluções progressivas para o enfrentamento da problemática associada à mensuração e gerenciamento dos intangíveis passíveis de, seletivamente, serem apropriados como elementos do capital intelectual das organizações.

No capítulo final trazemos as principais conclusões obtidas com a realização deste trabalho e foram inseridas as recomendações julgadas oportunas de serem levadas aos órgãos de classe dos contabilistas com vistas a se atingir os objetivos específicos deste trabalho.

Finalmente, também ressaltamos da necessidade que a contribuição propiciada por este trabalho venha a ensejar a realização de pesquisas futuras sobre o tema capital intelectual e estimular discussões que permitam a busca de soluções integradas entre pesquisadores e profissionais da classe contábil.

## 6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

À guisa de conclusão, portanto, alguns aspectos merecem ser destacados em relação ao conjunto dos elementos teóricos apresentados, da análise quantitativa dos dados da pesquisa de campo e das considerações feitas ao longo deste trabalho.

Em primeiro lugar é preciso reiterar a importância dos recursos humanos para a consecução dos processos de apropriação, mensuração e divulgação dos ativos intangíveis e da formação do capital intelectual das empresas. Isto porque, desde a geração de idéias, passando pela cessão dos seus saberes individuais engendrados ao longo de suas atividades funcionais e em decorrência de suas experiências de vida, até, finalmente, a proposição de tópicos de ativos intangíveis para avaliação de relevâncias no âmbito das empresas, pouco ou nada pode-se pretender neste sentido se as pessoas não forem levadas em conta.

Decorrente do fator humano cabe então destacar que pouco poderá ser obtido nessa direção se não se conseguir uma maior interatividade entre as pessoas, e entre estas e os segmentos organizacionais das empresas, quando se trata da implementação dos dispositivos de apropriação, mensuração, contabilização e divulgação do capital intelectual, e isto porque este tipo de atividade depende bastante de processos de comunicação entre as pessoas, haja vista que se trata de ativos cuja natureza pode se revelar bastante subjetiva; depende, portanto, de uma clareza e relevâncias que somente serão obtidas se os indivíduos ultrapassarem suas 'individualidades' e trabalharem como 'equipes'. E isto envolve desde o estabelecimento do dispositivo de gerenciamento em nível hierárquico mais elevado até o rés da pirâmide organizacional.

Outro aspecto que ficou bastante evidente em termos de importância, tratado de modo reiterado nesta pesquisa, é o desenvolvimento de projetos-piloto para implantação dos processos de mensuração do capital intelectual.

Em paralelo com o método geral, por meio de processos de comunicação, treinamento, informação pública, etc., deve-se buscar incrementar mudanças de mentalidade e de visão funcional no âmbito das empresas, centradas na evidência de que a apropriação dos elementos de capital intelectual pode vir a ser um bom investimento futuro, tanto para as empresas como para seus funcionários, na medida em que sociabiliza os saberes, aumenta a competência das pessoas e torna o

ambiente de trabalho menos vulnerável a eventuais turbulências no mercado em geral.

Também em paralelo com todo o processo de apropriação do capital intelectual é necessário manter, permanentemente, um conjunto de estímulos à participação de todos nos processos de explicitação e apropriação dos elementos intangíveis, e mesmo, após este trabalho, métodos e técnicas podem ser aperfeiçoados enquanto recursos de interesse tanto para as empresas como para aquelas pessoas envolvidas com esses tipos de processos.

Um comentário indispensável a ser feito é que a solução dos problemas afetos à apropriação, mensuração e divulgação do capital intelectual das empresas, ainda que possa ser prioritariamente tratada sob o ponto de vista da contabilidade, não é uma questão ligada apenas aos contabilistas, devendo, portanto, ser tratada de modo interdisciplinar e multiprofissional, envolvendo-se as respectivas disciplinas e profissionais, à medida que cada uma das respectivas categorias de intangíveis for sendo considerada para fins de apropriação. Por exemplo, ao serem apropriados os indicadores ambientais, necessariamente deverão ser envolvidos os biólogos e considerados os seus conhecimentos neste processo; da mesma forma, ao se apropriar os indicadores de recursos humanos é necessário que os profissionais desta área sejam levados em conta, e assim por diante.

Considerando-se, portanto, a problemática exposta neste trabalho, as seguintes recomendações podem ser apresentadas aos órgãos de classe dos contabilistas:

1. formação de um grupo de trabalho no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade cuja principal missão seria motivar discussões regionais para se obter contribuições para a definição conceitual e normativa a ser aceita em nível nacional para fins de contabilização do capital intelectual das empresas;
2. definição de grupos de trabalho regionais para desenvolver discussões paralelas ligadas ao tema, visando-se, com isto obter, uma variedade de enfoques, questionamentos e sugestões, a partir dos quais se poderiam consolidar propostas a serem apreciadas, de modo mais objetivado, primeiramente em nível regional e finalmente em nível central do Conselho Federal de Contabilidade;



3. proposição, a partir desta discussão nacional, de sugestões no sentido da implementação, nos cursos de contabilidade, de uma disciplina versando sobre capital intelectual;
4. definição, a partir da discussão nacional, das conceituações básicas e sugestões de normas a serem aprovadas;
5. definição de processos de informação e treinamento regional dos contabilistas visando ao aumento de conhecimento e competências para a gestão dos aspectos relativos ao capital intelectual das empresas;
6. estabelecimento de grupos de trabalho interdisciplinares visando, por área de atuação (sistemas, pessoal, fornecedores, acionistas, imagem, etc.), à definição de relações intangíveis passíveis de ser utilizadas como indicadores empresariais que possam valorizar ativos intangíveis, previsto pela teoria.

Finalmente, visto que os ativos intangíveis serão cada vez mais incorporados às estruturas empresariais na busca constante de melhorias dos processos operacionais, entende-se que os sistemas de informação, sobretudo aqueles vinculados à contabilidade, devem acompanhar a evolução da realidade empresarial.

Isto posto, esperamos que o presente trabalho possa propiciar a pesquisadores e estudiosos da temática contábil uma pequena contribuição, no sentido de demonstrar a necessidade que os contabilistas tem, de dispor de instrumentos que permitam gerar a informação de que o mercado necessita, de forma adequada e dentro de normas técnicas ajustadas à realidade de um mercado global.

Para tanto, torna-se imprescindível que a pesquisa aqui empreendida possa, no futuro, sofrer desdobramentos que permitam verificar, com maior profundidade e abrangência, as reais necessidades de formação da classe contábil brasileira, e para isto é necessário que novas pesquisas dêem continuidade a este estudo e que novas contribuições sejam disponibilizadas.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Maria T. P. **Contribuição ao entendimento e mensuração do capital intelectual**. 1999. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, São Paulo, USP.
- BASSI, Laurie. **Human capital advantage**: developing metrics for the knowledge era. jan./fev. 2000. In: **LINE ZINE**. Disponível em: <<http://linezine.com/4.2/articles/lbhca.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2003.
- BERTON, Luiz Hamilton. **Indicadores de desempenho e as práticas de boa governança corporativa**. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, UFSC.
- BEUREN, Maria Ilse. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRUMMET, Lee R.; FLAMHOLTZ, Eric G.; PYLE, William C. Human resource measurement: a challenge for accountants. **The Accounting Review**, p. 217-224, abr.1978.
- BOUTEILLER, Christophe. The evaluation of intangibles: advocating for an option based approach. In: **Alternative Perspectives on Finance**, 2000, Hamburgo. Recebido de: [christophe.bouteiller@reims-ms.fr](mailto:christophe.bouteiller@reims-ms.fr); em 12 nov. 2003.
- BUKH, Nikolaj et al. Intellectual capital statements on their way to the Stock Exchange ? The Aarhus School of Business, Working Paper, mar. 2003. Recebido de [pndb@asb.dk](mailto:pndb@asb.dk) em 15 abr. 2003.
- CAHILL, D.; MYERS, P. J. **Intellectual capital and accounting concepts**: unresolved issues in human resource accounting. **Mimeo**, Royal Melbourne Institute of Technology, 2000. p. 14
- CHOI, Frederick D. S.; MUELLER, Gerhard G. **International accounting**. 2. ed., Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1992.
- CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**. São Paulo: Atlas, 1994.
- DAVENPORT, Thomas O. The human capital metaphor: what`s in a name? jan./fev. 2000. In: **Line Zine**. Disponível em: <http://linezine.com/4.2/articles/lbhca.htm>. Acesso em 31 jul. 2003.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- DRUCKER, Peter. Seja seu próprio gerente. **Revista HSM Management**. Barueri, v. 3, n. 16, p. 74 - 84, set./out. 1999.
- DZINKOWSKI, Ramona. The measurement and management of intellectual capital: an introduction. Trabalho comissionado pela International Federation of Accountants. Publ. em 1998. Disponível em: <<http://ciberconta.unizar.es/ftp/pub/docs/IntellCapital>>. Acesso em 13 maio 2003.
- DZINKOWSKI, Ramona. **The measurement and management of intellectual Capital**: an introduction management accounting, v. 78, n. 2, p. 32-36, feb., 2000.
- EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael S. **Intellectual capital**. New York: HarperCollins, 1997.

- EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael S. **Capital intelectual**. São Paulo: Makron Books, 1998.
- FITZ-ENZ, Jac. **Retorno do investimento em capital humano**: medindo o valor econômico do desempenho dos funcionários. São Paulo: Makron Books, 2001.
- FLAMHOLTZ, Eric G. **Human resource accounting**. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1985.
- FLAMHOLTZ, Eric G., MAIN, Erica D. **Human resource accounting**: Advances in concepts, methods and applications. 3. ed., Los Angeles: Academic Publishers, jun. 1999.
- GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GORDON, R. Does the 'new economy' measure up to the great inventions of the past?, **Journal of Economic Perspectives**. v. 14, p. 49–74, 2000.
- GRANSTRAND, Ove. Intellectual Capitalism – An overview. **Nordic Journal of Political Economy**, v. 25, p. 115-127, 1999. Disponível em: <<http://folk.uio.no/hmehlum/NOPEC/nopecjournal.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2003.
- GRANT, R. M. **Toward a knowledge-based theory of the firm**. Strategic Management Journal. Hoboken: John Wiley & Sons, v. 17, 1996.
- GUTHRIE, J. and PETTY, R. The Annual reporting of intellectual capital in Australia's largest companies, **Australian CPA**, forthcoming, jul. 2000, p. 3.
- GUTHRIE, James. The management, measurement and the reporting of intellectual capital. **Journal of Intellectual Capital**, v. 1, n. 2, may. 2000.
- HANSSON, Bo. Human Capital and Stock Returns: In the... 2003. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract\\_id=265363](http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract_id=265363)>. Acesso em 20 mar. 2003.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael, F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HERMANSON, Roger H. Accounting for human assets. **Occasional Paper n. 14, Bureau of Business and Economic Research**, Graduate School of Business Administration, Michigan State University, East Lansing, 1964.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Conhecimento, ciência, metodologias científicas e contabilidade**. **Revista Brasileira de Contabilidade**. v. 27, n. 110, p. 60-63, mar./abr. 1998.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- KAPLAN, R. S., NORTON B. **A estratégia em ação**: balanced scorecard. São Paulo: Campus, 1997.
- LEV, B.; SCHATZ, A. On the use of the economic concept of human capital in financial statements, **Accounting Review**, n. 46, p.103-122, jan. 1976.
- LEV, Baruch. **Intangibles**: management, measurement, and reporting. Washington: Brookings Institution Press, 2001.

- LIKERT, R. **The human organization**: its management and value. New York: McGraw-Hill, 1967.
- LYNN, Bernadette E. **Intellectual capital**: unearthing hidden value by managing intellectual assets. Ivey Business Journal, Toronto, jan./feb. 2000.
- MARCONI, M. A.; LAKATUS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARTINS, Eliseu. A contabilidade e o conceito do capital intelectual: verdade e mitos. Disponível em <http://www.milenio.com.br/siqueira/tr324.htm>. Acesso em 14 set. 2004.
- MARTINS, Eliseu (organizador). **Avaliação de empresas**: da mensuração contábil à econômica. São Paulo: Atlas, 2001.
- MAYO, Andrew. **O valor humano da empresa**: valorização das pessoas como ativos. São Paulo: Pearson-Prentice Hall, 2001.
- MONTI-BELKAOUI, Janice; RIAHI-BELKAOUI, Ahmed. **Human resource valuation**: a guide to strategies and techniques. Westport: Quorum Books, 1995.
- MOURITSEN, Jan. **Driving growth**: Economic Value Added versus Intellectual Capital. Management Accounting Research, 1998, 9, 461-482.
- PFEIL, O. P. The valuation of intellectual capital. Trabalho desenvolvido durante estadia do autor no **Massachusetts Institute of Technology**, publicado em 10 mar. 2003. Disponível em: [http://papers.ssm.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=388100](http://papers.ssm.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=388100). Acesso em 3 jun. 2003.
- PYLE, W.C. Monitoring human resources - On Line. **Michigan Business Review**, p. 19-32, jul. 1970.
- REILLY, R. F.; R. P. SCHWEIHS. **Valuing intangible assets**. New York: McGraw-Hill, 1999.
- ROSLENDER, R.; FINCHAM, R. Thinking critically about intellectual capital accounting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. Scotland, v. 14, n. 4, p. 383-398, 2001.
- Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento- [www.sbgc.com.br](http://www.sbgc.com.br). Web, 2002.
- STEWART, Thomas A. **Capital intelectual** – A nova vantagem competitiva das empresas. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- STEWART, Thomas. Accounting for Your People. **Innovation**, oct. 1999, p. 46-55.
- STICKNEY, Clyde; WEIL, Roman. **Contabilidade financeira**: uma introdução aos conceitos, métodos e uso. São Paulo: Atlas, 2001.
- SULLIVAN, Patrick H. **Value-driven intellectual capital**: How to convert intangible corporate assets into market value. Wiley 2000.
- SVEIBY, Karl Erick. **The new organizational wealth** – Management and measuring knowledge-based assets. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 1997.
- SVEIBY, Karl Erick. **A Nova riqueza das organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TACHIZAWA, Takeshy; CRUZ JÚNIOR, João Benjamin da; OLIVERIA ROCHA, José Antonio de. **Gestão de Negócios: visões e dimensões empresariais da organização**. São Paulo: Atlas, 2001.

TRACY, John A. **MBA-Finanças**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ARAUJO, Adriana M. P. de. **Ajustes na contabilidade tradicional para uma contabilidade baseada em valor**. 2002. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, São Paulo, USP.

BACKHUIJS, J. B. et al. **Measuring and reporting intellectual capital: experience, issues, and prospects**. In: International Symposium - Technical Meeting. Amsterdam, 9-10 jun. 1999.

BEUREN, Ilse Maria; BELTRAME, Claudia. **Mensuração e contabilização dos recursos humanos sob o ponto de vista de seu potencial de geração de resultados**. Revista do CRCRGS, Porto Alegre, v. 27, n. 95, p. 40-45, out./dez.1998.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

CHOI, Frederick D. S.; MUELLER, Gerhard G. **International Accounting**. 2. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1988.

DAVENPORT, Thomas O. **Capital humano: o que é e por que as pessoas investem nele**. São Paulo: Nobel, 2001.

DE MASI, DOMENICO. **O ócio criativo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

GIL, Antonio de Loureiro; ARNOSTI, José C. Melchior; NEUMANN, Regina. A mensuração do capital intelectual: desafio para a profissão contábil. In: **Conferencia Interamericana de Contabilidad**, 25, 2001, Punta del Este, Uruguay. Anais, p. 225-250.

GOMES, Jaime Leon; PEÑA, Jeannette Penuela. La auditoria del capital intelectual fuente de valor agregado en las empresas. In: **Conferencia Interamericana de Contabilidad**, 25, 2001, Punta del Este, Uruguay. Anais, area 2, p. 1-26.

GOODWILL. Disponível em: <<http://google.com.br/search?q=cache:fiqvx4ezwoljj>>. Acesso em: 31 mar.2004.

GUERREIRO, Reinaldo. **Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade**. 1999. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, São Paulo, USP.

HAND, John; LEV, Baruch. **Intangible assets: value, measures, and risk**. New York: Oxford, 2003.

IJIRI, Y.; KAPLAN, R. S. Probabilistic depreciation and its implications for group depreciation, **The Accounting Review**, v. 44, p. 743-756, oct. 1969.

ITTNER, Christopher D; LARCKER, David F. Quando indicadores de desempenho não-financeiro deixam a desejar. **Harvard Business Review**, v. 81, n.11, p. 74-81, nov. 2003.

JARA, Fernando Urra; LAVANDEROS, Guillermo Baier. Cuadro de mando integral y capital intelectual: herramientas de gestión para las Pyme. In: **Conferencia Interamericana de Contabilidad**, 25, 2001, Punta del Este, Uruguay. Anais, p. 1468-2492.

JUDSON, Ruth. **Measuring human capital like physical capital**: What does it tell us? **Bulletin of Economic Research**, v. 54, p. 209-231, jul. 2002,

KLEIN, D. A. **A gestão estratégica do capital intelectual**: recursos para a economia baseada em conhecimento. São Paulo: Qualitymark, 1997.

KOPITTKKE, Bruno. **Como enfrentar uma banca de pós-graduação**. Artigo fornecido pelo autor. Curitiba, jul., 2004.

LAFARGUE, Paul. O direito ao ócio. In: Domenico de Masi. **A economia do ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

LASTRES, Helena M. M. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MARTIN, Roger L.; MOLDOVEANU, Mihnea C. Capital x trabalho: a batalha que está reconfigurando os negócios. **Harvard Business Review**, v. 81, n. 7, p. 24-29, jul. 2003.

MARQUES, Edmond. **La comptabilité des ressources humaine**. Paris: Hommes e Techniques, 1974.

MIRVIS, P. H. & LAWLER. E.L. Measuring the financial impact of employee attitudes. **Journal of Applied Psychology**, p. 1-8, feb. 1977.

MULLER, Aderbal Nicolas. **Fluxo de caixa descontado, lucros capitalizados e lucros excedentes**: o desempenho dos modelos de avaliação de empresas. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, UFSC.

NEPOMUCENO, Valério. Valor justo (fair value): réquiem para o custo histórico. **Boletim do Ibracon**, São Paulo, v. 24, n. 292, jul./ago.2003.

NISEMBAUM, H. Gestão do conhecimento: Como é possível as empresas administrarem o que sabem. **Revista Ser Humano**, v. 32, n. 135, p. 383-398, ago. 1998.

OLIVEIRA, Martha Maria Veras. **Análise de instrumentos de sistematização e avaliação para gestão do capital intelectual digitalizado**. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, UFSC.

PACHECO, Vicente. **O capital intelectual e sua divulgação pela contabilidade de recursos humanos**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16, 2000, Goiânia.

PACHECO, Vicente. **A contabilidade de recursos humanos e o capital intelectual das organizações**. Curitiba: Série Biblioteca do CRCPR, v. 1, 2002.

- PACHECO, Vicente. **A contabilidade de recursos humanos e o seu poder de informação**. 1996. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, USP, São Paulo.
- POMPERMAYER, Cleonice B. **A influência de fatores organizacionais nos aspectos práticos dos sistemas de gestão de custos**. 2004. 248 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.
- QUINN, J. B. **Intelligent enterprise**. New York: Free Press, 1992.
- RAMOS, G. A. **A nova ciência das organizações**: uma reconstrução da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989. p. 118-176.
- REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia de pesquisa**: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000.
- RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.
- SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- SEIFFERT, Peter Quadros. **Modelo de gestão humana para empresas intensivas em capital intelectual: um ensaio da Embraer S.A.** 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.
- SENGE, Peter M. et al. A empresa do ano 2020. **Revista HSM Management**, Barueri, v. 1, n. 1, mar./abr.1997.
- SENGE, P. M. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização de aprendizagem. 9. ed. São Paulo: Best Seller, 2001.
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.
- SMITH, Heather A; McKEEN, James D. Valuing the knowledge management function. Working Paper do **Queen's Center for Knowledge-Based Enterprises**, may 2003. Disponível em <<http://www.business.queensu.ca>>. Acesso em 10 jun. 2003.
- SVEIBY, Karl Erik. O valor do intangível. **Revista HSM Management**, Barueri, v. 22, n. 4, set./out. 2000, p. 66-59.
- TAYLOR, James C.; BOWERS, David G. The Survey of Organizations. **Ann Arbor, Institute for Social Research**, 1972.
- TINOCO, João E. P. Contribuição ao estudo da mensuração, avaliação e evidenciação de recursos humanos, **Revista de Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 14, p. 66-78, out. 2003. Ed. Comemorativa.
- TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUBINO, Dalvio Ferrari. **Manual de planejamento e controle da produção**. São Paulo: Atlas, 2000.

VAASSEN, Eddy. **Research issues in organizational control and accounting for knowledge**. In: Annual Congress of the European Accounting Association, 22. Disponível em <<http://primavera.fee.uva.nl>>. Acesso em 12 out.2003.



**APÊNDICE 1 - CRONOLOGIA DAS PUBLICAÇÕES SOBRE CAPITAL INTELLECTUAL**

1967	Likert publica o seu livro <i>"The Human Organization: Its Management and Value"</i> .
1974	Flamholtz publica o seu livro <i>"Human Resource Accounting"</i> , considerado um marco por pesquisadores da área de capital intelectual.
1980	Itami publica <i>"Mobilizing Invisible Assets"</i> em japonês.
1981	Hall estabelece companhia para comercializar pesquisas sobre valores humanos.
1985	Flamholtz publica a segunda edição do seu livro <i>"Human Resource Accounting"</i> , incluindo aspectos de mensuração e divulgação de ativos humanos.
1986	Sveiby publica <i>"The Know-How Company"</i> sobre gerenciamento de ativos intangíveis.
Abril 1986	Teece publica um trabalho seminal sobre a extração de valor da inovação.
1988	Sveiby publica <i>"The New Annual Report"</i> , introduzindo o "capital de conhecimento".
1989	Sveiby publica <i>"The Invisible Balance Sheet"</i> .
Verão 1989	Sullivan inicia pesquisas sobre "comercialização da inovação".
Outono, 1990	Sveiby publica <i>"Knowledge Management"</i> .
Outono 1990	O termo "capital intelectual" é cunhado na presença de Stewart.
Janeiro, 1991	Stewart publica o primeiro artigo sobre <i>"Brainpower"</i> na revista <i>Fortune</i> .
Setembro, 1991	A Skandia estabelece a primeira função corporativa de CI, e nomeia Edvinsson como vice-presidente.
Primavera, 1992	Stewart publica o artigo "Brainpower" na <i>Fortune</i> .
1993	St. Onge estabelece o conceito de Capital de Clientes.
Jul. 1994	Ocorreu a primeira reunião do Grupo de Mill Valley.
Out. 1994	Stewart escreve "Capital intelectual", artigo de capa na revista <i>Fortune</i> .
Nov. 1994	Sullivan, Petrash e Edvinsson decidem coordenar uma reunião de gerentes de CI.
Maio 1995	Primeiro relatório público da Skandia sobre CI.
1995	Monti-Belkaoui e Riahi-Belkaoui publicam o livro <i>"Human Resource Valuation: a guide to strategies and techniques"</i> .
Set. 1996	É publicado o livro de Sullivan e Parr, <i>"Licensing Strategies"</i> .
Out. 1996	Lev funda a <i>Intangibles Research</i> na New York University.
1996	Tinoco defende, junto à USP, a tese "Contribuição ao estudo da contabilidade estratégica de recursos humanos", sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio de Ludícibus.
Mar. 1997	Sveiby publica <i>"The New Organizational Wealth"</i> .
Mar. 1997	É publicado o livro de Edvinsson e Malone, <i>"Intellectual Capital"</i> .
Abr. 1997	É publicado o livro de Stewart, <i>"Intellectual Capital"</i> .
Mar. 1998	É publicado o livro de Sullivan <i>"Profiting from Intellectual Capital"</i> .
1998	DZINKOWSKI publica o artigo <i>"The measurement and management of intellectual capital: an introduction"</i> , patrocinado pela International Federation of Accountants – New York/USA.
Julho, 2000	Livro de Jac Fitz-enz <i>"The ROI of Human Capital: Measuring the Economic Value of Employee Performance"</i> .
Maio, 2001	Livro de Baruch Lev <i>"Intangibles – Management, Measurement, and Reporting"</i> .
Fev., 2004	Publicado o artigo <i>"Clear Advantage: Building Shareholder Value"</i> pela <i>Global Environmental Management Initiative – Washington/D.C./USA</i> .

**FONTE:** Sullivan, Patrick H. Value-driven intellectual capital: *How to convert Intangible Corporate Assets into Market Value*. Wiley, 2000 (adaptado e complementado pelo autor)

**APÊNDICE 2 - CONTRIBUIÇÕES RELEVANTES PARA A EVOLUÇÃO DO  
CAPITAL INTELECTUAL (SINOPSES)**

## Baruch Lev

Atualmente professor na *Stem School of Management* na Universidade de Nova York, Lev começou sua pesquisa na avaliação de intangíveis no início dos anos 90 como colega de David Teece na *Haas School of Business* da Universidade da Califórnia em Berkeley. O trabalho de Lev se concentra na quantificação do valor dos intangíveis e correlacionamento desses valores com medidas métricas.

## Brian Hall

Durante mais de 25 anos Hall vem estudando valores humanos. Em colaboração com Benjamin Tonna, ele desenvolveu uma hierarquia de valores humanos, assim como vários instrumentos para mensurar e descrever os conjuntos de valor de indivíduos e corporações. Hall fundou a *Omega Associates* em 1981 para comercializar sua pesquisa. Essa companhia mudou de nome para *Values Technology*, em 1989. A *Values Technology* trabalha com empresas na identificação de seus valores, análise de como esses valores ajudam ou impedem que a firma atinja suas metas de negócios, e a mudar os valores, se necessário, para torná-los mais sustentadores das metas de negócios das empresas.

## David Teece

O artigo de Teece de 1986, "*Profiting from Technological Innovation*", juntou muito do trabalho feito por pesquisadores acadêmicos e economistas, levando a uma teoria de estratégia baseada em recursos. Esse artigo foi útil na demonstração da visão do economista sobre a comercialização de tecnologia e continha várias idéias que eram chave para uma capacitação do gerenciamento, quando da extração de valor, a partir da inovação. Esse artigo (e o trabalho subsequente) identificou fontes de valor na inovação tecnológica, os mecanismos para converter valor em lucros e os passos necessários para a comercialização da inovação.

## Gordon Petrash

Originalmente formado em Arquitetura, Petrash entrou para a Dow em 1986 como gerente de desenvolvimento para materiais de construção. Depois de ter sucesso no gerenciamento de materiais de construção e no gerenciamento do setor de filmes de isopor da Dow, pediu-se que ele criasse uma função de gerenciamento de ativos intelectuais para identificar as inovações ou idéias que pudessem ter sido negligenciadas pela corporação e trazê-las para a comercialização, se possível. Petrash desenvolveu uma visão de ativo intelectual e modelo de implementação, incluindo abordagens e ferramentas para capacitar a companhia a maximizar o valor de seu *portfolio* existente de ativos intelectuais. O sucesso desse trabalho levou a Dow a expandir suas responsabilidades. Petrash foi o Diretor de CI/Gerenciamento de Conhecimento da Dow. Desde 1998 ele é um associado da *Price Waterhouse Coopers*, especializado em consultoria sobre ativos intelectuais com ênfase em doações de impostos.

### Hiroyuki Itami

O trabalho desbravador de Itami sobre o valor dos ativos invisíveis para a corporação foi originalmente publicado em japonês em 1980. Não sendo publicado em inglês até 1987, demorou para ser descoberto por pessoas interessadas em ativos intelectuais e portanto demorou para ser visto como uma contribuição significativa para a área. Não obstante, leitores do trabalho de Itami concordam unanimemente sobre sua presciência e a clareza de seus *insights* sobre os ativos intangíveis e sua importância para a corporação.

### Hubert St. Onge

O pai do conceito de ‘capital de clientes’, Hubert St. Onge é considerado um dos mais criativos pensadores no campo de aprendizado e gerenciamento de conhecimento. St. Onge é responsável pelo desenvolvimento de programas de aprendizado para o *Canadian International Bank of Commerce*, estava interessado em como traduzir o aprendizado em capital humano e estrutural. Ele inicialmente explorou o relacionamento entre capital humano e estrutural e o capital financeiro da empresa. Ele compreendeu que, de forma a ser bem sucedido comercialmente no longo prazo, os dois primeiros capitais devem se focar nos interesses relacionados aos clientes. Ao fazer isso, a empresa cria um estoque de capital em torno de seus clientes, o que St. Onge alcunhou de *capital de cliente*. (St. Onge define o capital estrutural em geral da mesma forma que define ativos intelectuais). O modelo de St. Onge mostra que lucros a longo prazo são criados na confluência entre capital humano, estrutural e de clientes.

### Karl-Erik Sveiby

Sveiby, atualmente professor na *Macquarie Graduate School of Management em Sydney*, Austrália, é o fundador do primeiro “Movimento Sueco” em gerenciamento de conhecimento e capital intelectual. Em 1986, ele publicou seu primeiro livro (escrito em sueco) no qual explorou como gerenciar o campo em rápida expansão de companhias de conhecimento que não têm produção tradicional, apenas o conhecimento e a criatividade de seus empregados. Em 1990, ele publicou *Kunskapsledning* (escrito em sueco), o primeiro livro na história a tratar do gerenciamento de conhecimento. Sveiby foi o primeiro a reconhecer a necessidade de mensurar o capital humano, e ele foi pioneiro em práticas contábeis para esses ativos intangíveis, testando-as em sua própria companhia. Em 1989, ele publicou os resultados do grupo de trabalho Konrad no livro *The Invisible Balance Sheet*, propondo uma teoria para mensuração do capital de conhecimento através da divisão em três categorias: *capital de cliente*, *capital individual* e *capital estrutural*. A abordagem foi adotada por um grande número de companhias suecas e, em 1993, o Conselho Sueco de Indústrias de Serviço a adotou como sua recomendação padrão para relatórios anuais, o primeiro padrão neste campo. Uma das muitas pessoas inspiradas pelos conceitos de Sveiby foi Leif Edvinsson. Edvinsson foi quem rebatizou esses ativos intangíveis como capital intelectual quando produziu o primeiro suplemento de relatório anual sobre o capital intelectual em 1995.

### Leif Edvinsson

Quando foi Diretor Corporativo de CI na Skandia AFS, uma seguradora sueca, Edvinsson foi responsável pela criação de maneiras de descrever o que a Skandia chamava de “os valores ocultos” e desenvolveu um modelo de gerenciamento de capital intelectual para a empresa. Como um dos mais famosos porta-vozes do gerenciamento de capital intelectual, Edvinsson desenvolveu seu trabalho tendo como base o conceito desbravado por Sveiby de relatar capital externo. Skandia já emitiu mais de seis suplementos aos seus balanços anuais, delineando o capital intelectual da empresa e emprega outras formas pelas quais esse valor oculto é utilizado em benefício dos seus clientes e dos seus acionistas.

### Patrick Sullivan

O enfoque do trabalho de Sullivan tem sido a extração de valor a partir do CI. Como um dos fundadores da Reunião de GCI, Sullivan tem encorajado as companhias e indivíduos envolvidos com a extração de valor a compartilharem informações e conjuntamente desenvolver processos de decisão, métodos e sistemas que produzem resultados práticos. Este livro é um dos resultados daquela abordagem. Ele tem sido intimamente associado com o modelo de GCI de uma empresa de conhecimento, o qual foi formulado na primeira Reunião utilizando muito de seu pensamento como sua base.

### Ramona Dzinkowski

Dzinkowski realizou uma pesquisa financiada pelo *Financial and Management Accounting Committee* (FMAC) da *International Federation of Accountants* (IFAC) para discutir algumas normas que pudessem implementar a mensuração e a divulgação do capital intelectual das organizações e o papel do contabilista nesse processo. Ela pretendia iniciar um movimento que desafiasse a classe contábil mundial a vir a discutir normas que contribuíssem para o desenvolvimento de métricas que auxiliassem a mensurar e divulgar o capital intelectual das organizações. O resultado da sua pesquisa foi publicado em 1998 pelo IFAC e posteriormente, em 2000, através de um artigo na *Management Accounting*.

### Thomas Stewart

Stewart iniciou sua associação com o capital intelectual quando, como escritor para a revista *Fortune*, ele escreveu um breve artigo em 1991 sobre novas idéias em negócios. Isso levou a uma estória mais longa, que se tornou o livro “Brainpower”, publicado em 1992. O interesse de Stewart em gerenciamento de conhecimento o levou a escrever “Capital intelectual”, que saiu em 1994. Stewart tornou-se um dos mais visíveis porta-vozes para o campo de gerenciamento de capital intelectual e continua a escrever artigos que se enfocam nos temas de inteligência e gerenciamento de conhecimento que ele fez tanto para popularizar. Atualmente membro do conselho editorial da revista *Fortune*, Stewart publicou um livro, *Intellectual Capital – The New Wealth of Organizations* em 1997.

**FONTE:** Sullivan, Patrick H. *Value-driven intellectual capital: How to convert Intangible Corporate Assets into Market Value*. Wiley, 2000 (adaptado e complementado pelo autor).

**APÊNDICE 3 - QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
Área de concentração: Engenharia de Avaliação e Inovação Tecnológica  
Ênfase: Gestão de Negócios - Convênio: EPS/CTC/UFSC – FAE/CDE

PESQUISA: VISÃO DOS CONTABILISTAS SOBRE A MENSURAÇÃO E INCLUSÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

**INSTRUÇÕES GERAIS:**

Esta pesquisa visa obter dados e informações que permitam uma avaliação bastante aprofundada sobre a mensuração e inclusão de ativos intangíveis nas demonstrações contábeis.

Os resultados obtidos servirão para verificar algumas hipóteses de trabalho a serem consideradas em uma tese de doutoramento na área de “Gestão de Negócios”, concentrada sobre a questão da ‘avaliação e mensuração da inovação tecnológica’ e todas as demais implicações para a ‘gestão de negócios’ envolvendo aspectos tais como:

- organização empresarial a partir dos aspectos intangíveis;
- relacionamento com o mercado (clientes, fornecedores e de pessoal);
- melhoria dos sistemas de informações e de comunicação empresarial;
- previsibilidades de desenvolvimento a partir dos ativos intangíveis;
- divulgação de informações para fins de investimento;
- fixação de conhecimentos como elementos do capital intelectual.

Pela importância do tema para a classe contábil, particularmente pela questão de como lidar com a apropriação de inovações tecnológicas e de melhoria dos processos de gestão interna e organizacional e de avaliação para fins de investimento externo e relacional, o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPr) chancela esta pesquisa, cujos resultados, uma vez apropriados para o fim primeiro como trabalho de pós-graduação, estarão disponíveis a todos os Conselhos Regionais, assim como para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Deste modo, solicitamos o especial obséquio de que o preenchimento deste questionário seja feito pela ordem seqüencial das questões apresentadas e nos termos em que essas foram formuladas, haja vista que a sua estruturação atende a determinados pressupostos de pesquisa.

Antecipadamente, agradecemos a colaboração prestada:

Cont. Vicente Pacheco (doutorando) – Univ. Federal de Santa Catarina (41-360 4408)  
E-mail: [vpacheco@ufpr.br](mailto:vpacheco@ufpr.br)

Caso os espaços não sejam suficientes para as respostas solicitadas, utilize o verso das páginas do próprio questionário.

Após o preenchimento solicitamos que este questionário nos seja devolvido, sem a identificação do informante, através do CRC ao qual está filiado, o qual nos encaminhará. Grato.



## QUADRO 1 – DADOS DE CATEGORIZAÇÃO DO INFORMANTE/COLABORADOR

(\* Os dados deste quadro destinam-se a estabelecer um perfil dos informantes desta pesquisa.)

**1. QUAL A SUA IDADE EM ANOS COMPLETOS?**

\_\_\_\_\_ anos

**2. SEXO?**

( ) Masculino ( ) Feminino

**3. ATUALMENTE VOCÊ ESTÁ FAZENDO ALGUM CURSO DE NÍVEL SUPERIOR?**

( ) Sim

( ) Não → *pule para 5*

**4. QUAL O CURSO QUE VOCÊ ESTÁ FAZENDO (NÍVEL E NOME DO CURSO)?**

\_\_\_\_\_

**5. QUAIS OS CURSOS QUE JÁ FEZ E RESPECTIVOS ANOS EM QUE CONCLUIU?**

(\* Anote um xis nos respectivos graus e indique o ano em que se formou neste grau.)

Grau de instrução	Ano de conclusão
-------------------	------------------

( ) Técnico

\_\_\_\_\_

( ) Licenciatura

\_\_\_\_\_

( ) Bacharelado

\_\_\_\_\_

( ) Mestrado

\_\_\_\_\_

( ) Doutorado

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**6. CASO TENHA FEITO MESTRADO, EM QUE ÁREA FEZ ESTE CURSO?**

( ) Não fiz mestrado

**7. CASO TENHA FEITO DOUTORADO, EM QUE ÁREA FEZ O SEU DOUTORADO?**

( ) Não fiz doutorado

**8. ATUALMENTE, VOCÊ ATUA COMO CONTABILISTA PARA ALGUMA EMPRESA?**

( ) Sim

( ) Não → *pule para 11*

**9. PARA QUANTAS EMPRESAS VOCÊ PRESTA ATENDIMENTO COMO CONTABILISTA?**

\_\_\_\_\_ empresas

**10. QUAL O PORTE E O NÚMERO DESSAS EMPRESAS EM QUE VOCÊ ATUA?**

( ) Grande porte (mais que 100 milhões de patrimônio líquido): \_\_\_\_\_

( ) Médio porte (de 5 milhões até 100 milhões de patrimônio líquido): \_\_\_\_\_

( ) Pequeno porte (até 5 milhões de patrimônio líquido): \_\_\_\_\_

**11. QUE TIPOS DE ATIVIDADES VOCÊ DESENVOLVE ATUALMENTE?**

(\* Anote uma ou mais opções conforme for o caso.)

( ) Funcionário de escritório de contabilidade

( ) Sócio/contabilista de escritório contábil

( ) Contabilista em empresa privada

( ) Contabilista em empresa pública

( ) Profissional autônomo

( ) Professor de ensino superior

( ) Outras: \_\_\_\_\_

**12. SOBRE QUAIS DOS TERMOS ABAIXO VOCÊ TEM ALGUM CONHECIMENTO TÉCNICO, TEÓRICO OU CONCEITUAL?**

(\* Anote uma ou mais opções, independentemente do nível de conhecimento que tenha.)

- Performance
- Capital humano
- Just-in-time*
- Goodwill*
- Ativo intangível
- Capital financeiro
- Know-how*
- Capital intelectual

**13. EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA, COMO VOCÊ AVALIA OS SEGUINTE ATIVOS?**

(\* Enumere do 1º ao 5º, do mais para o menos importante.)

- Capital humano
- Capital intelectual
- Capital simbólico (imagem)
- Capital imobilizado
- Capital financeiro

**14. DOS RECURSOS ABAIXO, QUAIS SÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM A MENSURAÇÃO DOS ASPECTOS INTANGÍVEIS DE UMA EMPRESA?**

(\* Anote uma ou mais opções, conforme sua opinião.)

- Recursos humanos
- Recursos de conhecimentos
- Recursos financeiros
- Recursos materiais
- Relacionamento com clientes
- Relacionamento com fornecedores
- Capacidade de inovar

**15. ATUALMENTE, QUAL O MAIOR RISCO A QUE SE PODE EXPOR UM FUNCIONÁRIO QUALIFICADO?**

- Perda do emprego
- Conflito com chefia
- Desacordo com colegas de equipe
- Perda do valor do salário
- Desvalorização dos seus conhecimentos
- Ser um ultra-especialista
- Outro: \_\_\_\_\_

**16. QUAIS AS CINCO MAIS IMPORTANTES FORMAS DE ATIVOS PARA UMA EMPRESA?**

(\* Enumere do 1º ao 5º, do mais para o menos importante.)

- |                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Social      | <input type="checkbox"/> Simbólico            |
| <input type="checkbox"/> Humano      | <input type="checkbox"/> Relacional           |
| <input type="checkbox"/> Financeiro  | <input type="checkbox"/> Estrutural           |
| <input type="checkbox"/> Econômico   | <input type="checkbox"/> Organizacional       |
| <input type="checkbox"/> Material    | <input type="checkbox"/> Técnico-metodológico |
| <input type="checkbox"/> Intelectual | <input type="checkbox"/> Patentes e Marcas    |

**17. QUAIS DAS FORMAS ABAIXO NÃO CONSTITUEM ATIVOS DE UMA EMPRESA?**

(\* Assinale uma ou mais opções, conforme for o caso.)

- |                                   |  |
|-----------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Pessoas  | <input type="checkbox"/> Relação com clientes            |
| <input type="checkbox"/> Marcas   | <input type="checkbox"/> Relação com <i>head-hunters</i> |
| <input type="checkbox"/> Patentes | <input type="checkbox"/> Pontos comerciais               |
| <input type="checkbox"/> Manuais  | <input type="checkbox"/> Concessões comerciais           |
| <input type="checkbox"/> Normas   | <input type="checkbox"/> Acionistas                      |

## QUADRO 2 – A QUESTÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

(\* Os dados deste quadro destinam-se a estabelecer uma visão **SOBRE** os ativos intangíveis.)

### 18. DOS TÓPICOS ABAIXO, QUAIS VOCÊ QUALIFICARIA COMO DESPESAS?

(\* Anote uma ou mais opções, conforme for o caso.)

- Gastos com cursos para os empregados
- Gastos com registro de marcas
- Gastos com documentação de métodos de trabalho
- Tempo de treinamento de empregados

### 19. NUMA EMPRESA, QUEM DEVE SER RESPONSÁVEL PELOS ATIVOS INTANGÍVEIS?

(\* Anote uma ou mais opções, conforme for o caso.)

- Administrador de projetos
- Consultor de alto nível
- Contabilistas
- Empresa especializada
- Especialistas contratados
- Gerência de recursos humanos
- Gerência específica para essa finalidade
- Gerência intermediária
- Gerência superior
- Pessoal técnico-científico
- Todos
- Outro: \_\_\_\_\_

### 20. EXISTE ALGUMA IMPORTÂNCIA PRÁTICA DA DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NO BALANÇO DAS EMPRESAS?

(\* Coloque um xis sobre a posição da escala abaixo que melhor traduza sua opinião.)

- Nenhuma importância
- Pouca importância
- Mais ou menos importante
- Importante
- Muito importante

### 21. VOCÊ ACHA QUE A INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÕES SOBRE OS ATIVOS INTANGÍVEIS PODE PREJUDICAR A AVALIAÇÃO DE UMA EMPRESA?

- Nada - não prejudica as avaliações
- Pouco - prejudica mas não compromete
- Bastante - impede a avaliação de aspectos importantes
- Totalmente - impossível avaliar uma empresa sem os ativos intangíveis
- Outro: \_\_\_\_\_

### 22. NA LISTA ABAIXO, ASSINALE OS TÓPICOS INTANGÍVEIS QUE CONSIDERA IMPORTANTES QUE SEJAM CONTABILIZADOS E DIVULGADOS.

(\* Assinale uma ou mais respostas, conforme for o caso.)

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Modelos administrativos       | <input type="checkbox"/> Gastos com treinamento de funcionários |
| <input type="checkbox"/> Sistemas computacionais       | <input type="checkbox"/> Gastos com pesquisas                   |
| <input type="checkbox"/> Sistemas de contabilidade     | <input type="checkbox"/> Posses e concessões                    |
| <input type="checkbox"/> Ações sociais                 | <input type="checkbox"/> Direitos de uso                        |
| <input type="checkbox"/> Impactos sociais              | <input type="checkbox"/> Sistemas logísticos                    |
| <input type="checkbox"/> Marcas e patentes registradas | <input type="checkbox"/> Gastos com cursos de especialização    |
| <input type="checkbox"/> Franquias                     | <input type="checkbox"/> Gastos com treinamento no exterior     |
| <input type="checkbox"/> Processos tecnológicos        | <input type="checkbox"/> Relacionamento com clientes            |
| <input type="checkbox"/> Sócios fundadores             | <input type="checkbox"/> Relacionamento com Governo             |
| <input type="checkbox"/> Impactos ambientais           | <input type="checkbox"/> Relacionamento com fornecedores        |

**23. ALÉM DESTES TÓPICOS, VOCÊ SE LEMBRA DE ALGUM OUTRO INTANGÍVEL QUE CONSIDERA IMPORTANTE QUE SEJA MENSURADO E DIVULGADO?**

- Sim  
 Não → *pule para 25*

**24. QUE OUTROS TÓPICOS INTANGÍVEIS VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTES QUE SEJAM MENSURADOS E DIVULGADOS?**

(\* Explícite, por favor, apenas aqueles que considera 'importantes'.)

---

**25. LOCAL ONDE VOCÊ CONSIDERA MAIS INDICADO PARA A DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS?**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Na contabilidade gerencial            | <input type="checkbox"/> Relatórios específicos      |
| <input type="checkbox"/> Na contabilidade geral                | <input type="checkbox"/> Notícias na imprensa        |
| <input type="checkbox"/> Na contabilidade financeira           | <input type="checkbox"/> Relatórios de administração |
| <input type="checkbox"/> Na contabilidade dos recursos humanos | <input type="checkbox"/> Outro: _____                |

**26. VOCÊ CONHECE ALGUMA EMPRESA BRASILEIRA QUE MENSURA SEUS ATIVOS INTANGÍVEIS?**

- Sim  
 Não

**27. NOS BALANÇOS DAS EMPRESAS, DEVE SER FEITA UMA CLARA DISTINÇÃO ENTRE O TRATAMENTO CONTÁBIL DOS INVESTIMENTOS EM ATIVOS TANGÍVEIS E AQUELES EM ATIVOS INTANGÍVEIS?**

- Sim  
 Não

**28. OS MODELOS CONTÁBEIS ATUAIS POSSIBILITAM A CONTABILIZAÇÃO DO CAPITAL INTANGÍVEL DE UMA EMPRESA?**

- Sim, totalmente  
 Sim, parcialmente  
 Não

**29. ALGUMA VEZ VOCÊ JÁ PROPÔS A INCLUSÃO DE ALGUM ATIVO INTANGÍVEL NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS QUE VOCÊ ELABORA?**

- Sim  
 Não → *pule para 31*

**30. QUE TIPO DE ATIVO INTANGÍVEL FOI PROPOSTO PARA SER INCLUÍDO?**

(\* Especifique qual a forma de ativo intangível que foi incluída/proposta na demonstração contábil.)

---

- 31. QUE FORMAS/TIPOS DE ATIVOS INTANGÍVEIS VOCÊ CONSIDERA VÁLIDOS QUE SEJAM INCLUÍDOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS?**  
 Nenhuma forma ou tipo deve ser incluído nas demonstrações contábeis  
As seguintes formas/tipos: \_\_\_\_\_
- 32. NA SUA OPINIÃO, COMO OS GERENTES DE EMPRESA REAGIRIAM A UMA EVENTUAL PROPOSTA PARA MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DE SUAS EMPRESAS?**  
 Aceitariam  
 Apresentariam pouca resistência  
 Seriam mais ou menos resistentes  
 Apresentariam bastante resistência  
 Seriam totalmente contrários
- 33. QUE ASPECTOS VOCÊ ANTEVÊ COMO POSITIVOS CASO OS ATIVOS INTANGÍVEIS SEJAM MENSURADOS E DIVULGADOS?**  
*(\* Assinale uma ou mais opções, conforme for o caso.)*  
 Nenhum aspecto positivo  
 Melhora a imagem das empresas  
 Facilita a gestão das empresas  
 Motiva o pessoal interno  
 Amplia o mercado de trabalho dos contabilistas  
 Facilita a avaliação da empresa pelo mercado  
 Torna mais seguro o relacionamento com os clientes  
 Diminui as decisões emocionais por parte dos administradores  
 Possibilita prever os ganhos futuros da empresa  
 Aumenta a previsibilidade das variações nos preços das ações
- 34. QUE ASPECTOS NEGATIVOS PODEM SER PREVISTOS CASO SEJA OBRIGATÓRIA A MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS?**  
*(\* Assinale uma ou mais opções, conforme for o caso.)*  
 Nenhum aspecto negativo  
 As empresas terão gastos adicionais  
 Alteração em aspectos tributários  
 Falta de competências para essa demanda  
 Não necessariamente aumentará a eficiência  
 Aumento de trabalho sem resultados práticos  
 Exposição da empresa sem necessidade  
 Dificuldades de mensuração dos intangíveis  
 Os contabilistas não sabem como mensurar  
 Falta generalizada de informação  
 Outro: \_\_\_\_\_
- 35. QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS POSSÍVEIS PARA UMA EMPRESA, QUANDO NÃO É DIFERENCIADO O ATIVO TANGÍVEL DO INTANGÍVEL NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS?**  
 Nenhuma; isto não tem importância prática  
 Pouquíssima influência  
 Algumas consequências negativas  
 Muitas consequências negativas  
 Grandes consequências negativas
- 36. QUE TIPOS DE PREJUÍZOS PODEM OCORRER QUANDO A DIFERENCIAÇÃO ENTRE ATIVO TANGÍVEL E INTANGÍVEL NÃO É REALIZADA?**  
*(\* Assinale uma ou mais opções, conforme for o caso.)*

- Nenhum; isto não tem importância prática
- Prejudica a gestão de empreendimento
- Prejudica a administração de alguns aspectos
- Prejudica o relacionamento com os clientes
- Prejudica o mercado de trabalho dos contabilistas
- Prejudica a avaliação da empresa pelo mercado
- Prejudica a previsão de benefícios futuros
- Outra: \_\_\_\_\_

**37. NA SUA AVALIAÇÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA QUE AS EMPRESAS DÃO À MENSURAÇÃO DOS ASPECTOS INTANGÍVEIS PASSÍVEIS DE CAPITALIZAÇÃO?**

- Nenhuma importância
- Alguma importância
- Bastante importância
- Total importância

**38. VOCÊ CONHECE ALGUMA EMPRESA BRASILEIRA QUE SE PREOCUPA EM REGISTRAR E/OU DOCUMENTAR OS CONHECIMENTOS QUE SÃO PRODUZIDOS E/OU UTILIZADOS PELOS SEUS FUNCIONÁRIOS?**

- Sim
- Não → *pule para 41*

**39. EM QUE ÁREA ESSA EMPRESA ATUA?**

(\* Caso conheça mais de uma, leve em conta apenas aquela que considere a de maior porte.)

- Comunicação
- Informática
- Comércio em geral
- Pesquisa
- Outra: \_\_\_\_\_

**40. QUAL É O PORTE DESSA EMPRESA?**

- Grande porte (mais que 100 milhões de patrimônio líquido)
- Médio porte (de 5 milhões até 100 milhões de patrimônio líquido)
- Pequeno porte (até 5 milhões de patrimônio líquido)

**41. VOCÊ CONHECE ALGUMA NORMA CONTÁBIL QUE DISCIPLINE A INCLUSÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS?**

- Sim
- Não → *pule para 44*

**42. CASO CONHEÇA, QUAL É ESSA NORMA?**

\_\_\_\_\_

**43. QUAL É A SUA OPINIÃO SOBRE ESSA NORMA?**

- Não tenho; nunca usei ou analisei essa norma
- Deve ser revista em parte
- Deve ser mantida como está
- Deve ser substituída por outra

**44. EM GERAL, COMO AVALIARIA A MATURIDADE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS QUANTO À MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS FATORES INTANGÍVEIS CAPITALIZÁVEIS?**

- Existe maturidade suficiente
- Existe pouca maturidade

- Não apresentam maturidade
- Não sei responder

**45. EFETIVAMENTE, PARA VOCÊ, CONTABILISTA, QUAL O NÍVEL DE IMPORTÂNCIA DE SE FAZER A MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CAPITAL INTANGÍVEL DAS EMPRESAS?**

*(\* Anote uma ou mais respostas, conforme o caso.)*

- Nenhuma
- Apenas teriam mais atividades
- Poderiam prestar assessoria/consultoria para as empresas
- Valorizariam mais seu papel junto às empresas
- Aumentaria sua importância junto aos investidores
- É uma oportunidade a mais de faturamento
- Exigiria o aprimoramento profissional
- Agregaria valor ao trabalho contábil
- Abriria um novo nicho de mercado
- Outro: \_\_\_\_\_

**46. VOCÊ ACHA QUE AS ATUAIS NORMAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS DEVERIAM SER MODIFICADAS PARA FACILITAR A INCLUSÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS?**

- Sim, isto é importante
- Sim, mas isto não é urgente
- Sim, a longo prazo
- Não, isto não é importante

**47. TEM ALGUMA SUGESTÃO QUANTO AO QUE INCLUIR NAS NORMAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS EM RELAÇÃO AOS ATIVOS INTANGÍVEIS?**

- Não tenho sugestão
- Sugestão: \_\_\_\_\_

**48. PARA QUE TIPOS DE AGENTES/USUÁRIOS A MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS É MAIS IMPORTANTE?**

*(\* Anote uma ou mais opções, conforme for o caso.)*

- Gestores em nível estratégico (relação com clientes)
- Gestores em nível gerencial superior
- Administradores em nível intermediário
- Empregados da empresa, em geral
- Investidores interessados na empresa
- Participantes societários
- Governo e formuladores de políticas
- Pesquisadores em geral (aumenta a demanda de pesquisas)
- Prestadores de consultoria
- Contabilistas em geral
- Bolsa de valores
- Outro: \_\_\_\_\_

**49. VOCÊ TERIA ALGUMA OBJEÇÃO À INCLUSÃO DA MENSURAÇÃO DE INTANGÍVEIS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS?**

- Sim
- Não → **pule para 51**

**50. A QUAIS ASPECTOS FARIA OBJEÇÃO?**

---

**51. EM GERAL, NA SUA AVALIAÇÃO, O QUANTO A CLASSE CONTÁBIL ESTÁ CAPACITADA PARA ORIENTAR/PROCEDER À MENSURAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS?**

- Totalmente capacitada
- Em geral é capacitada, com poucas exceções
- Mais ou menos, existem muitas carências
- Em grande parte não está capacitada

**52. EM GERAL, O QUANTO A CONTABILIDADE GERENCIAL CONSEGUE ATENDER À DEMANDA DE TOMADA DE DECISÃO NAS EMPRESAS?**

- Totalmente; todas as decisões podem ser tomadas com base na contabilidade gerencial
- A maior parte das decisões
- Mais ou menos a metade
- Apenas uma parte

**QUADRO 3 – OPINIÃO SOBRE TÓPICOS GERAIS**

(\* Os dados deste quadro destinam-se a verificar a validade de algumas observações já feitas.)

**53. O QUE VOCÊ ACHA EM RELAÇÃO À AFIRMAÇÃO DE QUE “OS ATIVOS INTANGÍVEIS APRESENTAM UMA IMPORTÂNCIA CRESCENTE NO ÂMBITO DAS EMPRESAS?”**

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Não sei

**54. EM UMA EMPRESA, “A DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS PODERIA DIMINUIR A INCERTEZA SOBRE O RETORNO DOS INVESTIMENTOS?”**

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Não sei

**55. A POSSIBILIDADE DE FUTUROS GANHOS É SUBESTIMADA PORQUE “OS INVESTIDORES TÊM DIFICULDADE EM DISTINGUIR ENTRE O QUE É INVESTIMENTO E O QUE É DESPESA COM PESSOAL?”**

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Não sei

**56. A FALTA DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES SOBRE AS EMPRESAS PREJUDICA AS DECISÕES RELATIVAS A INVESTIMENTOS, PRINCIPALMENTE NAS EMPRESAS COM UTILIZAÇÃO INTENSIVA DE CONHECIMENTO.**

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Não sei



**57. NOVOS INTANGÍVEIS, TAIS COMO O 'CONJUNTO DE COMPETÊNCIAS DA EQUIPE', 'RELACIONAMENTO COM CLIENTES', 'CONFIGURAÇÃO DO MERCADO', 'SISTEMAS COMPUTACIONAIS E/OU ADMINISTRATIVOS' NÃO RECEBEM RECONHECIMENTO ALGUM NO MODELO TRADICIONAL DE RELATÓRIO CONTÁBIL.**

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Não sei

**58. OS INTANGÍVEIS TRADICIONAIS, TAIS COMO 'VALOR DE MARCA' E 'PATENTES', POR EXEMPLO, SÃO REPORTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APENAS QUANDO OBEDECEM A CRITÉRIOS RIGOROSOS DE RECONHECIMENTO.**

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Não sei

**APÊNDICE 4 – RESULTADOS DO PROCESSAMENTO DOS DADOS DA  
PESQUISA DE CAMPO**

## Q1 - IDADE DOS INFORMANTES EM ANOS COMPLETOS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Mais de 55 anos	27	21,77
2	De 51 a 55 anos	18	14,52
3	De 46 a 50 anos	27	21,77
4	De 41 a 45 anos	22	17,74
5	De 36 a 40 anos	13	10,48
6	De 31 a 35 anos	14	11,29
7	De 26 a 30 anos	1	0,81
99	- Não declarado	2	1,62
TOTAL	Idade média: 49,4 anos	124	100,

## Q2 – SEXO DOS INFORMANTES

ITEM.	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Masculino	105	84,68
2	Feminino	19	15,32
TOTAL		124	100,

## Q3 - ATUALMENTE ESTÁ FAZENDO CURSO SUPERIOR?

ITEM.	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Sim	21	16,94
2	Não	97	78,23
99	Não declarado	6	4,84
TOTAL		124	100,

## Q4 - CURSOS QUE ATUALMENTE ESTÃO SENDO FEITOS PELOS INFORMANTES

NÍVEL	DESCRIÇÃO DO CURSO	Nº	%
Bacharel	Ciências Contábeis	8	6,46
Bacharel	Direito	6	4,84
Bacharel	Administração de Empresas	1	0,81
Mestrado	Mestrado em Contabilidade e Auditoria	1	0,81
MBA	MBA - Gestão do Negócio em	1	0,81
Especialização	Política e Estratégia de Governo	1	0,81
Especialização	Auditoria Contábil	1	0,81
Doutorado	Gestão de Negócios (Eng. de Produção)	1	0,81
Não declarado		7	5,63
Não está fazendo		97	78,21
TOTAL		124	100,

## Q4.01 – NÍVEL DO CURSO ATUALMENTE FEITO PELO INFORMANTE

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Doutorado	1	0,81
2	Especialização	2	1,61
3	Graduação	15	12,10
4	MBA	1	0,81
5	Mestrado	1	0,81
99	Não declarado	7	5,65
97	Não está fazendo	97	78,23

TOTAL		124	100,
-------	--	-----	------

## Q5 – CURSO DE MAIOR NÍVEL JÁ CONCLUÍDO

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Bacharelado	92	74,19
2	Técnico	20	16,13
3	Mestrado	8	6,45
4	Licenciatura	3	2,42
5	Doutorado	1	0,81
TOTAL		124	100,

## Q5.1 – CURSOS DE NÍVEL TÉCNICO

ITEM	Descrição	Nº	%
1	Sim	77	62,10
2	Não	46	37,10
99	Não declarado	1	0,81
TOTAL		124	100,

## Q5.2 CURSOS FEITOS EM NÍVEL DE MESTRADO

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Controladoria	3	2,42
2	Ciências Contábeis	1	0,81
3	Administração	1	0,81
4	Educação	1	0,81
5	Auditoria	1	0,81
6	Engenharia de Produção	1	0,81
96	Não fez	115	92,74
99	Fez - Não declarou a área	1	0,81
TOTAL		124	100,

## Q8 - ATUALMENTE, ATUA COMO CONTABILISTA?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Sim	100	80,65
2	Não	22	17,74
99	Não declarado	2	1,61
TOTAL		124	100,

## Q9 - PARA QUANTAS EMPRESAS DÁ ATENDIMENTO?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Nenhuma empresa	18	14,52
2	Até 50 empresas	63	50,81
3	De 51 a 100 empresas	22	17,74
4	De 101 a 150	10	8,06
5	De 151 a 200	3	2,42
6	De 201 a 250	4	3,23
7	Mais de 250 empresas	2	1,61
99	Não declarado	2	1,61
TOTAL		124	100,

## Q10.1 – EMPRESAS DE GRANDE PORTE QUE ATENDE

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Empresas	7	5,65
TOTAL		7	5,65

## Q10.2 – EMPRESAS DE MÉDIO PORTE QUE ATENDE

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Empresas	40	32,26

## Q10.3 – EMPRESAS DE PEQUENO PORTE QUE ATENDE

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Empresas	77	62,09,
TOTAL		77	62,09,
	Total geral	124	100,

## Q11 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS INFORMANTES

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%/NDF
1	Sócio/contabilista de escritório/empresa contábil	67	41,61	54,03
2	Profissional autônomo	30	18,63	24,19
3	Professor de ensino superior	22	13,66	17,74
4	Contabilista em empresa privada	10	6,21	8,06
5	Contabilista órgão/empresa pública	9	5,59	7,26
6	Sócio de empresa de auditoria	4	2,48	3,23
7	Funcionário de escritório de contabilidade	3	1,86	2,42
8	Funcionário público/autárquico	3	1,86	2,42
9	Auditoria governamental	2	1,25	1,61
10	Perícia contábil/judicial	2	1,25	1,61
11	Advogado	2	1,25	1,61
12	Consultoria	2	1,25	1,61
13	Diretor de faculdade	1	0,62	0,81
14	Diretor de órgão público	1	0,62	0,81
99	Outra atividade	3	1,86	2,42
TOTAL	Ndfs = 124	161	100,	-x-

## Q12 - TERMOS SOBRE OS QUAIS TEM CONHECIMENTO TÉCNICO, TEÓRICO OU CONCEITUAL

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FRE	%/NDF
1	Capital intelectual	73	16,74	58,87
2	Ativo intangível	70	16,06	56,45
3	Capital humano	69	15,83	55,65
4	Capital financeiro	66	15,14	53,23
5	Goodwill	46	10,55	37,10
6	Know-how	41	9,40	33,06
7	Performance	36	8,26	29,03
8	Just-in-time	31	7,11	25,00
99	Não declarado	4	0,91	3,23
TOTAL	Ndfs = 124	436	100,	-x-

## Q13a - ORDEM DE IMPORTÂNCIA DOS ATIVOS INDICADOS PELOS CONTABILISTAS –1º. lugar

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Capital humano	54	43,55

2	Capital intelectual	26	20,97
3	Capital financeiro	24	19,35
4	Capital simbólico (imagem)	14	11,29
5	Capital imobilizado	3	2,42
99	Não declarado	3	2,42
TOTAL		124	100,

Q13b - ORDEM DE IMPORTÂNCIA DOS ATIVOS INDICADOS PELOS CONTABILISTAS PESQUISADOS-2º. lugar

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Capital intelectual	54	43,57
2	Capital humano	30	24,19
3	Capital financeiro	19	15,32
4	Capital imobilizado	10	8,07
5	Capital simbólico (imagem)	7	5,65
99	Não declarado	4	3,22
TOTAL		124	100,

Q13c - ORDEM DE IMPORTÂNCIA DOS ATIVOS - 3º. lugar

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Capital financeiro	40	32,26
2	Capital intelectual	26	20,97
3	Capital simbólico (imagem)	23	18,55
4	Capital humano	21	16,94
5	Capital imobilizado	10	8,06
99	Não declarado	4	3,22
TOTAL		124	100,

Q13d - ORDEM DE IMPORTÂNCIA DOS ATIVOS - 4º. lugar

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Capital imobilizado	55	44,35
2	Capital financeiro	29	23,39
3	Capital simbólico (imagem)	17	13,71
4	Capital humano	9	7,26
5	Capital intelectual	8	6,45
99	Não declarado	6	4,84
TOTAL		124	100,

Q13e - ORDEM DE IMPORTÂNCIA DOS ATIVOS - 5º. lugar

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Capital simbólico (imagem)	57	45,97
2	Capital imobilizado	41	33,06
3	Capital financeiro	7	5,65
4	Capital humano	7	5,65
5	Capital intelectual	5	4,02
99	Não declarado	7	5,65
TOTAL		124	100,

Q14 - RECURSOS DIRETAMENTE RELACIONADOS COM A MENSURAÇÃO DOS INTANGÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FRE	%/NDF
1	Recursos de conhecimentos	92	23,59	74,19
2	Capacidade de inovar	85	21,79	68,55
3	Recursos humanos	78	20,00	62,90
4	Relacionamento com clientes	72	18,46	58,06
5	Relacionamento com fornecedores	49	12,56	39,52
6	Recursos financeiros	11	2,82	8,87
99	Não declarado	3	0,77	2,42
TOTAL	Ndfs = 124	390	100,	-x-

Q15 - O MAIOR RISCO EM QUE UM FUNCIONÁRIO QUALIFICADO PODE INCORRER

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Desvalorização dos conhecimentos	48	38,71
2	Conflito com chefia	22	17,74
3	Perda do valor do salário	15	12,10
4	Perda do emprego	14	11,29
5	Ser ultra-especialista	10	8,06
6	Desacordo com colegas	8	6,45
7	Desmotivação	1	0,81
99	Não declarado	4	3,23
91	Outro tipo de risco	2	1,61
TOTAL		124	100,

Q16a OS CINCO ATIVOS MAIS IMPORTANTES - 1º. lugar

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Humano	44	35,48
2	Financeiro	27	21,77
3	Intelectual	22	17,74
4	Econômico	8	6,45
5	Social	4	3,23
6	Técnico-metodológico	3	2,42
7	Simbólico	3	2,42
8	Material	3	2,42
9	Relacional	2	1,61
10	Organizacional	1	0,81
99	Não declarado	7	5,65
TOTAL		124	100,

Q17 - QUAIS FORMAS QUE NÃO CONSTITUEM ATIVOS DE UMA EMPRESA?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	% /FREQ.	%/NDF
1	Normas	58	22,22	46,77
2	Manuais	50	19,16	40,32
3	Acionistas	40	15,33	32,26
4	Relação com <i>head-hunters</i>	39	14,94	31,45
5	Pessoas	24	9,20	19,35
6	Relação com clientes	21	8,05	16,94

7	Concessões comerciais	11	4,21	8,87
8	Marcas	5	1,92	4,03
9	Patentes	5	1,92	4,03
10	Pontos comerciais	3	1,15	2,42
99	Não declarado	5	1,92	4,03
TOTAL	Ndfs: 124	261	- x -	

## Q18 - QUAIS TÓPICOS QUALIFICARIA COMO DESPESAS?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Desvalorização dos conhecimentos	48	38,71
2	Conflito com chefia	22	17,74
3	Perda do valor do salário	15	12,10
4	Perda do emprego	14	11,29
5	Ser ultra-especialista	10	8,06
6	Desacordo com colegas	8	6,45
7	Desmotivação	1	0,81
8	Não declarado	4	3,23
9	Outro tipo de risco	2	1,61
TOTAL		124	100,

## Q19 – NUMA EMPRESA, QUEM DEVE SER RESPONSÁVEL PELOS INTANGÍVEIS?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%/NDF
1	Gerência específica para esta finalidade	38	19,90	30,65
2	Todos	33	17,28	26,61
3	Contabilistas	32	16,75	25,81
4	Gerência de recursos humanos	21	10,99	16,94
5	Especialistas contratados	16	8,38	12,90
6	Empresa especializada	12	6,28	9,68
7	Gerência superior	12	6,28	9,68
8	Pessoal técnico-científico	11	5,76	8,87
9	Administrador de projetos	8	4,19	6,45
10	Consultor de alto nível	6	3,14	4,84
11	Gerência intermediária	1	0,52	0,81
99	Não declarado	1	0,52	0,81
TOTAL	NDFs = 124	191	100,	-x-

## Q20 -IMPORTÂNCIA PRÁTICA DA DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Muito importante	68	54,84
2	Importante	37	29,84
3	Pouca importância	8	6,45
4	Mais ou menos	7	5,65
5	Nenhuma importância	2	1,61
99	Não declarado	2	1,61
TOTAL		124	100,



Q21 A INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÕES SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS PREJUDICA A AVALIAÇÃO?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Bastante – impede aval de aspectos	58	46,77
2	Totalmente - impossível avaliar sem ativos	39	31,45
3	Pouco - prejudica mas não compromete	16	12,90
4	Nada - não prejudica as avaliações	7	5,65
99	Não declarado	4	3,23
TOTAL		124	100,

Q22 TÓPICOS INTANGÍVEIS CONSIDERADOS IMPORTANTES QUE SEJAM CONTABILIZAÇÃO E DIVULGADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%/NDF
1	Marcas e patentes registradas	69	8,64	55,65
2	Ações sociais	68	8,51	54,84
3	Impactos ambientais	64	8,01	51,61
4	Processos tecnológicos	56	7,01	45,16
5	Gastos com pesquisas	55	6,88	44,35
6	Gastos com o treinamento de funcionários	50	6,26	40,32
7	Franquias	48	6,01	38,71
8	Relacionamento com clientes	46	5,76	37,10
9	Direitos de uso	45	5,63	36,29
10	Impactos sociais	44	5,51	35,48
11	Gastos com cursos de especialização	37	4,63	29,84
12	Relacionamento com fornecedores	33	4,13	26,61
13	Posses e concessões	32	4,01	25,81
14	Sistemas logísticos	32	4,01	25,81
15	Sistemas computacionais	27	3,38	21,77
16	Gastos com treinamento no exterior	27	3,38	21,77
17	Relacionamento com o Governo	26	3,25	20,97
18	Sistemas de contabilidade	18	2,25	14,52
19	Modelos administrativos	15	1,88	12,10
20	Sócios fundadores	4	0,50	3,23
99	Não declarado	3	0,36	2,42
TOTAL	Ndfs = 124	799	100	-x-

Q23 - LEMBRA DE OUTRO INTANGÍVEL PARA MENSURAÇÃO?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Sim	9	7,26
2	Não	107	86,29
99	Não declarado	8	6,45
TOTAL		124	100,

Q24 -OUTROS TÓPICOS INTANGÍVEIS IMPORTANTES PARA MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO:
1	Relacionamento interno e externo
2	Grau de satisfação dos colaboradores externos
3	Grau de satisfação dos clientes
4	Nome comercial
5	Imagem da empresa; credibilidade ética dos seus quadros
6	Turn-over do pessoal; divulgação do BSC
7	Curriculum dos colaboradores

## Q25 - LOCAL MAIS INDICADO PARA DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ.	%/NDF
Relatórios específicos	38	21,11	30,65
Na contabilidade gerencial	37	20,56	29,84
Na contabilidade geral	33	18,33	26,61
Relatórios de administração	20	11,11	16,13
Na contabilidade financeira	13	7,22	10,48
Notícias na imprensa	13	7,22	10,48
Na contabilidade dos recursos humanos	12	6,67	9,68
Notas explicativas	1	0,56	0,81
Balanço Social	1	0,56	0,81
Junto a clientes/fornecedores	1	0,56	0,81
Divulgação de balanço	1	0,56	0,81
Internet, no sit da empresa	1	0,56	0,81
Não declarado	9	5,00	7,26
	180	-x-	

## Q26 – CONHECE ALGUMA EMPRESA QUE MENSURA ATIVO INTANGÍVEL?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Não	86	69,35
2	Sim	35	28,23
99	Não declarado	3	2,42
TOTAL		124	100,

## Q27—EXISTE NECESSIDADE DE CLARA DISTINÇÃO ENTRE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Sim	108	87,10
2	Não	10	8,06
99	Não declarado	6	4,84
TOTAL		124	100,

## Q28 - MODELOS CONTÁBEIS ATUAIS POSSIBILITAM A CONTABILIZAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Sim, parcialmente	70	56,45
2	Não	36	29,03
3	Sim, totalmente	15	12,10
99	Não declarado	3	2,42
TOTAL		124	100,

## 29 -O INFORMANTE JÁ PROPÔS A INCLUSÃO DE ATIVO INTANGÍVEL NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS QUE ELABORA?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Não	93	75,00
2	Sim	26	20,97
99	Não declarado	5	4,03
TOTAL		124	100,

## Q30 – ATIVOS INTANGÍVEIS PROPOSTOS PARA INCLUSÃO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%/NDF
1	Marcas	10	7,30	8,00
2	Patentes	8	5,84	6,40
3	Balanço Social	3	2,19	2,40
4	Investimentos em capital intelectual	2	1,46	1,60
5	Nome comercial	2	1,46	1,60
6	Ações sociais	1	0,73	0,80
7	DVA (Demonstração de Valor Agregado)	1	0,73	0,80
8	Impactos sociais internos	1	0,73	0,80
9	Impactos sociais externos	1	0,73	0,80
10	Relações com a comunidade	1	0,73	0,80
11	Informações sobre reciclagem	1	0,73	0,80
12	Pontos de venda	1	0,73	0,80
13	Recursos humanos	1	0,73	0,80
14	Sistemas desenvolvidos/implantados	1	0,73	0,80
15	Marca centenária	1	0,73	0,80
16	Gastos com pesquisas	1	0,73	0,80
17	Processo tecnológico	1	0,73	0,80
18	Nunca propôs inclusão	94	68,61	75,20
99	Não declarado	6	4,38	4,80
TOTAL	NDFs = 124	137	100,	-x-

## Q31- QUE FORMAS/TIPOS DE ATIVOS INTANGÍVEIS VOCÊ CONSIDERA VÁLIDOS QUE SEJAM INCLUÍDOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%
1	Patentes	14	9,03	11,29
2	Nunca propôs inclusão	14	9,03	11,29
3	Gastos com pesquisa	9	5,80	7,26
4	Relações com a comunidade	8	5,16	6,45
5	Informações sobre reciclagem de	8	5,16	6,45
6	DVA (Demonstração de valor agregado)	6	3,87	4,84
7	Impactos sociais externos	6	3,87	4,84
8	Ações sociais	5	3,23	4,03
9	Impactos sociais internos	4	2,58	3,23
10	Marcas	3	1,94	2,42
11	Balanço Social	3	1,94	2,42
12	Investimento em capital intelectual	3	1,94	2,42
13	Nome comercial	3	1,94	2,42
14	Pontos de venda	3	1,94	2,42
15	Sistemas desenvolvidos/implantados	3	1,94	2,42
16	Recursos humanos	1	0,64	0,81
17	Processos tecnológicos incluído	1	0,64	0,81
99	Não declarado	61	39,35	49,19
TOTAL	Ndfs = 124	155	100,	-X-

## Q32- COMO OS GERENTES REAGIRIAM A EVENTUAL PROPOSTA PARA MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Aceitariam	46	37,10
3	Seriam mais ou menos favoráveis	42	33,87
2	Apresentariam pouca resistência	20	16,13
4	Apresentariam bastante resistência	10	8,06
99	Não declarado	5	4,03

5	Seriam totalmente contrários	1	0,81
TOTAL		124	100,

## Q33- ASPECTOS POSITIVOS CASO OS ATIVOS INTANGÍVEIS SEJAM MENSURADOS E DIVULGADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%/NF
1	Melhora a imagem das empresas	91	23,45	73,39
2	Facilita a avaliação das empresas pelo mercado	81	20,87	65,32
3	Motiva o pessoal interno	41	10,56	33,06
4	Aumenta a previsibilidade de variar o preço das ações	40	10,31	32,26
5	Amplia o mercado de trabalho dos contabilistas	37	9,54	29,84
6	Torna mais seguro o relacionamento com clientes	28	7,22	22,58
7	Possibilita prever os ganhos futuros da empresa	28	7,22	22,58
8	Facilita a gestão das empresas	22	5,67	17,74
9	Diminui decisões emocionais pela administração	15	3,87	12,10
10	Nenhum aspecto positivo	2	0,52	1,61
99	Não declarado	3	0,77	2,42
TOTAL	Ndfs = 124	388	100	-x-

## Q34- ASPECTOS NEGATIVOS QUE PODEM SER PREVISTOS CASO SEJA OBRIGATÓRIA A MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%/ND
1	Dificuldades de mensuração dos intangíveis	57	24,46	45,9
2	Os contabilistas não sabem como mensurar	34	14,59	27,4
3	Falta de competências para esta demanda	30	12,88	24,1
4	Falta generalizada de informação	22	9,44	17,7
5	Alteração em aspectos tributários	16	6,87	12,9
6	Não necessariamente aumentará a eficiência	12	5,15	9,68
7	As empresas terão gastos adicionais	9	3,86	7,26
8	Aumento de trabalho sem resultados práticos	3	1,29	2,42
9	Exposição da empresa sem necessidade	3	1,29	2,42
10	Avaliação subjetiva dos ativos intelectuais	1	0,43	0,81
11	Despreparo nas informações	1	0,43	0,81
12	Nenhum aspecto negativo	42	18,03	33,8
99	Não declarado	3	1,28	2,42
TOTAL	Ndfs = 124	233	100	-x-

## Q35- CONSEQUÊNCIAS DA NÃO DIFERENCIAÇÃO DOS ATIVOS TANGÍVEIS DINTANGÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Algumas conseqüências negativas	51	41,13
2	Muitas conseqüências negativas	31	25,00
3	Pouquíssima influência	18	14,52
4	Grandes conseqüências	10	8,06
5	Nenhuma; isto não tem importância	9	7,26
99	Não declarado	5	4,03
TOTAL		124	100,

## Q36- PREJUÍZOS QUE PODEM OCORRER PELA NÃO DIFERENCIAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FRE	%/N
1	Prejudica a avaliação da empresa pelo mercado	72	35,47	58,0
2	Prejudica a previsão de benefícios futuros	33	16,26	26,6
3	Prejudica a administração de alguns aspectos	28	13,79	22,5
4	Prejudica a gestão de empreendimento	25	12,32	20,1
5	Nenhum, isto não tem importância prática	15	7,39	12,1
6	Prejudica o relacionamento com clientes	15	7,39	12,1

7	Prejudica o mercado de trabalho dos contabilistas	10	4,93	8,06
99	Não declarado	5	2,45	4,03
TOTAL	Ndfs = 124	203	100	-x-

## Q37- IMPORTÂNCIA DADA PELAS EMPRESAS À MENSURAÇÃO DOS INTANGÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Alguma importância	76	61,29
2	Nenhuma importância	30	24,19
3	Bastante importância	13	10,48
4	Total importância	3	2,42
99	Não declarado	2	1,61
TOTAL		124	100,

## Q38- CONHECE ALGUMA EMPRESA BRASILEIRA QUE REGISTRA O VALOR DO CONHECIMENTO DE SEUS FUNCIONÁRIOS?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Não	89	71,77
2	Sim	33	26,61
99	Não declarado	2	1,61
TOTAL		124	100,

## Q39- ÁREA EM QUE ATUA A EMPRESA QUE REGISTRA CONHECIMENTO:

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Comércio em geral	13	10,48
2	Comunicação	7	5,65
3	Informática	4	3,23
4	Indústria	3	2,42
5	Siderurgia	1	0,81
6	Serviços	1	0,81
7	Consultoria empresarial	1	0,81
8	Comum e informática	1	0,81
9	Pesquisa	1	0,81
10	Outra	2	1,61
11	Não conhece	88	70,97
99	Não declarado	2	1,61
TOTAL		124	100,

## Q40- PORTE DAS EMPRESAS QUE REGISTRAM CONHECIMENTOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Grande porte	17	13,71
2	Médio porte	13	10,48
3	Pequeno porte	4	3,23
99	Não declarado	2	1,61
91	Não conhece	88	70,97
TOTAL		124	100,

## Q41- CONHECE ALGUMA NORMA CONTÁBIL QUE DISCIPLINE ATIVOS INTANGÍVEIS?

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Não	109	87,90
2	Sim	10	8,06
99	Não declarado	5	4,03
TOTAL		124	100,

## Q42- QUAL É A NORMA CONTÁBIL QUE CONHECE?

ITEM	DESCRIÇÃO
1	IAS 38 e IASB
2	Tenho conhecimento mas não me lembro no momento
3	NBC - Diferido - Despesas pré-operacionais
4	Resolução do CFC
5	Resolução CFC (não lembra o número)
6	Todos deverão elogiar os seus colegas de trabalho, publicamente. (sic)
7	Está em fase de aprovação no CFC
8	Está incluída no Princípio da Continuidade

## Q43- OPINIÃO SOBRE NORMA CONTÁBIL QUE DISCIPLINA OS ATIVOS INTANGÍVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Deve ser revista em parte	5	4,03
2	Deve ser mantida como está	3	2,42
91	Não conhece	109	87,90
99	Não declarado	7	5,65
TOTAL		124	100,

## Q44- MATURIDADE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS QUANTO À MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE FATORES INTANGÍVEIS:

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Existe pouca maturidade	68	54,84
2	Não apresentam maturidade	31	25,00
3	Não sei responder	16	12,90
4	Existe maturidade suficiente	6	4,84
99	Não declarado	3	2,42
TOTAL		124	100,

## Q45- NÍVEL DE IMPORTÂNCIA DE SE FAZER A MENSURAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS:

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	% /FREQ.	%/NDF
1	Agregaria valor ao trabalho contábil	81	20,77	65,32
2	Valorizaria mais seu papel junto às empresas	72	18,46	58,06
3	Exigiria o aprimoramento profissional	63	16,15	50,81
4	Abriria um novo nicho de mercado	56	14,36	45,16
5	Aumentaria sua importância junto aos empresários	55	14,10	44,35
6	Poderiam prestar asses./consult. para as empresas	46	11,79	37,10
7	É uma oportunidade de mais faturamento	12	3,08	9,68
8	Apenas teriam mais atividades	3	0,77	2,42
99	Não declarado	2	0,51	1,61

TOTAL	Ndfs: 124	390	-x-	
-------	-----------	-----	-----	--

**Q46- NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DAS ATUAIS NORMAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS:**

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Sim, isto é importante	92	74,19
2	Sim, mas isto não é urgente	14	11,29
3	Sim, a longo prazo	13	10,48
99	Não declarado	5	4,03

**Q47- TEM ALGUMA SUGESTÃO QUANTO AO QUE INCLUIR?**

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Não	94	75,81
2	Sim	12	9,68
99	Não declarado	18	14,52
TOTAL		124	100,

**Q48- PARA QUE TIPOS DE AGENTES A MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS É MAIS IMPORTANTE?**

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%/FREQ	%/NDF
1	Investidores interessados na empresa	88	18,97	70,97
2	Gestores em nível estratégico	62	13,36	50,00
3	Gestores em nível gerencial superior	47	10,13	37,90
4	Participantes societários	46	9,91	37,10
5	Bolsa de Valores	41	8,84	33,06
6	Contabilistas em geral	40	8,62	32,26
7	Governo e formuladores de políticas	34	7,33	27,42
8	Pesquisadores (demanda de pesquisas)	31	6,68	25,00
9	Empregados de empresas em geral	29	6,25	23,39
10	Prestadores de consultoria	28	6,03	22,58
11	Administradores em nível intermediário	10	2,16	8,06
12	Clientes	1	0,22	0,81
13	Fornecedores	1	0,22	0,81
14	Todos	1	0,22	0,81
99	Não declarado	5	1,08	4,03
TOTAL	Ndfs: 124	464	-x-	

**Q49- OBJEÇÃO QUANTO À INCLUSÃO DE INTANGÍVEIS NAS DEMONSTRS. CONTÁBEIS?**

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Não	111	89,52
2	Sim	8	6,45
99	Não declarado	5	4,03
TOTAL		124	100,

**Q50- ASPECTOS AOS QUAIS FARIA OBJEÇÃO:**

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não declarou

2	Matéria ainda em discussão sobre sua validade para os registros contábeis
3	Não declarado
4	Poderia ensejar fraudes, pela dificuldade de mensuração e subjetividade
5	A avaliação dos ativos e a desobediência aos princípios de contabilidade
6	A mensuração deve ser feita em relatório específico
7	Não sou favorável à inclusão, mas sim aos demonstrativos em separado.

**Q51- A CLASSE CONTÁBIL ESTÁ CAPACITADA PARA OPERAR COM INTANGÍVEIS?**

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Em grande parte não está capacitada	60	48,39
2	Mais ou menos, existem muitas carências	40	32,26
3	Em geral é capacitada, com poucas exceções	16	12,90
4	Totalmente capacitada	3	2,42
99	Não declarado	5	4,03
TOTAL		124	100,

**Q52- QUANTO A CONTABILIDADE CONSEGUE ATENDER A DEMANDAS DE INFORMAÇÃO?**

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Na maior parte das decisões	69	55,65
2	Apenas uma parte	22	17,74
3	Mais ou menos a metade	17	13,71
4	Totalmente; contabilidade gerencial	12	9,68
99	Não declarado	4	3,23
TOTAL		124	100,

**Q53- ATIVOS INTANGÍVEIS APRESENTAM IMPORTÂNCIA CRESCENTE NO ÂMBITO DAS EMPRESAS**

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Concordo plenamente	89	71,77
2	Concordo parcialmente	30	24,19
3	Discordo totalmente	1	0,81
4	Não sei	3	2,42
99	Não declarado	1	0,81
TOTAL		124	100,

**Q54- A DIVULGAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS PODE DIMINUIR INCERTEZAS SOBRE O RETORNO DOS INVESTIMENTOS NAS EMPRESAS?**

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Concordo plenamente	69	55,65
2	Concordo parcialmente	39	31,45
3	Discordo totalmente	9	7,26
4	Não sei	6	4,84
99	Não declarado	1	0,81
TOTAL		124	100,

**Q55- A POSSIBILIDADE DE FUTUROS GANHOS É SUBESTIMADA**



ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Concordo plenamente	85	68,55
2	Concordo parcialmente	31	25,00
3	Discordo totalmente	2	1,61
4	Não sei	5	4,03
99	Não declarado	1	0,81
TOTAL		124	100,

**Q56- A FALTA DE TRANSPARÊNCIA PREJUDICA A AVALIAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Concordo plenamente	85	68,55
2	Concordo parcialmente	31	25,00
3	Discordo totalmente	2	1,61
4	Não sei	5	4,03
99	Não declarado	1	0,81
TOTAL		124	100,

**Q57- NOVOS INTANGÍVEIS NÃO RECEBEM RECONHECIMENTO ALGUM NO MODELO TRADICIONAL DE RELATÓRIO CONTÁBIL**

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Concordo plenamente	74	59,68
2	Concordo parcialmente	41	33,06
3	Discordo totalmente	2	1,61
4	Não sei	5	4,03
99	Não declarado	2	1,61
TOTAL		124	100,

**Q58- INTANGÍVEIS TRADICIONAIS SÃO REPORTADOS APENAS QUANDO OBEDECEM A CRITÉRIOS RIGOROSOS DE RECONHECIMENTO**

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº	%
1	Concordo plenamente	57	45,97
2	Concordo parcialmente	49	39,52
3	Discordo totalmente	6	4,84
4	Não sei	10	8,06
99	Não declarado	2	1,61
TOTAL		124	100,